



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



MAÍRA LOPES DOS REIS

**O TRABALHO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
AGRÁRIO DE MATINHA DOS PRETOS-FEIRA DE SANTANA-  
BAHIA**

SALVADOR-BAHIA  
2013

MAÍRA LOPES DOS REIS

**O TRABALHO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE  
MATINHA DOS PRETOS-FEIRA DE SANTANA-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gilca Garcia de Oliveira

SALVADOR-BAHIA  
2013

G633 Reis, Maíra Lopes dos.

O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos-Feira de Santana-Bahia / Maíra Lopes dos Reis- Salvador, 2013.  
158 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação Em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2013.

1. Assentamentos humanos – Feira de Santana (BA). 2. Matinha dos Pretos. 3. Trabalho feminino. 3. Reforma agraria. 4. Relações de gênero. I. Oliveira, Gilca Garcia de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.373 (813.8)

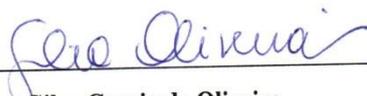
Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

**O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos - Feira de Santana-Bahia.**

**MAIRA LOPES DOS REIS**

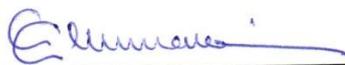
BANCA EXAMINADORA



**Dra. Gilca Garcia de Oliveira**

Doutora em Economia Aplicada

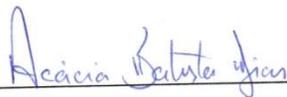
Departamento de Teoria Econômica, UFBA, Brasil.



**Dra. Guiomar Inez Germani**

Doutora em Geografia

Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



**Dra. Acácia Batista Dias**

Doutora em Ciências Sociais

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, UEFS, Brasil.

**Aprovado em Sessão Pública de 25/03/2013.**

Essas meninas,  
tão cedo no trabalho de casa  
tão cedo na lida dos irmãos  
tão cedo longe das bonecas  
São umas meninas  
Mas tão cedo se tornaram  
Mulheres,  
Que têm que construir  
Uma nova brincadeira.

José Miguel G. Quevedo

A todas as mulheres do povoado de Matinha dos Pretos, interlocutoras das reflexões feita nesta pesquisa, cujas trajetórias de vida, como filhas, esposas, mães e trabalhadoras rurais refletem conquistas de cidadania e visibilidade no desempenho desses diferentes papéis.

## AGRADECIMENTOS

Em nossas vidas, os objetivos devem ser feitos de sonhos, dedicação e muito esforço e principalmente do apoio de pessoas especiais que estão sempre conosco. Portanto, neste momento, compartilho a minha felicidade e agradeço a contribuição de todos aqueles que de alguma forma contribuíram para finalização deste curso de mestrado.

Agradeço a Deus pelo dom de viver, a todos os espíritos de luz que protegem meu ser, me dando força nessa dura e longa trajetória. A toda minha família, minha base de sustentação. A mãe que a vida me deu Lindinalva, meu pai Luís Alberto e minha irmã Maria Clara. A meus queridos e amados sogros Álvaro e Glória pelo carinho e amparo, minha cunhada mais linda Renata e o pequeno Guilherme, que com o seu lindo sorriso consegue trazer alegria aos nossos corações.

A minha orientadora Gilca Garcia de Oliveira agradeço por tudo, pela disposição em orientar este trabalho, pelo esforço em fazer com que a pesquisa se ampliasse ao propor métodos de análise para enriquecer o debate, pelos momentos de reflexão teórica sobre a discussão de gênero, mas, sobretudo, pela paciência e compreensão e orientação nos momentos em que tudo parecia se tornar mais difícil, muito obrigada!

A professora Guiomar Germani pelo mesmo sorriso e abraço de sempre, pois com gestos tão simples, nos encoraja a falar sobre as lutas cotidianas dos sujeitos do campo, além do apoio que sempre me estendeu.

Agradeço a professora Acácia Batista Dias, por ser uma das principais responsáveis pela gestação e desenvolvimento desta pesquisa, desde a Iniciação Científica na Universidade Estadual de Feira de Santana, e por participar da finalização deste trabalho como membro da banca, além do carinho e amizade.

A professora María García da Universidade Federal da Paraíba, por ter aceitado, desde o primeiro momento, participar da leitura atenta deste trabalho. Agradeço, ainda, pela fraterna disponibilidade em contribuir com a pesquisa e nas análises da produção do espaço e as relações de gênero.

Ao professor Antonio Angelo pela oportunidade de realizar o tirocínio docente, que foi uma experiência significativa na minha formação, pela riqueza dos debates realizados em sala.

A professora Laila Rosa pelas discussões na disciplina Estudos Feministas.

A todos que conheci no GeografAR: Alex, Edite, Denílson, Adriano, Naira, Zaife, Marcelo, Hernany, Rafa. Aos colegas da turma do mestrado: Jose, Ricky Marcelo, Elisandra, Rubinho, Gilma.

Um abraço e agradecimento especial aos grandes amigos e companheiros que fiz durante o mestrado. Tiago obrigado pelas orientações e conselhos; Kássia pelas palavras de tranquilidade e apoio; Elane companheira de estudo de Matinha dos Pretos; Jamille Amaral pelas longas conversas ao telefone; Soraia amiga por quem dedico grande afeto. Ana Cláudia pela atenção de sempre.

Ao casal que tenho um carinho mais que especial, meu amores Diva e Laerte. Diva obrigada por sempre acreditar em mim e pelo incentivo; Laerte nossa parceria não é de hoje, não é mesmo? E não acaba por aqui, ainda precisarei muito da sua ajuda. Obrigada pela elaboração dos mapas, nas análises dos dados do IBGE e pelas visitas ao campo.

À CAPES pela bolsa concedida, que permitiu realizar esta pesquisa.

Aos colegas e professores da Universidade Estadual de Feira de Santana: Cleonice, Gabriel Lima, Ana Paula Amorim, Carl, Wodis Kleber, Edinússia, Alessandra, Railma.

Às queridas amigas Lindaura, Viviane, Lívia, Virginia, Luciene, Kelly, Solange, Amanda, Larissa.

À Leandro Pessoa, amigo irmão de grande coração, obrigada pela ajuda em todos momentos, sei que posso contar sempre contigo.

À minha grande parceira, meu anjo da guarda, amiga e irmã Michele Félix, obrigada pela força de sempre, pela compreensão e por existir. Te amo amiga!

As mulheres da Matinha dos Pretos que participaram deste estudo e me receberam com todo carinho em seus lares.

E por fim, mais do que agradecer dedico este trabalho a Ricardo Pacheco, meu grande companheiro de alma e coração e amor profundo. Agradeço pelo apoio e sustentação que me deu no processo de construção da pesquisa e no mestrado, sem você eu não conseguiria. Amo você!

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a produção do espaço agrário do povoado de Matinha dos Pretos a partir do trabalho realizado pelas mulheres. O povoado de Matinha dos Pretos sede do distrito de Matinha, localiza-se no município de Feira de Santana-Bahia. Situado na região do agreste nordestino é uma zona tipicamente agrícola, e apresenta hoje uma população de pequenos agricultores dedicados ao cultivo da mandioca, feijão e milho. Em uma perspectiva geográfica, busca-se analisar a importância do trabalho feminino na construção dos espaços sociais. Assim como evidenciar, sob a ótica das relações de gênero, como este trabalho se materializa no campo, procurando identificar os aspectos que caracterizam a participação da mulher na produção do espaço agrário. A escolha de analisar o trabalho das mulheres neste povoado se deu por conta da significativa participação feminina na ação política, econômica e social do povoado. Assim, objetivou-se compreender a atuação das trabalhadoras rurais de Matinha dos Pretos, na Unidade de Produção Familiar (UPF). Busca-se identificar as principais atividades realizadas por elas e a ocupação dos demais membros da família, na tentativa de perceber como ocorre a divisão social e sexual do trabalho, além de buscar entender os reflexos desta dinâmica no espaço do povoado. As estratégias metodológicas utilizadas se basearam nos métodos qualitativos e quantitativos de produção de dados, assim, como o uso de entrevistas semiestruturadas e questionários. Como fonte para a realização e viabilização da pesquisa escolheram-se dados estatísticos sobre o povoado de Matinha dos Pretos fornecidos pelo IBGE. Assim como informações advindas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana e da Associação Comunitária da Matinha, esses órgãos foram escolhidos por disporem de documentos acerca do espaço agrário do município. O método de Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários auxiliou na compreensão da lógica de funcionamento da UPF e na importância da atuação das mulheres no espaço doméstico produzindo e gerando renda.

**PALAVRAS CHAVES:** Produção do Espaço-Trabalho Feminino-Relações Gênero- Questão Agrária-Matinha dos Pretos

## ABSTRACT

This paper seeks to analyze the production of agrarian space of the village of Black Matinha from the work done by women. The village of Blacks Matinha, is the district headquarters of Matinha, located in the city of Feira de Santana, Bahia. Located in the northeastern region of the wild is a typical agricultural area, and today has a population of small farmers dedicated to the cultivation of cassava, beans and corn. On a geographic perspective, we seek to analyze the importance of female labor in the construction of social spaces. As evident from the perspective of gender relations, as this work is materialized in the field, trying to identify the aspects of women's participation in agricultural production space. The choice to analyze the work of women in this village occurred because of significant female participation in political action, economic and social development of the village. The objective was to understand the role of rural women Matinha the Blacks in Family Production Unit (UPF). We seek to identify the main activities performed by them and the occupation of other family members, in an attempt to understand how does the social and sexual division of labor, and seek to understand the consequences of this dynamic within the village. The methodological strategies used were based on qualitative and quantitative methods of data production, as well as the use of structured interviews and questionnaires. As a source for the implementation and feasibility of the research were chosen statistics on the settlement of the Black Matinha provided by IBGE. As information from the Rural Workers Union of Feira de Santana and the Association of Community Matinha, these organs were chosen because they have documents about the agrarian space of the city. The method of analysis-aided diagnosis of Agrarian Systems in understanding the operating logic of the UPF and the importance of the role of women in the home producing and generating income.

**KEYWORDS:** Production of Space-Labor-Relations Gender-Female Agrarian Question of Black-Matinha

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACOMA</b>	Associação Comunitária de Matinha
<b>CAR</b>	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>FETAG-Ba</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia
<b>FUNRURAL</b>	Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INTERBA</b>	Instituto de Terras da Bahia
<b>MOC</b>	Movimento de Organização Comunitária
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>STRFS</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana
<b>UPF</b>	Unidade de Produção Familiar
<b>UTF</b>	Unidade de Trabalho Familiar
<b>UEFS</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Taxa de participação no mercado de trabalho segundo gêneros- Brasil, 2001-2011.....	54
<b>Figura 2</b>	Taxa de participação no mercado de trabalho por sexo-Bahia- 1992-2008.....	54
<b>Figura 3</b>	Distribuição da população ocupada por sexo e cor-Bahia-2008.....	55
<b>Figura 4</b>	Taxa de desemprego por gêneros-Brasil- 2001-2011.....	56
<b>Figura 5</b>	Cruzeiro e Igreja de São Roque.....	76
<b>Figura 6</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1920.....	83
<b>Figura 7</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1940.....	83
<b>Figura 8</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1950.....	84
<b>Figura 9</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1960.....	84
<b>Figura 10</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana- 1970.....	84
<b>Figura 11</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1980.....	85
<b>Figura 12</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1996.....	85
<b>Figura 13</b>	Estrutura Fundiária de Feira de Santana-2006.....	85
<b>Figura 14</b>	Evolução do Índice de Gini Feira de Santana-BA (1920 - 2006).....	87
<b>Figura 15</b>	Casa de Farinha Comunitária de Matinha dos Pretos.....	110
<b>Figura 16</b>	Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma Família Tipo Pluriativacom atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, 2013.....	114
<b>Figura 17</b>	Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo 1: Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços espacialização da atuação dos membros da UTF por gênero nos subsistemas,quatro tarefas. Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013.....	117
<b>Figura 18</b>	Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços com ilustração de imagens. Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013.....	118
<b>Figura 19</b>	Casa de farinha da Propriedade.....	118
<b>Figura 20</b>	Residência da família.....	118
<b>Figura 21</b>	Criatório de Galinha.....	118
<b>Figura 22</b>	Horta do quintal cultivada pela mulher.....	118

<b>Figura 23</b>	Criatório de Suínos.....	118
<b>Figura 24</b>	Plantação de Mandioca.....	118
<b>Figura 25</b>	Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma família tipo: Pluriativa com atividade agrícola com atividades no setor de serviços, no Povoado de Matinhas dos Pretos, Bahia, 2013 .....	120
<b>Figura 26</b>	Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços, 8 tarefas. Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013.....	122
<b>Figura 27</b>	Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma família tipo: Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, Bahia, em 2013.....	124
<b>Figura 28</b>	Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com mulhe- res aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços,10 tarefas, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013.....	125
<b>Figura 29</b>	Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma família tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha no Povoado de Matinha dos Pretos, Bahia, 2013.....	128
<b>Figura 30</b>	Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha, três tarefas no Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana ,Bahia, 2013.....	131
<b>Figura 31</b>	Trabalhadora rural de Matinha dos Pretos torrando farinha na Casa de De Farinha Comunitária no povoado de Matinha dos Pretos.....	137

## LISTAS DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b>	Percentual da População Economicamente Ativa-Brasil-2001-2009.....	53
<b>Quadro 2</b>	Taxa de desemprego e renda média da população de 16 anos ou mais de idade, segundo, gênero e cor/raça-Brasil-2009.....	57
<b>Quadro 3</b>	Evolução do rendimento real médio do trabalho principal e por subgrupo ( R\$ de set/2011).....	57
<b>Quadro 4</b>	População do Povoado de Matinha dos Pretos e Distrito de Matinha-1994-2010.....	97
<b>Tabela 1</b>	Composição da População por Cor ou Raça - Povoada de Matinha dos Pretos (BA)2010.....	98
<b>Quadro 5</b>	Subsistemas de atividades- Método Diagnóstico Sistemas Agrários.....	107
<b>Quadro 6</b>	Tipos de sistemas de atividades de famílias produtoras e composição do trabalho familiar, segundo gênero e geração, no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, em 2013.....	112
<b>Quadro 7</b>	Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade. Tipo Família Pluriativa agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio de serviços Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, 2013.....	115
<b>Quadro 8</b>	Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, 2013.....	115
<b>Quadro 9</b>	Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade Tipo: Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, 2013.....	121
<b>Quadro 10</b>	Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana ,2013.....	121
<b>Quadro 11</b>	Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade. Tipo: Tipo: Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia2013.....	126
<b>Quadro 12</b>	Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e	

	funcionários do setor comercial e de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, 2013.....	127
<b>Quadro 13</b>	Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade. Tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, 2013.....	129
<b>Quadro 14</b>	Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013.....	130

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Composição da População por Cor ou Raça – Povoado de Matinha dos Pretos (BA) 2010.....	98
<b>Gráfico 2</b>	Moradores nos Domicílios Segundo o Gênero – Povoado de Matinha dos Pretos (BA)2010.....	99
<b>Gráfico 3</b>	Pessoas Responsáveis pelo Domicílio Segundo Gênero-Povoado de Matinha dos Pretos (BA)-2010.....	100
<b>Gráfico 4</b>	Pessoas Alfabetizadas Responsáveis pelos Domicílios Segundo o Gênero-Povoado de Matinha dos Pretos (BA)-2010.....	100

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Localização do município de Feira de Santana-BA.....	61
<b>Mapa 2</b>	Estrutura geológica do Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA) .....	67
<b>Mapa 3</b>	Feições geomorfológicas do Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA).....	68
<b>Mapa 4</b>	Tipos de Solo do Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA).....	69
<b>Mapa 5</b>	Rede de drenagem. Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA) .....	70

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	22
1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	27
<b>2 ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TRABALHO FEMININO.....</b>	<b>28</b>
2.1 SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO: UM DIÁLOGO CONCEITUAL.....	30
2.2 ESPAÇO GEOGRÁFICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	36
2.3 GEOGRAFIA E GÊNERO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISES ESPACIAIS.....	40
2.4 PERCURSO TEÓRICO SOBRE A GEOGRAFIA DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO.....	47
<b>2.4.1 Análise de alguns dados da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro.....</b>	<b>53</b>
<b>3 A CONSTRUÇÃO DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA.....</b>	<b>61</b>
3.1 SISTEMAS NATURAIS DE MATINHA DOS PRETOS: UMA ANÁLISE DA PAISAGEM.....	65
3.2 O PROCESSO HISTÓRICO E ESPACIAL DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS.....	71
3.3 PERFIL DO ESPAÇO RURAL DE MATINHA DOS PRETOS A PARTIR DA DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA.....	80
3.4 O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA: O CONFLITO DA FAZENDA CANDEAL.....	88
<b>3.4.1 Ação das trabalhadoras rurais de Matinha dos Pretos no processo de luta pela terra e no movimento sindical.....</b>	<b>90</b>
3.5 DINÂMICA ATUAL DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS: ALGUNS ELEMENTOS DA REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL.....	93
<b>4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE MATINHA DOS PRETOS E O TRABALHO DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....</b>	<b>102</b>
4.1 SISTEMAS DE ATIVIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES SOB A PERSPECTIVA FEMININA.....	106

4.2 TIPOLOGIAS DAS FAMÍLIAS E COMPOSIÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR E SISTEMAS DE ATIVIDADES DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS.....	110
4.3 ANÁLISE DAS UNIDADES FAMILIARES E SEUS RESPECTIVOS SISTEMAS.....	112
<b>4.3.1 Unidade de Produção Familiar 1 : Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços.....</b>	<b>113</b>
<b>4.3.2 Unidade de Produção Familiar 2: Família Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços.....</b>	<b>119</b>
<b>4.3.3 Unidade de Produção Familiar 3: Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços.....</b>	<b>123</b>
<b>4.3.4 Unidade de Produção Familiar 4: Família Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha.....</b>	<b>128</b>
4.4 O PAPEL DAS MULHERES NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR E NA COMUNIDADE DE MATINHA DOS PRETOS: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS.....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia consiste em analisar a produção do espaço agrário do povoado de Matinha dos Pretos em Feira de Santana-Bahia a partir do trabalho realizado pelas mulheres. Este estudo está vinculado às atividades do grupo de pesquisa Projeto GeografAR- A Geografia dos Assentamentos na Área Rural, que tem como foco investigar o processo de apropriação/produção/organização do espaço geográfico no campo baiano, bem como as diferentes espacialidades e territorialidades que emergem ao longo deste processo.

A Geografia se define como a ciência da organização do espaço, sendo este concebido como meio e condição essencial para reprodução das relações sociais, pois, ao longo do tempo as diferentes sociedades se organizaram e se estabeleceram no espaço geográfico.

A produção do espaço se institui por meio da relação da sociedade com a natureza mediada pelo trabalho humano e o uso das técnicas. O processo de trabalho, expresso em sua divisão social, é o agente real de toda essa dinâmica. Portanto, a história humana é a história da transformação permanente e contínua da natureza pela sociedade.

A análise do espaço apresenta uma multiplicidade de facetas da realidade social. A partir disso, pretende-se refletir sobre o papel desempenhado pelas mulheres na organização do espaço, de modo a entender de que forma seu trabalho produz o espaço.

Em uma perspectiva geográfica, busca-se analisar a importância do trabalho feminino na construção dos espaços sociais. Assim como evidenciar, sob a ótica das relações de gênero, como este trabalho se materializa no campo, procurando identificar os aspectos que caracterizam a participação da mulher na produção do espaço agrário.

A dinâmica da produção do espaço rural brasileiro é marcada por inúmeros agentes e sujeitos, tais como pequenos produtores, trabalhadores assalariados, latifundiários, empresas rurais, agronegócios, movimentos sociais populares, entre outros, que se materializam e se apropriam o espaço de forma desigual. Esses grupos sociais produzem o espaço rural cotidianamente, com seus contornos específicos de apropriação territorial.

O campo brasileiro apresenta grandes contradições, inerentes a lógica do desenvolvimento capitalista, no geral, esse processo é marcado pela concentração de terras. Desde o tempo colonial a formação social e econômica do Brasil está fundamentada pelo latifúndio, e até hoje ele permanece como elemento estruturante no país. A consequência disso é a enorme concentração fundiária, sobre a qual se desenvolvem as modernas produções

do agronegócio. Esta produção agropecuária está associada com uma grande rede de capitais que se articulam e são regidos pelo contexto neoliberal e sob o domínio das multinacionais, sobretudo, com grande apoio do Estado, contribuindo para a intensa acumulação capitalista e aumentando as desigualdades socioespaciais no interior do país.

Em contraposição a esta territorialização do capital no campo estão às organizações e movimentos sociais que lutam contra essa permanência histórica de exploração e concentração de terras, que se organizam para obterem seus direitos por terra reconhecidos.

Inúmeras diferenças e desigualdades são encontradas na utilização das propriedades e formas de acesso a terra, nas relações de trabalho e no modo de organização social, mas ao abordar as relações de gênero e da situação das mulheres, percebe-se que as semelhanças são mais expressivas que as diferenças e contradições.

Segundo Heredia e Cintrão (2006) as disparidades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem no conjunto de outras desigualdades sociais, pois as péssimas condições de vida e de acesso às políticas públicas contribuem para acentuar as diferenças específicas de gênero. Embora afete toda população residente em áreas rurais, a carência de infra-estrutura atinge em especial às mulheres. Para melhor compreensão dos conflitos sociais no campo, convém destacar, outro elemento: a exploração do trabalho. Analisando-a do ponto de vista das relações de gênero, a dinâmica de exclusão e inserção precária da força de trabalho é mais intensa para a população feminina.

Há de se destacar que houve avanços na participação feminina na vida econômica e política. No entanto, as mulheres continuam invisíveis em diversos setores do mundo do trabalho. A dimensão da precarização do trabalho feminino no campo pode ser observada pelo grande número de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevado na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia (MELO, SABBATO, 2006).

A escolha de analisar o trabalho das mulheres no povoado de Matinha dos Pretos<sup>1</sup>, em Feira de Santana-Bahia se deu por conta da significativa participação feminina na ação política, econômica e social do povoado. Grande parte das trabalhadoras rurais deste local se insere em todas essas esferas sociais, e dentre os espaços rurais do município de Feira de Santana o povoado de Matinha dos Pretos apresenta maior envolvimento das mulheres na militância política.

A discussão teórica deste estudo se orienta para responder as seguintes questões:

---

<sup>1</sup> Matinha dos Pretos é um povoado que faz parte do distrito de Matinha, em Feira de Santana-Bahia. Desta forma, Matinha dos Pretos é o espaço de análise desta pesquisa.

- De que maneira o trabalho realizado pelas mulheres inseridas nas atividades produtivas na Unidade de Produção Familiar (UPF) produz espaço?
- Quais as contribuições das mulheres na dinâmica espacial e na sociabilidade deste espaço?
- Quais as repercussões da representação das trabalhadoras rurais do povoado de Matinha dos Pretos no movimento social de luta no campo?

Para responder estas questões é que se estabelece como objetivo principal compreender a atuação das trabalhadoras rurais de Matinha dos Pretos, especialmente na Unidade de Produção Familiar (UPF) e nos espaços político, econômico e social, a partir de uma perspectiva da produção do espaço.

Como objetivos secundários, têm-se:

- a) Realizar uma caracterização do meio físico e socioeconômica do povoado.
- b) Identificar o perfil das mulheres, destacando seu papel na unidade familiar e as atividades produtivas realizadas pelas trabalhadoras na produção.
- c) Analisar o papel da mulher na construção dos espaços nos movimentos sociais.
- d) Compreender o significado do trabalho de mulheres inseridas em atividades produtivas na estrutura da rural do povoado de Matinha dos Pretos.

Para apreender como se processa a relação de gênero na esfera produtiva da UPF, buscou-se conhecer a ação política, social, econômica e cultural da mulher no povoado de Matinha, suas responsabilidades e estratégias no manejo dos recursos, na organização da família e, no espaço coletivo e na renda. A partir desta ótica, neste estudo, evidencia-se a inserção produtiva das mulheres trabalhadoras rurais na UPF. Busca-se identificar as principais atividades realizadas por elas e a ocupação dos demais membros da família, na tentativa de perceber como ocorre a divisão social e sexual do trabalho, além de buscar entender os reflexos desta dinâmica no espaço do povoado de Matinha dos Pretos.

## 1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de toda pesquisa científica demonstra o caminho que o pesquisador irá percorrer para alcançar os objetivos que orientam sua investigação, além de transmitir sua interpretação de mundo e suas concepções sobre a realidade analisada. A escolha da pesquisa empírica, um estudo de caso, “não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter nossa atenção também voltada para as diferentes geografizações das variáveis inerentes a nossa maneira de produzir” (SANTOS, 1996, p.47).

Antes de apresentar os aspectos metodológicos da pesquisa, é preciso salientar, que este tema de estudo se iniciou nos trabalhos de iniciação científica realizados durante a graduação em Geografia, no período de 2008 a 2010, na Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia (UEFS), vinculada ao projeto “Resgate” da História das Mulheres de Feira de Santana e Região, e integrado às atividades do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero- *Mulieribus*.

A partir disso, esta proposta se ampliou e veio a ser também objeto de estudo no projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado em Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assim, muitos resultados obtidos no início da pesquisa também foram incorporados nesta análise.

Ao trazer gênero como uma categoria de análise na pesquisa, se torna importante referenciar como a ciência geográfica pode se apropriar dos chamados estudos de feministas para investigar os fenômenos espaciais, pois, tais estudos vêm crescendo e suas contribuições provocam debates nos mais diversos campos do saber acadêmico. Desta forma, o conceito de espaço geográfico, central na análise, será utilizado para a compreensão da produção do espaço de Matinha dos Pretos. No entanto, esta produção tem enfoque principal na ação das mulheres. Outros conceitos relevantes deste estudo são espaço agrário e produção do espaço, trabalho familiar e trabalho feminino, sempre analisado em uma perspectiva crítica.

No que se refere ao método científico, buscou-se entender a formação, o desenvolvimento e as contradições da produção do espaço sob um olhar da questão de gênero. processo em sua totalidade, na tentativa de entender a formação, o desenvolvimento, adotando o materialismo histórico-dialético como método de análise. O resultado desse método de pesquisa é o alinhamento entre teoria e pesquisa empírica, o que se materializa que o pensamento abstrai. De forma que a teoria se ampara em uma base material concreta, histórica e espacialmente determinada.

As estratégias metodológicas utilizadas se basearam nos métodos qualitativos e quantitativos de produção de dados, assim, como o uso de entrevistas semiestruturadas e questionários. Como fonte para a realização e viabilização da pesquisa escolheram-se dados estatísticos sobre o povoado de Matinha dos Pretos fornecidos pelo IBGE. Assim como informações advindas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana e da Associação Comunitária da Matinha, esses órgãos públicos foram escolhidos por disporem de documentos acerca do espaço agrário do município. Estes dados quantitativos foram utilizados para a caracterização da comunidade, visando conhecer a realidade socioeconômica deste espaço.

Os sujeitos investigados, nesta pesquisa, são exclusivamente constituídos por mulheres, moradoras do povoado de Matinha dos Pretos, e que estão relacionadas com as atividades agrícolas. As informações analisadas são essencialmente provenientes das entrevistas realizadas, e observações do trabalho de campo, e dos questionários elaborados para definição das tipologias dos Sistemas de Atividades, um método de pesquisa que tem como principal referência a Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários, que auxiliou na compreensão da lógica de funcionamento da UPF e na importância da atuação das mulheres no espaço doméstico produzindo e gerando renda.

Nas entrevistas semiestruturadas considerou-se os depoimentos de dez mulheres agricultoras, com intuito de captar informações sobre os eventos ocorridos desde a infância, e as percepções das mulheres sobre o lugar e as experiências vividas no ambiente familiar, assim como o significado do trabalho por elas realizado. As participantes foram previamente selecionadas por meio de contatos informais, posteriormente, buscou-se entrevistar as mulheres mais velhas do povoado que conheciam a história e formação do lugar, e as participantes dos movimentos sindicais e da associação de moradores.

Todas as entrevistas foram registradas em meio digital, com uso do gravador. As transcrições respeitaram os acontecimentos que surgiram no momento das entrevistas, a exemplos de interpelações de terceiros, silêncios, dúvidas e indecisões. Para não expor as entrevistadas, foi assegurado as participantes o seu anonimato, no entanto, com intuito de preservar a identidade das mulheres entrevistadas, escolheu-se como recurso substituir os nomes reais por nome fictícios, mantendo somente a idade e a ocupação para identificação

dos sujeitos na pesquisa. Todo esse procedimento apoiou-se quanto às questões de ética descritas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)<sup>2</sup>.

A abordagem qualitativa se baseia no método da História Oral, por entender que por intermédio desse procedimento metodológico, pode-se obter uma formulação de documentação histórica e o reflexo social por meio do resgate da memória individual e coletiva. A História Oral utiliza a técnica da entrevista para dar voz à memória de sujeitos, anônimos ou não, e por meio da singularidade de seus depoimentos, construir e preservar a memória coletiva (THOMPSON, 1992 apud BRÊTAS, 2000).

De acordo com Cedro (2011) as entrevistas – como metodologia qualitativa – produzem fontes orais para a pesquisa social e podem ser temáticas ou conectadas às histórias de vida, (NEVES, 2006) indica que o elemento comum entre as duas tipologias é a articulação com a memória na medida em que as lembranças estimulam o processo de construção e reconstrução das narrativas dos entrevistados. Sobre a importância da memória no processo de pesquisa qualitativa Cedro (2011) afirma que:

A relação entre história e memória é de grande proximidade para a produção das fontes orais, já que o processo memorialista se compõe pelas dimensões individuais e coletivas [...] A memória é um subsídio importante para que as entrevistas possam contribuir para a pesquisa social e histórica. Através da lembrança, sustentada pela memória individual, pode-se perceber a articulação com a memória coletiva. A impressão e a percepção de um indivíduo sobre determinado acontecimento, época, espaço, movimento etc. pode esclarecer a representação coletiva (CEDRO, 2011, p 132).

Nesse aspecto, o cotidiano surge como uma escala de análise sócio espacial, pois é onde o sujeito constrói suas relações, o cotidiano pode ser apreendido como lugar, das vivências em geral, acrescidas do sentimento de identificação com aquela paisagem com a qual se interage. Para Certeau (2005, p.31) cotidiano “é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia”.

Sobre o cotidiano Lefebvre (apud CARLOS, 2007, p. 52) afirma que este:

---

<sup>2</sup> Optou-se por este procedimento, uma vez que, a autora já havia adotado o mesmo em seu estudo de Iniciação Científica no curso de Geografia na Universidade Estadual de Feira de Santana. Este documento foi entregue em duas vias (entrevistadora e entrevistada), ficando uma cópia com cada uma das participantes. Esse documento explicita os objetivos da investigação, assegurando confidencialidade da informação, o direito de não responder determinada questão ou interromper a entrevista a qualquer momento, respeitando todas as questões éticas. Esses procedimentos foram adotados em consonância com as prerrogativas éticas que envolvem pesquisas com pessoas.

Revela como encadeamento dos atos que formam um conjunto que não se reduz a soma dos atos isolados, e que se efetua em um espaço e tempo sociais ligados à produção. Mas o que é importante reter é a noção de que o cotidiano não coincide com a realidade, pois compreende não só o vivido, como também a subjetividade fluída, emoções, afetos, hábitos, comportamentos e imagens e, portanto, também se refere ao conjunto da civilização no que se reporta as normas e leis. Deste modo, é a base a partir da qual o modo de produção se afirma quando engendra um espaço e tempo sociais, constituindo-se em sistema pela programação do mesmo cotidiano. Assim, o modo de produção se realiza no cotidiano e este é produto daquele.

Os dados obtidos pela utilização do método qualitativo através da narrativa das mulheres permitiu identificar e conhecer os lugares por ela vivenciados, e assim as relações sociais, que por sua vez, se traduzem no plano do cotidiano, que de certo modo permeia o ambiente familiar.

A família neste trabalho se apresenta como uma categoria fundante para entender as relações de gênero e a dinâmica da unidade de produção. A discussão sobre esse tema apresenta uma imensa abordagem teórica, sendo uma tarefa complexa definir o conceito de família<sup>3</sup>. Na literatura consultada, surgiram conceituações de família e análises para compreensão de formas e tipos de organizações familiares. Neste trabalho, optou-se pela definição de família suscitada por Bruschini (1993, p.77):

A família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa trama de emoções; ela não é a soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo (BRUSCHINI,1993, p.77).

Sobre as famílias rurais, Mattei (2007) aponta que os estudos realizados nas áreas de Antropologia e Sociologia nas décadas de 1970 e 1980 colocaram as famílias do campo em destaque, principalmente devido às questões relativas ao grau de parentesco, herança, padrões de casamento. Segundo Almeida (1986 apud Mattei 2007) a maioria desses estudos sobre o meio rural discute as famílias camponesas, identificando dois focos analíticos que referem a questões econômicas e as questões extras econômicas.

De modo que, as análises sob a ótica econômica tem uma preocupação com o modo de produção camponês, sendo a família um motor desse modo, neste caso, a unidade familiar se

---

<sup>3</sup> Ver o trabalho de Bruschini (1989) sobre “Abordagem sociológica da família”.

reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo.

As análises dos estudos da família rural sob o aspecto das questões extras econômicas estão preocupadas com a reprodução da unidade familiar no ciclo geracional, ou seja, como as famílias se perpetuam. Trata-se de um ciclo longo de reprodução que envolve a lógica de parentesco que perpetua as famílias através de nascimentos, casamentos, mortes e heranças (ALMEIDA, 1986 apud MATTEI, 2007). Partindo das ideias de Carneiro (1998) a adoção da família como unidade de análise se justifica pela sua atuação como agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção agrícola. Segundo Carneiro (1998) a família camponesa se caracteriza enquanto:

A família é um espaço de produção e de reprodução de valores cujos significados ultrapassam a lógica do parentesco e a racionalidade econômica. Desta forma, a família não deve ser entendida tão somente como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que o cercam. É necessário também considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família já que ela agrega indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamento, ou, se quisermos de representação (Carneiro, 1998, p. 65,66).

Assim, muitos aspectos do espaço agrário podem ser compreendidos, a partir dos agentes sociais envolvidos na dinâmica de reprodução social. Isto remete inserir uma série complexas relações que definem e redefinem a família, e principalmente a posição das mulheres nessa escala de análise.

Portanto, as pesquisas feministas têm exigido um novo olhar, portanto novos procedimentos metodológicos, em especial nos trabalhos desenvolvidos junto a mulheres trabalhadoras rurais. Demandando a construção de um caminho metodológico que garanta visibilidade aos sujeitos afirmando suas particularidades, por meio das suas condições concretas de existência, em seus aspectos históricos e socioculturais, haja vista, que o conflito individual não é resultado somente de vivências privadas e subjetivas, é determinado por dispositivos de poder, formado por condições históricas específicas. Aplicados ao meio rural, as teorias e os procedimentos qualitativos de investigação nas análises de gênero têm contribuído para mostrar, entre outras questões, a subordinação e subvalorização do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas (SHEFLER, 2008).

## 1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, a primeira sessão do texto, se refere a esta introdução. No segundo capítulo, utiliza-se como alicerce teórico o conceito de gênero, buscando entender a construção histórica da opressão feminina dentro do contexto da sociedade de classe, em seguida foi feita a discussão sobre espaço geográfico, para entender a importância do trabalho e das relações de produção na produção do mesmo. Como forma de unir a categoria de gênero ao conceito de espaço, no terceiro item deste primeiro capítulo, aborda-se a possibilidade de análises espaciais a partir do enfoque de gênero. Com a preocupação de evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres, se tornou fundamental retratar o mundo do trabalho, a partir dos caminhos teóricos da Geografia do Trabalho, isso porque o foco central desta pesquisa é a atuação das mulheres no espaço agrário a partir do seu trabalho.

O terceiro capítulo é dedicado ao povoado de Matinha dos Pretos, onde se realizou o estudo de caso. Seguindo uma perspectiva geográfica de escala, de forma analítica, levantaram-se as principais características físicas, históricas e socioeconômicas, para apresentar a configuração atual de Matinha dos Pretos, atendendo um dos principais requisitos da Metodologia de análise-diagnóstico dos sistemas agrários, que é o levantamento de informações de todos os aspectos do local estudado. Resgata-se a construção deste espaço rural a partir da dinâmica agrária de Feira de Santana.

Por fim, o capítulo quatro é dedicado à análise da produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos pelo trabalho feminino e sobre a atuação das mulheres nas diversas instâncias. Nesta seção do texto apresenta-se a tipologia dos sistemas de produção do povoado, baseado na metodologia dos Sistemas Agrários.

Apesar de focalizado em um pequeno ponto no imenso território brasileiro, este estudo de caso, contribui para visibilizar o trabalho das mulheres no campo, e destacar que na pesquisa geográfica, as relações de gênero, entendidas como relações de poder, podem ser espacialmente analisadas e demarcadas.

Assim, para entender a forma de produção do espaço agrário é preciso evidenciar que este processo é realizado por homens e mulheres organizados em sociedade com diferentes anseios e condições de vida. Neste sentido, esta pesquisa busca apresentar as transformações ocorridas no ambiente rural de Matinha dos Pretos no que diz respeito às relações de gênero, particularmente acerca da relação entre as mudanças deste espaço e as atividades das mulheres.

## **2 ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TRABALHO FEMININO**

Enquanto que em outros momentos históricos insistiu-se, sobretudo, nas noções de continuidade e unidade, hoje, vive-se em um período marcado pela ênfase dada às noções de ruptura, de diferença e pluralidade. Como uns dos traços característicos do pensamento contemporâneo prevalecem as categorias de multiplicidades. Novas categorias de análise como identidades, estilos de vida, movimentos sociais ganham proeminência. A sociedade de classes assume a forma de grupos e movimentos sociais, baseados em etnicidade, sexo, localidades, dando lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares (SORJ, 2000).

Diante dessas transformações, a ciência deve orientar novos olhares para essa realidade complexa, assim, novos caminhos devem ser buscados para construção do conhecimento. A iniciativa de trazer a discussão do trabalho feminino em áreas rurais surge com a finalidade de articular categorias analíticas importantes presentes em diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas, enfatizando aqui gênero e espaço geográfico.

No âmbito das ciências sociais esta mudança é refletida na crescente produção científica e literária relacionada com temas de gênero, a maior parte vem desenvolvendo desde os anos 70 do século passado, linhas teóricas e empíricas de investigação onde o conceito de gênero se incorpora como um pilar básico explicativo da organização social.

A evolução da Geografia tem sido muito peculiar. Neste sentido, centrada nas análises espaciais, por muito tempo ignorou sistematicamente a variável gênero como elemento de diferenciação social. Considerando a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem levantar as profundas diferenças que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço. No entanto, embora a Geografia incorpore com atraso as abordagens de gênero, sua expansão e aceitação tem sido rápida.

O conceito de gênero nos permite analisar as relações sociais, especificamente, como os sexos contribuem para reprodução social. A existência de tais gêneros é reconhecida historicamente como homem e mulher, assim tal construção se dá sobre a base de uma complementaridade na procriação, pois o que é assumido como ser natural é também formado histórico e culturalmente. As relações de gênero são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são centrais para o entendimento de questões referentes a: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia, dentre outras. No entanto, como a análise dessas relações não se configura numa dimensão única de vivência e constituição das

relações sociais, é preciso articular a categoria de gênero com outras dimensões relacionais, principalmente classe e etnia.

Associando gênero e classe, Toledo (2008) afirma que a condição feminina não pode ser analisada fora do marco de classe. Mesmo com todas as transformações que as classes sofreram neste século, as mulheres não constituem uma classe social à parte, elas estão divididas em classes sociais distintas. Por mais que tenham interesses em comum, há algo mais forte que cada vez mais separa as lutas das mulheres como: a propriedade privada dos meios de produção, que permite a exploração de uma classe por outra. A emancipação da mulher, o combate cotidiano pelas reformas, pela melhoria da situação das mulheres no marco da ordem social vigente deve se dar no seio da classe trabalhadora, pois somente dessa forma pode se alcançar o poder político e o fim de todas as opressões e discriminações, não somente às mulheres, mas aos negros, aos homossexuais e todas as minorias.

A opressão é algo imposto, um fator cultural que se expressa de várias maneiras, independe do grau de desenvolvimento das forças produtivas, em cada lugar e em cada período histórico, que não está restrito as mulheres. Esta situação também atinge os homens, pois não se pode entender a condição feminina sem a situação do homem na sociedade, é uma análise relacional.

Nessa perspectiva, a opressão sobre as mulheres está em uma dimensão ampla ao englobar toda a sociedade. No entanto, a opressão é diferente de exploração, a primeira é cultural e social. Toledo (2008) aponta que a opressão é a atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os sujeitos para impor desvantagens em relação aos outros, ocasionando uma situação de desigualdades de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A exploração é um fato econômico e dá origem à divisão da sociedade em classes. Existe uma relação direta entre a exploração e a opressão, quando surge a exploração econômica, esta tem a oportunidade de associar diversas situações de desvantagens e de opressões já existentes.

No caso das mulheres, suas características físicas e biológicas, serviram de fatores para sua inferiorização, mantendo-a subjugada e, dessa forma, mais disponível à exploração. De naturais, as diferenças entre os sexos passaram a ser culturais, e por isso a categoria de gênero é útil para compreender essa construção social, sobre o que é entendido como feminino ou masculino, e desnaturalizar a opressão feminina, ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre homens e mulheres.

Quando se tem uma perspectiva feminista de análise da realidade, na qual o gênero seja uma variável teórica, a questão étnica entra no debate como uma dimensão das formas de

opressão. Pode-se ter como exemplo, desse viés analítico, a situação das mulheres negras, que dentro das relações de classe, concentra o mais alto grau de opressão, por ser negra, mulher e trabalhadora.

É a partir dessa perspectiva que se analisa a condição das mulheres do povoado de Matinha, a opressão desses sujeitos do ponto de vista da mulher trabalhadora, por entender que o caráter de classe deve fundamentar os estudos feministas, sendo o eixo de análise para compreensão de qualquer aspecto sobre a questão da mulher.

Portanto, neste estudo toma-se como base uma discussão posicionada de gênero, ou seja, destaca-se o papel da mulher trabalhadora rural na dinâmica espacial, pois para destacar a história das mulheres, deve-se situar a discussão de gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais específicos, a partir das experiências das mulheres em sua diversidade, assim esta análise requer uma dimensão geográfica de escala.

Conforme Smith (1988) a construção do espaço implica na produção da escala geográfica, na medida em que cada espaço é diferente do outro. Portanto, a escala é o critério da distinção entre os lugares, pois é a partir dela, que se definem os limites e delimitam-se as identidades, em função das quais se exerce ou se rejeita o controle. Neste sentido, o que define o lugar são as práticas socioespaciais, as relações sociais de poder e de exclusão, por isso os espaços se sobrepõem e se entrecruzam, por isso seus limites são variados e móveis. Os espaços surgem das relações de poder, e tais relações estabelecem as normas, e as normas definem os limites, que são tanto sociais como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem é excluído, bem como, a situação da localização de uma determinada experiência.

## 2.1 SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO: UM DIÁLOGO CONCEITUAL

As pesquisas produzidas nas décadas de 1970 e 1980, que tratam da problematização do conceito de gênero, possibilitaram a inserção de novos temas aos denominados estudos sobre a mulher, ampliando assim as atitudes convencionais de realizar ciência, permeando os espaços das experiências e subjetividades femininas.

Nesse caminho, gênero foi teorizado por Joan Scott (1995) como uma categoria de análise das relações de poder, assim como classe social e raça, e se refere ao modo como as diferenças sexuais são construídas e trazidas às práticas sociais, e tornadas partes do processo histórico. Segundo essa autora, a categoria gênero é uma construção associada aos atributos socioculturais que se aplica, de forma diferenciada entre os sexos, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e os atributos sociais destinados a cada um.

Gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual. Conhecimento entendido como: relativo; produzido por meios complexos, isto é, por amplos e complexos quadros epistêmicos e referindo-se não apenas às ideias, mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas, rituais, enfim tudo aquilo que constituiria as relações sociais. Para Scott, gênero é a organização social da diferença sexual. Não refletindo ou implementando diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, gênero seria o conhecimento que estabelece significações para diferenças corpóreas.

Ao longo da história dos estudos feministas, este conceito foi sendo desenvolvido em diversas linhas e posturas teóricas, assim tem-se, por exemplo, uma posição eminentemente feminista, de atribuição das desigualdades entre homens e mulheres no sistema patriarcal - corrente que se orienta pelo pensamento marxista. Essas abordagens constituem temáticas próprias, tendo de um lado, aquelas cujo eixo de reflexão está na formulação de uma teoria do patriarcado, e de outro, a corrente marxista, em que a problemática é a divisão sexual do trabalho.

O conceito de patriarcado é uma das abordagens mais importantes do feminismo para ciências sociais e se define como um sistema econômico social em que os homens se apropriam do trabalho das mulheres em benefício próprio. As relações de patriarcado entre os sexos implicam que estas são exploradas economicamente pelos homens, que se apropriam do seu trabalho e de sua ideologia. Souza (1991) indica que os temas pesquisados nessas linhas teóricas, permitiram constituir um saber extenso sobre a situação das mulheres nas sociedades, sobre as formas concretas e históricas da condição feminina.

De acordo com Paulilo (2004) a influência do marxismo no pensamento feminista é inegável, principalmente quando a temática é trabalho. Sua abordagem nas ciências sociais foi e ainda é significativo, com ênfase nos estudos sobre o operariado. Porém, alguns movimentos feministas estão mais voltados para questões de reconhecimento, de identidade, que de redistribuição de renda, posse dos bens de produção, acesso a terra, e a condição econômica desigual das mulheres envolvidas no espaço agrário.

A autora afirma que, no Brasil, essa influência é nítida, tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais. O feminismo começa a se tornar presente em terras brasileiras em plena ditadura militar estando em vigência um modelo econômico fortemente concentrador de renda. Se, por um lado, a pressão econômica levava a uma ênfase nas questões de classe, a falta de liberdade política fazia com que a contestação procurasse espaços não proibidos para se manifestar, e os movimentos de mulheres foram um desses espaços.

O marxismo, como uma teoria científica, orienta algumas correntes do feminismo a partir do método histórico dialético, trazendo múltiplas análises conceituais. A leitura das relações sociais pelo viés marxista associado ao feminismo tem por base questionar relações desiguais socialmente construídas, dando ênfase à materialidade existencial, seja na vida cotidiana, em uma análise local, ou em um cenário histórico mais amplo, levando em consideração que tal "materialidade se sustenta por práticas em um real vivido e um real idealizado e ideologizado" (CASTRO, 2000 p.99).

Outra tendência teórica importante nos estudos das relações de gênero é a perspectiva pós-estruturalista inspirada na psicanálise que superou a ideia de papéis sociais femininos e masculinos e o pressuposto das relações binárias, avançando na compreensão de gênero como construtor da identidade, do mesmo modo que raça/etnia e classe (MENEGHEL, FARINA, RAMÃO, 2005).

Entorno dos estudos realizados sobre gênero, a partir das diferentes aproximações teóricas, as autoras Pedro e Grossi (1998, p.13) assinalam que existem alguns pontos importantes de convergência entre as teorias culturalistas, estruturalistas e pós-estruturalistas, pois todas “sustentam postura relativista e concordam que o sujeito é fruto de determinações culturais e históricas, rompendo com as perspectivas essencialista, que reifica homens e mulheres em identidades fixas determinadas pela natureza”.

A emergência do movimento feminista e o conceito de gênero estão intimamente interligados. Segundo a perspectiva de Louro (1997) essa nova linguagem surge com a necessidade de demonstrar que não são os aspectos sexuais, mas a forma como essas características são concebidas e valorizadas, na verdade, o modo como se diz e se pensa esses elementos que irá compor, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em dado momento histórico. A autora coloca que este conceito vai se configurando como uma ferramenta analítica e ao mesmo tempo política e social, pois são nesses espaços que se constroem as relações desiguais entre os sujeitos. Na medida em que se afirmou o caráter social do feminino e do masculino, devem-se levar em consideração as diversas sociedades e as diferentes épocas históricas, exigindo que se pense gênero de modo plural, evidenciando que as representações de homens e mulheres são diversificadas. Contudo, a autora alerta que a característica social e relacional do conceito não deve ser pensada como uma construção de papéis masculinos e femininos, pois seriam “padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos” (LOURO, 1997, p.24).

A intenção é entender gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, transcendendo a ideia simplista de desempenho de papéis. Outra questão abordada é a desconstrução da permanente oposição binária masculino-feminino, o que significaria questionar as oposições entre eles, observando que o polo masculino contém o feminino e vice-versa. Assim, busca-se compreender que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere a busca dos processos e as condições em que ocorrem os meios da polaridade. O pensamento dicotômico remete a relação de feminino e masculino como polo dominante e dominado, assim, o desconstrutivismo desfaz essa lógica, constatando que o poder se manifesta em vários sentidos.

Tal poder permite fragmentar parcelas de cada oposição, de modo que os sujeitos dessa dicotomia não se referem somente a homens e mulheres, mas a indivíduos pertencentes a diferentes raças/etnias, classes, religiões. Neste sentido, práticas e relações de poder perpassam os sujeitos, constituindo suas relações, discursos e subjetividades. Por fim a autora elucida que a iniciativa de entender a construção do gênero na perspectiva histórica, significa admitir as transformações nas relações entre homens e mulheres, nos discursos e nas representações.

Moraes (1998) apresenta algumas reflexões sobre as dimensões envolvidas na construção teórica de gênero. Segundo a autora, o modo como tal expressão tem sido utilizada na área das ciências sociais assinala, primordialmente, a perspectiva culturalista, em que as categorias diferenciais do sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas ao contrário, indicam a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens, produtos das relações sociais baseadas em diferentes estruturas de poder.

Teorizar as relações de gênero como formulações culturais impõe pelo menos dois conjuntos de questões analíticas. A teoria do gênero, por desafiar essencialismos biológicos anteriores, problematiza e permite uma nova discussão sobre a maneira pela qual os fatos naturais das diferenças entre os sexos são relacionados a formulações de gênero. Simultaneamente, o conceito de gênero como forma social e histórica de desigualdades entre mulheres e homens chama atenção para outras categorias de diferenças que se traduzem em desigualdades, tais como classe e raça, e colocam a questão de como elas se cruzam.

Neste sentido acredita-se que a análise da condição feminina pelo viés do materialismo histórico dialético traduz melhor a questão de gênero, pois esta evidencia a dinâmica do sistema capitalista que é marcado por desigualdades, em virtude da concentração do capital em poder de uma pequena classe social, associada à ação privada e apropriação dos meios de

produção, restando para a maioria, e em especial as mulheres, somente sua força de trabalho uma mercadoria super explorada, neste sistema econômico vigente.

Compartilha-se da ideia de autoras como Araújo (2000), Castro (2000), Moraes (2000) que o marxismo, a partir do enfoque histórico e material, trouxe significativas contribuições ao feminismo no sentido de permitir a desnaturalização da subordinação da mulher, “situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados, além da interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico” (ARAÚJO, 2000, p.65).

A análise de gênero sob a perspectiva marxista permite desvincular a ideia de que a subordinação feminina tem uma gênese essencialista, ou seja, a dominação masculina sobre as mulheres ocorre de forma natural. Mas ao contrário, as relações e as práticas sociais são diretamente influenciadas pelos processos históricos e materiais, desencadeados a partir das relações que homens e mulheres estabelecem com vistas à produção e reprodução de suas vidas e de suas necessidades.

Na concepção do materialismo histórico, a produção e reprodução da vida são os elementos que determinam a história, pois como afirma Araújo (2000), baseada em Marx e Engels (1975), na obra *a Ideologia Alemã*:

Produção e reprodução constituem, assim, um único processo [...] Tais processos se realizam via sujeitos sociais sexuados, os quais, através de suas práticas e interações com vistas à reprodução social e da espécie, dão origem a instituições, também históricas, como, por exemplo, a família. Este enfoque contribuiu para o entendimento de que as relações sociais, inclusive as que se desenvolvem entre homens e mulheres, são construídas, reproduzidas e transformadas, uma vez que a natureza humana não é concebida como algo ontológico e imutável, mas produto das práticas sociais, conflituosas e, muitas vezes, antagônicas (ARAÚJO, 2000,p.66).

Para Moraes (2000), a questão da mulher no marxismo assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. De acordo com a autora, Engels (1977), em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, a condição feminina se apresenta em um patamar especial, pois o surgimento da propriedade privada e subordinação das mulheres são fatos que ocorrem simultaneamente, sendo um marco inicial das lutas de classe. A contribuição de Engels ajuda a refletir sobre a relação estabelecida entre as condições materiais, a propriedade privada e as instituições e a opressão da mulher, além de demonstrar que o lugar social das mulheres, não se restringe a uma natureza feminina, identificando a relação entre homens e mulheres como relação de opressão e situando nos processos

socioeconômicos os elementos que conduziram à dominação masculina. De acordo com (ARAÚJO, 2000, p.66):

A primeira divisão de trabalho, entre homens e mulheres, institucionaliza-se como relação opressiva quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem. Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora. A família moderna nada mais é do que a expressão dessa “derrota histórica” das mulheres, ou seja, algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço.

A análise marxista sobre ideologia apresenta alguns aspectos para compreender outras dimensões das relações sociais que estão além da base material, mesmo quando são mediadas por esta, pois “a ideologia retrata a subjetividade humana, aos valores e formas de perceber e se posicionar no mundo, a partir da condição de inserção dos sujeitos” (ARAÚJO, 2000, p.67). Por meio dela pode-se ampliar o olhar que se centra na classe, para outras abordagens mais pluralistas em que possa abranger outras formas de luta e conflito. As análises de gênero que associam as categorias de classe, sexo e raça tem influência dessa perspectiva pluralista, assumida pelas dimensões materiais e ideológicas.

Conforme afirma Castro (2000) as relações sociais entre os sexos é o vetor do conceito de gênero. Portanto, são condicionadas pela estrutura e pela luta de classes e pelo lugar das mulheres na classe, não definiriam sujeitos sexuados, nem os sujeitos sexual/socialmente se auto definem, apenas no plano da organização econômica.

Na visão da autora, o gênero apontaria para uma análise social dialética articulada com outras relações, ou seja, "seria um estruturante da totalidade social, que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo" (CASTRO, 2000 p.101).

As relações sociais estão associadas as condições materiais de existência, no entanto, não se pode deixar de reconhecer as subjetividades presentes nas relações. E talvez seja essa questão, que a teoria marxista apresente determinadas limitações, pois as relações tanto gênero, quanto a de classe, apesar de estarem diretamente associadas, foram assumindo linhas próprias e a opressão foi sendo um elemento estruturante as relações entre homens e mulheres, delineadas pelas práticas e condições materiais, mas que adquiriram dimensão subjetiva como relação de poder.

A partir disso, tem-se que o conceito de gênero busca compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas diversas manifestações, incorporando as dimensões subjetivas e simbólicas de poder, muito além das

fronteiras materiais e das conformações biológicas. Deste modo, a possibilidade de pensar as práticas materiais e, associada, as construções simbólicas, evitando o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica, permitiram que o gênero enquanto categoria fosse assumida pelo feminismo de base marxista, preocupado em responder à permanência de relações de opressão entre homens e mulheres, mesmo em contextos econômicos e políticos distintos. Trata-se de um significativo recurso de análise para pensar a construção e a desconstrução das identidades de gênero, ou seja, os caminhos pelos quais os atributos e lugares do feminismo e do masculino são socialmente construídos com sentidos significados, do que como essência (ARAÚJO, 2000, p.69).

Para o materialismo histórico e dialético, o substrato material de todos os fenômenos sociais apresenta grande importância, sendo necessário afirmar que a sociedade não comporta uma única contradição, mas três fundamentais: a de gênero, raça/etnia e a de classe.

## 2.2 ESPAÇO GEOGRÁFICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Geografia enquanto ciência busca conhecer e compreender a diversidade das relações sociais sob a ótica espacial, assim o espaço geográfico se apresenta como objeto central de análise. Ao longo do processo de construção da base teórica e epistemológica da análise geográfica, o conceito de espaço foi abordado com diversas concepções de pensamento. Entre elas destacam-se a Geografia Tradicional, a Teórica quantitativa, a Geografia Crítica, e a Humanista e Cultural. A partir de sua evolução teórica, esta ciência desenvolveu uma expressão própria, um corpo conceitual para sintetizar o seu objeto de estudo e analisar os fenômenos sociais do ponto de vista geográfico.

A Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chave que se assemelham entre si, pois se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: espaço, lugar, paisagem, região e território. O espaço geográfico tem hoje um papel privilegiado como incorporador das materialidades e das ações humanas advindas do processo de conhecimento, é através dele que se impõem as relações sociais e as da produção, que se dão em toda complexidade do mundo real, através das formações socioespaciais (CORRÊA, 1995).

O espaço geográfico é produzido pelo trabalho realizado por homens e mulheres coletivamente. Elemento mediador entre a sociedade e o espaço, o trabalho determina a natureza social do espaço e a sua forma de apropriação, assim deve ser analisado como um

produto social em que a sociedade transforma a natureza por meio de instrumentos de trabalho, este processo determina a gênese social do espaço geográfico.

Nessa perspectiva a produção do espaço é marcada por uma relação dialética, pois o contexto social e o momento histórico são elementos preponderantes para produção e organização espacial. Os modos de produção são entendidos como uma totalidade concreta apresenta um determinado de estágio das forças produtivas, forma específica de apropriação da produção excedente, e certo tipo de relações sociais que se materializam no espaço concreto.

Corrêa (1991) aponta que a organização espacial reflete o desenvolvimento das forças produtivas, modo dominante das relações de produção e o nível técnico. O espaço cristaliza os modos de produção de diversas manifestações concretas de um momento da história. A organização espacial é o resultado do trabalho humano ao longo do tempo, e neste caso será analisado o processo de produção do espaço rural de Matinha dos Pretos pelo trabalho das mulheres.

O espaço geográfico, neste estudo, se apresenta como conceito central que orienta a discussão, no sentido de analisar como a mulher por meio do seu trabalho produz e reproduz espaço, pois este é um elemento da existência humana, e, portanto, instituidor das relações de gênero, item significativo para se entender a sociedade contemporânea e as distribuições espaciais da atividade criativa a partir do trabalho.

Na Geografia Crítica o espaço é reconhecido como o resultado da produção de sucessivos modos de produção determinados historicamente, onde o trabalho é o eixo central da relação de homens e de mulheres com a natureza, não sendo somente palco das atividades dos grupos humanos (SANTOS, 1990). As transformações que ocorrem em função das necessidades humanas estão vinculadas ao contexto histórico, mediante esta noção de espaço social construído pelo trabalho. As relações sociais são elementos importantes na estruturação do espaço geográfico, estando intimamente ligada com as de gênero. O espaço como uma totalidade é produzido essencialmente pelas relações sociais existentes, que possuem importância fundamental na compreensão do processo de reprodução espacial, de acordo com seu momento histórico. Assim, o trabalho feminino contribui na produção dessa totalidade em contextos diferenciados e específicos, pois em cada porção do espaço se materializam as complexas e diversificadas experiências vividas pelas mulheres, em diferentes épocas.

De acordo com perspectiva de Santos (1996) o espaço pode ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como

testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Ou seja, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que acontecem e se manifestam por intermédio dos processos e funções. O espaço, na visão do autor, representa um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual, o que explica que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. Ainda na concepção de Santos (1993), o espaço é uma instância da sociedade. Isto significa que o espaço contém e está contido pelas demais instâncias, do mesmo modo que cada uma delas contém e por ele estão contidas. Neste sentido, a economia está no espaço, assim como o político institucional e o cultural e ideológico, tudo isso elucida a essência social do espaço.

De acordo com Santos (1993) o espaço geográfico é produzido pela sociedade, representado pelas relações sociais e de produção, e que o próprio processo de produção condiciona a reprodução deste. Assim, considera o espaço geográfico como uma condição e um resultado da evolução social, uma instância da sociedade, o que o caracteriza de forma eminentemente social, contribuindo para análise do trabalho das mulheres na produção do espaço.

O espaço produzido dentro da sociedade capitalista encontra-se intensamente hierarquizado, conforme a divisão em classes, raças, etnicidade, gênero o que configura a sua diferenciação política dinâmica e multifacetada (SMITH, 2002).

O conceito de espaço social sob a ótica de sua produção tem raízes no pensamento de Henri Lefebvre. As reflexões deste autor se debruçam nas questões referentes à reprodução das relações sociais e ao sentido da organização do espaço no contexto das lutas de classe e principalmente no âmbito da expansão do capitalismo. A produção envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o “sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades”. Complementa o autor, “quem diz produção diz também reprodução, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida” (LEFEBVRE, 2001, p. 37-39).

O trabalho, na visão de Lefebvre, estabelece, em princípio, uma forma de analisar e entender a sociedade, o Estado, o capital, o poder, a produção e as relações espaço/sociedade. Enquanto categoria de análise, o trabalho não se reduz à exploração apenas da natureza objetiva das condições materiais e imateriais da produção em geral, mas a compreensão do que está além da exteriorização da ideologia e da objetivação das formas concretas, o que conduz à compreensão de que a própria gênese cultural de homem e mulheres, sujeitos históricos, neste caso, resulta do seu próprio trabalho.

Apreender as relações sociais de gênero a partir da sua materialidade concreta na estruturação do espaço, partindo da premissa de que estas são constituídas de poder, permite associá-las às relações espaciais, que, por sua vez, definem as relações de produção, pois o espaço, na perspectiva de Soja (1993), se define como um componente dialeticamente definido da relação entre o capital e trabalho, da estrutura de classes na sociedade capitalista. Assim, o espaço como elemento das relações de produção se refere a sua percepção não separada do contexto social mais amplo, na perspectiva de ter regras autônomas de construção e transformação. O que coloca uma diferenciação primária entre o espaço *per se*, como dado contextual, a forma objetiva da matéria e a espacialidade de base social, o espaço criado da organização e da produção social.

A definição de espaço como socialmente produzido, tem como pressuposto inicial uma prática social deliberada, a qual o caracteriza como um produto político e ideológico. Isso, no entanto, não o transforma em uma simples expressão da estrutura de classes da sociedade capitalista, pois, conforme afirma Soja (1993) o espaço e sua organização política expressam as relações sociais, mas também reage contra elas. Com base nessa ideia, pode-se apreender as relações espaciais e sociais como dialeticamente interdependentes, sendo que as relações de produção são formadoras do espaço.

De acordo com Moreira (2007) a Geografia por meio da análise do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, e por detrás de todo arranjo espacial estão as relações sociais que nas condições históricas do presente são relações de classe. O espaço é história, faz parte do processo de produção social, esfera epistemológica sobre a qual a geografia deve debruçar-se como ciência. O espaço geográfico é um campo interdisciplinar da Geografia, é o conceito que permite dialogar com as demais áreas do conhecimento que buscam entender o movimento social.

O conhecimento do espaço geográfico passa pela apreensão de uma realidade que se modifica constantemente e, para conhecê-la é preciso fazer recortes e mediações. Compreender as relações de gênero a partir de um viés geográfico é reconhecer o espaço como um produto de inter-relações, desde a interação do global até o intimamente pequeno, é enxergar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção.

Esta aproximação considera a necessidade de realizar uma conexão entre as distintas escalas de análise no estudo dos fenômenos sociais. A vida cotidiana é uma resposta local e específica aos processos econômicos, sociais e políticos globais. Estas respostas não são

homogêneas. A vida cotidiana materializa e reproduz os processos gerais, como também as práticas diárias das pessoas vão modificando ao longo do tempo.

### 2.3 GEOGRAFIA E GÊNERO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISES ESPACIAIS

Realizar uma análise geográfica do tecido social incorporando as teorias de gênero permite desvendar as manifestações espaciais e territoriais de diversos grupos sociais que por meio de suas práticas constroem diferentes espaços geográficos, pois o gênero é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo. Neste tópico serão apresentadas, algumas abordagens do conceito de gênero, que foram e estão sendo discutidas na Geografia e alguns trabalhos que serviram de influência para elaboração desta pesquisa.

Incorporar este conceito na Geografia significa pensar as relações de gênero como variáveis dos processos de transformações do espaço, pois as relações sociais são elementos constitutivos na estruturação do espaço, estando intimamente associadas com as de gênero e classe (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002).

É necessário fazer alguns esclarecimentos conceituais dos conteúdos da Geografia e gênero. A contribuição das distintas ciências sociais na construção dos conceitos em torno de gênero tem dado pouca importância às variações espaciais. A maior parte do marco teórico feminista não é esclarecedor nesse sentido. A Geografia também tem ignorado variáveis e conceitos básicos relacionados com o gênero. A geografia feminista ou de gênero têm sido o lugar de encontro entre o gênero e suas especializações. Neste sentido, o gênero como construção social tem importantes variações territoriais, o que não ocorre com o sexo.

Durante longo tempo, a expressão das espacialidades dos grupos de mulheres, dos não brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante não foram consideradas adequadas como objeto de estudos dessa ciência. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser vista pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da Geografia branca, masculina e heterossexual que nega essas existências e impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades.

Compartilhando dessa ideia muitas geógrafas feministas como Sabaté (1995), argumentam que a ciência é uma construção social e como tal, não pode ser neutra. Os avanços de uma disciplina científica não estão à margem dos problemas sociais e dos debates políticos que levantam. São os interesses dos grupos de poder que mantem a ciência e as mudanças nas construções gerais do pensamento teórico e filosófico. Uma comunidade

científica também é uma micro sociedade que reflete os interesses e lutas pelo poder que se dão no mundo exterior, que traduzem a influência do contexto social na seleção dos temas de investigação e nas propostas dos modelos teóricos e enfoque de suas análises.

A associação prévia destas ideias permite entender o papel secundário que tem desempenhado as mulheres, como agentes ativos das investigações e da ausência prática do gênero como categoria de análise no desenvolvimento das ciências sociais. Quando se pretende traçar a história de uma ciência como a Geografia, se deve fazer uma posição crítica as suas construções teóricas, aos possíveis elementos sexistas encobertos nelas, a ausência do caráter inclinado de determinados temas de investigação, e a organização social da produção científica.

A apresentação da perspectiva de gênero dentro da Geografia exige uma consideração prévia da influência de outras ciências sociais nos avanços teóricos e metodológicos. O feminismo nos últimos anos tem chegado praticamente a todas as ciências sociais. O desenvolvimento da perspectiva de gênero na Geografia varia de acordo com as escalas nacionais. E vem desenvolvendo estudos com um maior rigor na conceituação de temas acerca do patriarcado, sexualidade, ideologias familiares e poder masculino, e no progressivo reconhecimento da diversidade e variedade existente nas experiências femininas. Portanto, são muito frequentes as investigações sobre a inter-relação entre as variáveis de raça, classe, geração e gênero com o uso do espaço (SABATÉ, 1995).

De acordo com Silva (2009a), o desenvolvimento histórico e geográfico do movimento feminista, contesta o poder da Geografia hegemônica, que por sua vez, é marcada por privilégios de sexo e raça. Neste sentido, surgiram as chamadas Geografias Feministas contrárias às ideias da universalidade do saber geográfico, estabelecidas por intermédio de novas versões científicas que pudessem dar visibilidade a grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. Partindo desse pressuposto, a autora descreve a trajetória desse movimento apresentando a construção das perspectivas feministas na Geografia, que iniciam destacando as análises nas mulheres. Durante a década de 80, os estudos feministas no campo da Geografia foram influenciados pela perspectiva marxista e pela noção do patriarcado, vinculando as lutas de classe às desigualdades de gênero.

Para as geógrafas feministas dessa tendência teórica, gênero deve compreender as relações de dominação e subordinação, não podendo ser tratadas de forma separada, mas intrínseca às lutas de classe, sendo uma forma de superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes nas diversas sociedades. Já o patriarcado é entendido por elas como um sistema de relações hierarquizadas em que seres humanos possuem poderes desiguais.

Contudo Silva (2009a) assinala que os primeiros trabalhos geográficos foram desenvolvidos sob a ótica marxista, posteriormente, emergem as perspectivas desconstrucionistas do conceito de gênero, reivindicando novas formas de produzir o saber geográfico. Influenciadas pelas ideias de Judith Butler uma das mais importantes representantes da análise pós-estruturalista e sobre gênero e feminismo, em suas abordagens destaca a estabilidade da identidade feminina nos conceitos de gênero, e se posiciona contra o determinismo em torno dos significados construídos culturalmente e inscritos nos corpos anatomicamente diferenciados de homens e mulheres. A autora defende a ideia de que as identidades de gênero são instáveis e estão em permanente transformação, e o distanciamento do conceito de gênero das noções de dualidade pode ampliar o campo semântico de gênero, incluindo, assim, pessoas que não se enquadram nos eixos binários naturalizados.

O conceito de gênero na perspectiva desconstrucionista ao se apresentar como uma construção discursiva e ficção relacional, fruto da perspectiva pós-estruturalista, gerou novas iniciativas às geografias feministas, tendo em vista que as análises mais específicas colocaram o espaço como um elemento fundamental no amplo campo das teorias feministas. As novas abordagens compreendiam a formação das identidades instáveis de gênero, a partir dos lugares peculiares das experiências concretas das pessoas, suas constantes redefinições identitárias e, também, da posição das pessoas que emitem os discursos científicos e de quem os interpreta. Neste sentido, Silva (2009b) indica que o espaço nesta linha teórica da geografia feminista compõe:

O gênero performático, mas também os atos subjetivados que se diferenciam do ideal de gênero, jamais realizável em sua concretude. Esta concepção que desconstrói o caráter essencialista dos gêneros e, sobretudo, dos ideais de masculinidade e/ou feminilidade forjados na visão dicotômica, bipolar e heterossexual da compreensão das pessoas, possibilitou a inclusão de seres que não se enquadram perfeitamente nesta ordem e o exercício de múltiplas formas de masculinidades e feminilidades. Na vida cotidiana concreta, as performances de gênero são exercidas muitas vezes por corpos dissonantes do modelo hegemônico preconizado. O argumento desta perspectiva é que o gênero, construído permanentemente, é também produzido pela sua desconstrução, pois enquanto representação, o gênero se faz nas relações humanas e o espaço é fundamental nesse processo de construção/desconstrução (SILVA, 2009, p.96).

A adoção do conceito de gênero pela Geografia possibilitou avanços teóricos e metodológicos, e ampliação do campo de estudo, pois o espaço passou a ser significativo na compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente e hierarquizadas. Na perspectiva desconstrucionista, o espaço é concebido de forma paradoxal, além de compor as

representações sociais hegemônicas dos gêneros e das sexualidades, se apresenta como um elemento de subversão dessas mesmas representações, por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos em que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial (SILVA, 2009a).

A partir disso, a Geografia pode ser entendida como uma ciência de afluência de muitas outras que permite, através de uma metodologia própria, a compreensão integrada das realidades sociais. Nesta ótica, a questão de gênero se enquadra na investigação geográfica, mesmo sendo muito recentes os estudos sobre tal tema. No Brasil, observa-se um aumento significativo de estudos no âmbito da Geografia, refletindo, sobretudo, a tentativa de um enquadramento teórico consistente, buscando pontos de referência em domínios variados das ciências humanas.

Nessa perspectiva de análise, trabalhos como o de Garcia (2006), que tem como objetivo compreender as relações de gênero e a participação das mulheres das classes populares de Salvador como militantes e dirigentes das associações serve como instrumento teórico para esta pesquisa. Esta autora faz uma leitura do espaço enquanto construção pelos sujeitos individuais e coletivos, enfocando as imbricações de gênero, raça e classe, procurando entender a prática desigual da apropriação do espaço citadino entre os gêneros, e principalmente as múltiplas formas de ocupação das mulheres das classes populares e suas possíveis identidades territoriais nas periferias de Salvador, em seus aspectos subjetivos. Para isso, se orienta pela corrente da Geografia Crítica e da Geografia do Gênero, buscando meios para compreender a sociedade moderna e sua complexidade, na fase atual do capitalismo. Salienta que as lacunas das teorias marxistas, apontadas por várias feministas, representam um estímulo para encontrar novos caminhos, formando paradigmas que demonstrem a pluralidade da sociedade e a outra parte da humanidade que são “as mulheres de todas as raças, de todas as classes, mas entendidas nas suas especificidades” (GARCIA, 2006, p.16).

Shefler (2000) também contribui para construção da pesquisa geográfica, ressaltando alguns pontos sobre a construção do espaço agrário, especialmente no setor da produção familiar, com referência nos estudos de gênero. Orienta-se na vertente da Geografia Humana, enquanto ciência social, para identificar a influência das relações de gênero nas estratégias de sobrevivência das famílias rurais e manutenção territorial, bem como suas implicações na produção do espaço familiar.

Esta pesquisadora ressalta, em sua discussão, a importância que os estudos de gênero assumem na Geografia em todo o mundo e apresenta de forma sucinta uma revisão histórica sobre a incorporação da teoria social desta temática nas pesquisas geográficas, refletindo

sobre a necessidade dessa abordagem nas investigações da organização agrícola familiar. Assim, desenvolve um perfil da pequena produção familiar diante das mudanças que ocorrem na agricultura brasileira e nordestina, destacando a pluriatividade da família camponesa que utiliza diferentes estratégias para produzir e reproduzir o domínio de seus territórios, elucidando a atuação da mulher enquanto sujeito ativo desse processo.

Para destacar o movimento de lutas no campo realizado por mulheres sob a ótica de gênero e produção do espaço, o trabalho de Franco (2004), ajuda a compreender essa dinâmica em sua tese intitulada: “A luta pela terra sob o enfoque de Gênero: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”, que analisa a diferença existente na produção e reprodução de relações sociais de gênero nos lugares da luta pela terra, ou seja, os assentamentos e acampamentos rurais. A autora traz em sua discussão a ideia da estrutura generificada do espaço como produto da organização social, que encaminha a refletir a relação dialética da produção do espaço e a construção das relações de gênero na dinâmica de territorialização-desterritorialização e reterritorialização da luta pela terra. Evidenciando que a análise do espaço se dirige para a geograficidade das práticas e relações de poder que se estabelecem entre diferentes sujeitos sociais.

Em seu estudo Franco (2004) discute os assentamentos analisando as diferentes construções de relações de gênero que se estabelecem através da identificação da prática do cotidiano como inerente espacial, em que a autora denomina de os “lugares da diferença”. Outra importante contribuição da autora é a de trazer o debate conceitual sobre gênero e sua relevância para análise espacial dos fenômenos através da escala geográfica, embasando suas ideias em pesquisadoras que situam a epistemologia feminista como elemento importante para o estudo da sociedade e seu espaço, pois, homens e mulheres estão situados de modo diferente no mundo e sua relação com os lugares na qual desenvolvem suas vidas também é diferente.

Assim, Franco (2004), assinala que uma das implicações importantes do reconhecimento de que o espaço é uma parte integrante de vida social é que esse espaço está sempre aberto à contestação por diferentes indivíduos ou grupos, muitos dos quais estão tentando questionar e redefinir os significados e limites de espaços particulares.

Outra referência relevante são as pesquisas realizadas por Rossini (1993), na região de Ribeirão Preto, importante área canavieira de São Paulo, nas quais analisa a presença de mulheres integradas a esse tipo de agricultura. Porém, neste caso, são mulheres que deixam de estar na situação de residentes rurais para qualidade de assalariadas, trazendo mudanças substanciais nas relações de trabalho e na organização da família. No entanto, a importância desse estudo para a pesquisa é a utilização da noção de espaço geográfico, trazendo ao cerne

discussões de gênero na formação socioespacial dessa região, mostrando como a mulher por meio do seu trabalho transforma e modifica o espaço.

A partir desses estudos, verifica-se que o enfoque do conceito de gênero na visão feminista da produção do espaço possibilita uma leitura atenta do cotidiano, dos grupos sociais marginalizados, em que suas representações se constituem em uma ordem socioespacial específica envolvendo tempo, espaço e escala. De acordo com Silva (2003):

A abordagem de gênero exige uma relação entre o universo micro e macro, envolvendo as relações de caráter familiar e social e, portanto, análise do espaço privado e público (...). A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações (SILVA 2003,p.41,42).

Esta ideia permite analisar nesta pesquisa, a relação entre a casa ou espaço doméstico, com a unidade de produção e o espaço do povoado de Matinha dos Pretos, a partir da escala que se estabelece entre o micro e o macro, o espaço privado e o público, mas principalmente, a pensar as construções e relações sociais vai construído cada espaço.

As mais recentes investigações geográficas na perspectiva do gênero trazem como propósito reconhecer a forma como as relações sociais de gênero constituem um processo da sociedade contemporânea, determinantes nas distribuições espaciais da atividade humana, nas desigualdades regionais, na configuração do espaço social e construção das cidades, no uso dos recursos naturais e nas percepções e experiências espaciais (SHEFLER, 2000, p. 251).

Portanto, o gênero apresenta uma nova maneira de estudar as manifestações geográficas, com intuito de enriquecer esse debate no campo da Geografia, que por sua vez, deve levar as pessoas a uma consciência da espacialidade das coisas, dos fenômenos que elas vivenciam, diretamente ou não, como parte da história social.

A Geografia Humana, até recentemente, preocupada apenas com os lugares, distâncias e locais, não percebia que na natureza de todo fenômeno geográfico tem um componente de classe social, sendo está articulada as questões de gênero e raça/etnia. Mas o enriquecimento é mútuo: A partir da Geografia, o feminismo reconhece a base geográfica da vida social, que não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial em que eles aparecem. Do Feminismo, a Geografia aprende a reconhecer a natureza pelo gênero das estruturas e padrões territoriais.

Susan Hanson (1992) em seus trabalhos, nos mostra esta mutua influência enriquecedora, com o reconhecimento de três pontos teóricos centrais que são comuns nas

atuais correntes do pensamento geográfico e feminista: o estudo da vida cotidiana, a importância do contexto, e o reconhecimento da diferença. Na investigação geográfica, o feminismo conduz em um primeiro momento a analisar os diferentes papéis desempenhados por cada sexo em relações ambiente vivido. As formulações recentes da investigação geográfica feminista tem se destinado a reconhecer a forma em que as relações de gênero constituem um processo da sociedade contemporânea determinante nas distribuições espaciais da atividade humana, nas desigualdades regionais, na configuração do espaço social, no uso dos recursos naturais na percepção e experiências espaciais.

A partir das leituras e análises das diversas abordagens sobre gênero, verifica-se que o enfoque das estudiosas feministas e geógrafas, tem sido as desigualdades materiais entre homens e mulheres em diferentes partes do mundo para uma nova convergência de interesses na linguagem, simbolismo, significado e representação na definição do gênero, bem como os problemas de subjetividade, identidade e corpo sexual.

A finalidade dos estudos feministas é analisar o que significa ser mulher, como varia no tempo e no espaço a concepção cultural dessa categoria, e sua influência na situação das mulheres dentro de cada sociedade. Para o desenvolvimento dessa ideia é necessário o conceito de gênero e das relações sociais de gênero, é dizer as diferenças entre homens e mulheres, e como correspondem os atributos aceitos da feminilidade e masculinidade, através do tempo e do espaço.

Assim, o gênero deve ser considerado em duas perspectivas: como construção simbólica e como relação social material, que na realidade ambos os aspectos são inseparáveis. Em consequência, o propósito específico de uma geografia feminista é investigar e trazer à tona a relação entre as divisões de gênero e divisões espaciais, para descobrir como se constituem mutuamente, e mostrar os problemas ocultos trazendo sua aparente naturalidade. O propósito central é de examinar até que ponto os homens e as mulheres experimentam de forma diferente os lugares e os espaços, mostrando que tais diferenças formam parte da constituição social tanto do lugar quanto do gênero.

Sendo o espaço geográfico concebido como espaço social, concreto e em movimento, requer sobre ele uma análise da sociedade e da natureza e a dinâmica resultante da relação entre ambas. A análise do espaço requer as noções conceituais construídas acerca da espacialidade, valorizando a formação da consciência territorial, interpretando as territorialidades, processo pelo qual as atividades se ordenam e se estruturam no espaço, elemento que permite situar os diferentes atores sociais, uns em relação aos outros, e se revela como um recurso a partir do qual se estabelecem ligações entre outros atores, procurando não

apenas conhecer os elementos objetivos que compõe o espaço, mas valorizar as subjetividades, pois a percepção espacial de cada sujeito ou sociedade é resultado, também das relações afetivas e de referências socioculturais.

A geografia deve trabalhar no sentido de instrumentalizar para lidar com a espacialidade e com suas múltiplas aproximações, buscando demonstrar a compreensão da vida social refletida sobre os diferentes agentes transformadores do espaço. Desta maneira, é possível que o indivíduo perceba as contradições e os conflitos sociais e avalie as maneiras de apropriação e de organização dos grupos sociais.

Dessa forma, a construção teórica sobre o conceito de espaço geográfico sob a ótica dos autores citados propõe levantar a discussão acerca das relações de gênero como um elemento de análise para o entendimento da sociedade contemporânea e das distribuições espaciais das atividades humanas, destacando neste caso o trabalho das mulheres na produção do espaço, pois como assinala Franco (2004), compreender a lógica desta produção demanda incorporar as relações de gênero como categoria social, portanto históricas.

#### 2.4 PERCURSO TEÓRICO SOBRE A GEOGRAFIA DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho é uma face da realidade onde se permite observar a produção e reprodução das assimetrias de poder, pois neste universo as desigualdades materiais e simbólicas entre homens e mulheres aparecem de forma mais concreta. O trabalho na sua pluralidade de formas continua sendo determinante na condição de vida das pessoas, porque o sustento da maioria dos indivíduos depende da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado. A dinâmica do trabalho tem influência nas diferentes esferas da vida, sendo difícil distinguir as fronteiras que separam o espaço do trabalho do espaço do não trabalho (SORJ, 2000).

As novas tendências no mundo do trabalho ensejaram uma extensa avaliação das teorias e quadros analíticos em diversas áreas da ciência, e especialmente na Geografia tem crescido as leituras acerca do movimento recente de redefinições no âmbito do mundo do trabalho. Em todas as suas dimensões, o trabalho é à base do desenvolvimento da vida material e espiritual.

Conforme já foi dito, a Geografia elaborou em sua epistemologia seus conceitos centrais de análise que auxiliam na compreensão da sociedade e sua interação com o espaço. No entanto, para entender determinados fenômenos sociais, o diálogo com outras categorias

conceituais de outras áreas se torna necessário, principalmente quando tem influência direta com as práticas socioespaciais.

A discussão sobre o trabalho na Geografia de acordo com Moreira (2002) é um tema permanente, porém, o autor indica que é total a ausência de sua explicitação conceitual e analítica, sendo que, na sociologia, a situação é totalmente oposta. A sociologia do trabalho contém um campo teórico estabelecido e demarcado na teoria social. Desta maneira, levanta-se a questão do que poderia vir a ser uma geografia do trabalho, seus temas, reflexões teóricas e mediações. A análise do trabalho na Geografia está sempre presente na mediação das discussões entre: a relação indivíduo e meio e a relação de organização espacial das sociedades.

Na abordagem da relação sociedade-meio, o trabalho é visto como ato transformador. A ação humana de suprir suas necessidades retira do meio circundante as condições e os meios de vida, realizando-os através do trabalho. O vínculo com a economia do trabalho é aqui evidente: o homem é força de trabalho transformadora e fonte-de-geração de todos os objetos espaciais que ele almeja ter presentes na constituição do seu modo de existência. Já no enfoque da relação de organização espacial das sociedades, o trabalho é visto como ato instituinte, o movimento de constituição das sociedades como totalidades de estrutura geograficamente organizada na história (MOREIRA, 2002,).

É muito comum nas análises geográficas, o trabalho aparecer como mediador de tais relações, porém, o tema vem experimentando mudanças: desaparece como forma de mediação seja da relação homem-meio, seja da relação sociedade-espço, para aparecer como forma concreta de conteúdo. “Desaparece como tema, todavia da primeira, simplificando-se na segunda, onde é analisado como flexibilidade do trabalho e da produção no âmbito da reestruturação produtiva” (MOREIRA, 2002,p. 8).

A Geografia do trabalho de acordo Thomaz Júnior (2002), um dos principais teóricos sobre o tema, tem o intuito de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, que nessa relação é entendido como uma das características dos fenômenos e da rede de relações categóricas, teóricas e escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos. E busca ainda contribuir por intermédio do conhecimento científico com a compreensão da sociedade do capital, na tentativa de possibilitar uma análise de uma nova sociabilidade do trabalho para além do capital.

Nota-se que o esforço acadêmico em construir um corpo teórico nessa perspectiva é um grande desafio, diante das mudanças que o trabalho vem sofrendo diante da força do capital. Mas torna-se de grande valia ao tentar apreender os significados e os sentidos do

trabalho no seio da classe trabalhadora, significa que está encarando as limitações explicativas de uma base teórica que precisa apropriar-se dos significados dos movimentos e dos desafios que estão colocados para os trabalhadores, em consonância com os novos sentidos do ser que trabalha, em meio às suas diversas maneiras de expressão. Com as atenções voltadas para a parcela dos homens e das mulheres que se inscrevem na prerrogativa da venda da força de trabalho, pois se deve "reconhecer a necessidade de fazer avançar a capacidade explicativa da teoria para dar conta da ampla e complexa realidade social do trabalho e suas expressões geográficas" (THOMAZ JUNIOR, 2010, p.205).

Levantar algumas questões referentes à Geografia do trabalho, nesta discussão, se tornou conveniente na medida em que esta linha teórica considera as experiências vividas por diferentes sujeitos, mediadas por um marco jurídicos legalmente estabelecidos, ou culturais, ou movimentos sociais que propugnam ir além das reivindicações pontuais, partindo das análises dos espaços de produção e reprodução, e entendendo que somente focando diferentes faces e expressões concretas do trabalho, que se consegue incluir reflexões sobre a categoria trabalho.

Essas variadas faces do trabalho permitem compreender, como surgem os processos materiais e históricos, desencadeados pelas relações sociais que homens e mulheres estabelecem com vistas à produção e reprodução de suas vidas e de suas necessidades e compondo a totalidade pra reprodução social.

Se existe uma esfera em que a discussão do trabalho pareça pertinente e eficaz em todas as suas dimensões é quando se analisa o gênero, especificamente o universo feminino frente aos segmentos da divisão sexual do trabalho. A atribuição das distintas funções a homens e mulheres tem também amplas variações territoriais.

Existem duas ideias centrais e que estão presentes na discussão. A divisão do trabalho segundo o gênero é universal, pois existe em todas as culturas e regiões, e foi a primeira grande divisão social do trabalho. Contudo, a forma concreta em que se realiza essa divisão oferece grandes variações territoriais e sociais. A entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho são processos inseridos em distintos contextos societários e que tem distintas motivações, podendo ser a própria realização individual ou necessidade econômica de complementação da renda da família.

O trabalho produtivo se divide entre os sexos com uma grande variedade de situações nas distintas sociedades e regiões. Assim, tudo o que se refere à divisão de do trabalho segundo o gênero pode e deve ser analisado de uma perspectiva territorial. As relações de gênero em sentido estrito referem-se às relações de poder existentes entre homens e

mulheres. Na maior parte dos âmbitos espaciais, culturais e temporais existe uma relação de subordinação das mulheres com respeito aos homens. Contudo, as contradições e a intensidade desta subordinação experimentam grandes diferenças regionais.

Segundo Guimarães (2004), gênero e trabalho são dois eixos temáticos que se uniram de maneira recíproca dentro da história das Ciências Sociais no Brasil. Os estudos de gênero de forma criativa e inovadora aguçaram a capacidade interpretativa da pesquisa sociológica do trabalho, desafiando sólidas teorias e apurando a maneira de apreender as variadas dimensões do seu objeto. Desta forma, a sociologia incorporou temas como as formas de situação no mercado de trabalho, da vida nas experiências ocupacionais. A articulação do cotidiano no trabalho e fora dele são algumas discussões que pautaram os estudos científicos sociais no decorrer da segunda metade do século passado, em que as abordagens feministas foram influentes na institucionalização da sociologia do trabalho.

De acordo com Antunes (1999) vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino. No entanto esta expansão tem significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho, o mesmo acontece ao que se refere aos direitos e condições de trabalho.

As novas fronteiras da desigualdade, suas formas atuais de expressão, tendo em vista as transformações na organização do mercado de trabalho, a inserção das mulheres em ocupações ditas masculinas fortaleceria espaços em que se tecem as interações e as formas de sociabilidade. No ambiente profissional e fora dele, tal inserção se distancia de revelar igualdade de oportunidades, e de eliminar as marcas da segregação seja ocupacional, salarial ou mesmo simbólica, promovendo a igualdade de gênero na esfera pública, como de acionar de modo exaustivo todo grupo genérico de mulheres.

Mas pelo contrário, as formas de diferenciar homens e mulheres passam a existir material e simbolicamente, distinções nas relações de trabalho ao qual se inserem os padrões salariais que lhes são atribuídos e as expectativas sociais construídas entre o que classificamos como homens e mulheres.

De fato, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou consideravelmente nas duas últimas décadas no Brasil. Porém, essa expansão não gerou o mesmo impacto para todas as mulheres que ingressaram no mercado. Sarti (1997) destaca que historicamente as mulheres pobres sejam pela sua posição como classe social ou quaisquer outros condicionantes sempre trabalharam, mesmo assim, permaneceram nas mesmas

condições estruturais de emprego, na qual essa expansão não significou para elas nenhuma mudança na hierarquia e na tradicional divisão sexual do trabalho.

A obra *História das Mulheres no Brasil*, Rago (2007) apresenta diversificadas experiências vividas pelas mulheres, em diferentes épocas, desvendando suas intimidades, hábitos e comportamentos de sua vida diária, a autora, analisa a condição das trabalhadoras nos primórdios da industrialização brasileira, a forma de participação na situação de operariado e na constituição do mercado de trabalho livre no Brasil. Ao contextualizar o cenário fabril, constata que poucos são os documentos escritos por mulheres trabalhadoras, alguns são textos de denúncia redigidos pelas militantes políticas e depoimentos orais recentes, que expressam o modo que elas representavam a si próprias e o mundo do trabalho. Assim, a autora afirma que a identidade feminina é mais uma construção masculina, da condição social, sexual e individual das mulheres, e que não é por acaso, que ao falar das trabalhadoras urbanas no Brasil é demonstrar um mundo de opressão e exploração demasiada. Em que elas surgiam como “figuras vitimizadas e sem resistência, sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal” (RAGO, 2007,p.579).

No processo histórico da industrialização, o trabalho feminino e de crianças era significativo, sendo uma força de trabalho abundante e barata, se constituía em maioria nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, ocupavam as indústrias de fiação e tecelagem, poucos mecanizadas, ausentes em setores empregatícios como metalurgia, calçado e mobiliário, ocupações geralmente destinadas aos homens. O fato das mulheres trabalhadoras representarem um elevado número nas fábricas, segundo a historiadora, não quer dizer que elas foram substituindo os homens e conquistando esse mercado de trabalho: acontece o oposto, gradualmente passam a ser expulsas das fábricas, a medida que a industrialização avança e absorve a força de trabalho masculina. Os obstáculos enfrentados pelas mulheres para ingressar no mundo dos negócios eram muitos, seja da diferença salarial a desqualificação intelectual. O assédio sexual e a intimidação física, independente da classe social que faziam parte, era preciso lutar contra as barreiras para introduzir-se em um espaço definido socialmente como masculino.

A impressão que se tem é que o capital teria aberto as portas do mundo do trabalho para as mulheres, o que na verdade ocorreu, é que tal sistema abriu caminhos para o emprego, pois as mulheres sempre trabalharam. Como consequência da globalização, na maioria dos países aumenta a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal como no setor informal. As mulheres são afetadas de maneira particular por

essas condições de trabalho, tendo em vista sua presença significativa no comércio e nos serviços, nos quais são mais frequentes os empregos em tempo parcial. De modo geral, os empregos se tornam ao mesmo tempo mais flexíveis e menos estáveis, complexa realidade social marcada por contradições que apresentam avanços e retrocessos.

Falar de trabalho feminino no Brasil, a partir de uma perspectiva feminista de gênero, significa tornar as mulheres visíveis, ou seja, é descobri-las por trás das estatísticas, por meio de uma abordagem comparativa que possa revelar as divergentes realidades vividas em termos de oportunidade e qualidade na inserção no campo profissional (SARDENBERG, 2004).

Analisando alguns dados brasileiros sobre a participação feminina, verifica-se uma ampliação contínua das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), isto significa que há um número cada vez maior de mulheres trabalhando ou na busca por emprego. Autoras como Bruschini (2007), Hirata (2002), Lavinás (2002) desenvolvem pesquisas baseadas no conceito de gênero no mundo do trabalho e indicam que no Brasil, a partir da década de 70, se iniciou de forma mais intensa a inserção das mulheres no mercado de trabalho, nesse período a economia do país estava em pleno processo de industrialização e urbanização.

As proposições para explicar o avanço da participação feminina no mercado são inúmeras. A primeira e fundamental, diz respeito à necessidade econômica e complementação para a renda familiar. Associado a isto, tem-se as mudanças nos valores relativos ao papel social das mulheres, os movimentos feministas, a elevação do nível de escolaridade das mulheres e a queda da taxa de fecundidade, tendo em vista a adoção de métodos anticonceptivos.

Outra proposição se baseia na que a industrialização crescente de bens e serviços do lar, desde produtos alimentícios até o cuidado das crianças, teria proporcionado maiores possibilidades da mulher se inserir no exercício de uma atividade produtiva para além do trabalho doméstico.

Por fim, merece destaque a explicação que procura associar esse aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, ao movimento de crescimento e ampliação da informalidade. Dentro dessa perspectiva, parte-se da suposição de que tendo em vista as características das atividades desenvolvidas no âmbito da informalidade - "trabalhos cujos vínculos são mais flexíveis e com jornadas mais curtas, as mulheres conseguem conciliar mais facilmente as atividades do lar com as atividades produtivas" (SOUZA, RODARTE, FILGUEIRAS, 2001, p. 02).

### 2.4.1 Análise de alguns dados da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro

No Brasil a participação feminina no mundo do trabalho, pode se observada através do aumento da proporção de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), que é constituída pelo total de pessoas empregadas ou em busca de emprego.

O Quadro 1 apresenta o percentual de mulheres na PEA que vem crescendo de forma suave, passando de 25,31%, em 2001 para somente 27,27% em 2009.

**Quadro 1**  
**Percentual da População Economicamente Ativa - Brasil - 2001-2009**

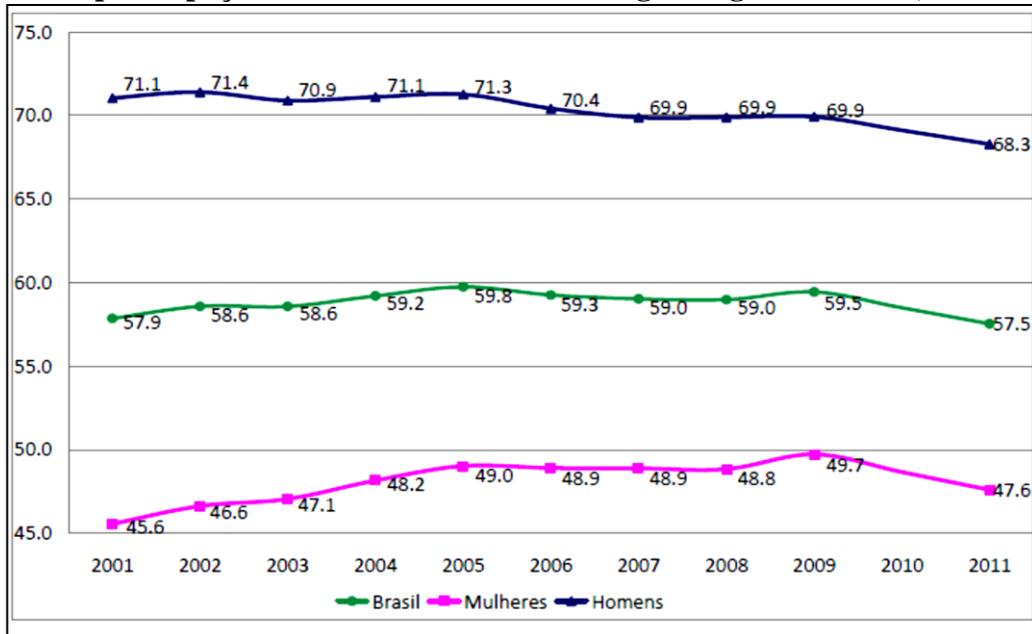
Período	Homem	Mulher
2001	35,15	25,31
2002	35,29	26,03
2003	35,20	26,19
2004	35,28	26,73
2005	35,55	27,33
2006	35,14	27,26
2007	34,99	27,03
2008	34,95	27,02
2009	34,83	27,27

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2009.

Os dados acima revelam que a desigualdade entre os gêneros representa na PEA ainda persiste. De acordo com o Ipea (2011, p.8) “ a taxa de participação no mercado de trabalho segundo o gênero apresentou uma evolução, houve um aumento da taxa de participação na primeira metade da década passada, uma relativa estabilidade na segunda metade e uma queda marcada entre 2009 e 2011”. Esse movimento foi semelhante para o caso das mulheres, que aumentaram bastante a sua taxa de participação no mercado de trabalho entre 2001 e 2005, permaneceram em torno desse patamar até 2009, quando então reduziram expressivamente sua participação (-2,1 p.p.) até o ano de 2011. Os homens, que tiveram uma relativa estabilidade na taxa de participação na década passada, também reduziram sua oferta de trabalho entre 2009 e 2011. Essa redução na taxa, no entanto, foi menos significativa que a das mulheres, tanto em termos absolutos (-1,6 p.p. contra -2,1 p.p.), quanto relativos (-2,3% contra -4,3%).

A Figura 1 permite visualizar a taxa de participação no mercado de trabalho por gêneros:

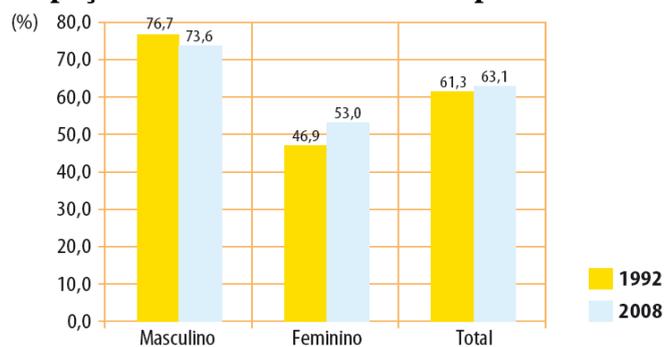
**Figura 1**  
**Taxa de participação no mercado de trabalho segundo gênero-Brasil, 2001-2011**



Fonte: PNAD/IBGE:Elaboração Ipea.

Analisando a taxa de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho baiano entre os anos de 1992 a 2008, dados do Relatório de Acompanhamento de Desenvolvimento do Milênio na Bahia (2011), revelam que a participação masculina no mercado de trabalho reduziu de 76,6% em 1992 para 73,6% em 2008. No entanto, a taxa de participação das mulheres cresceu de 46,9% para 53,0% no período analisado conforme a Figura 2.

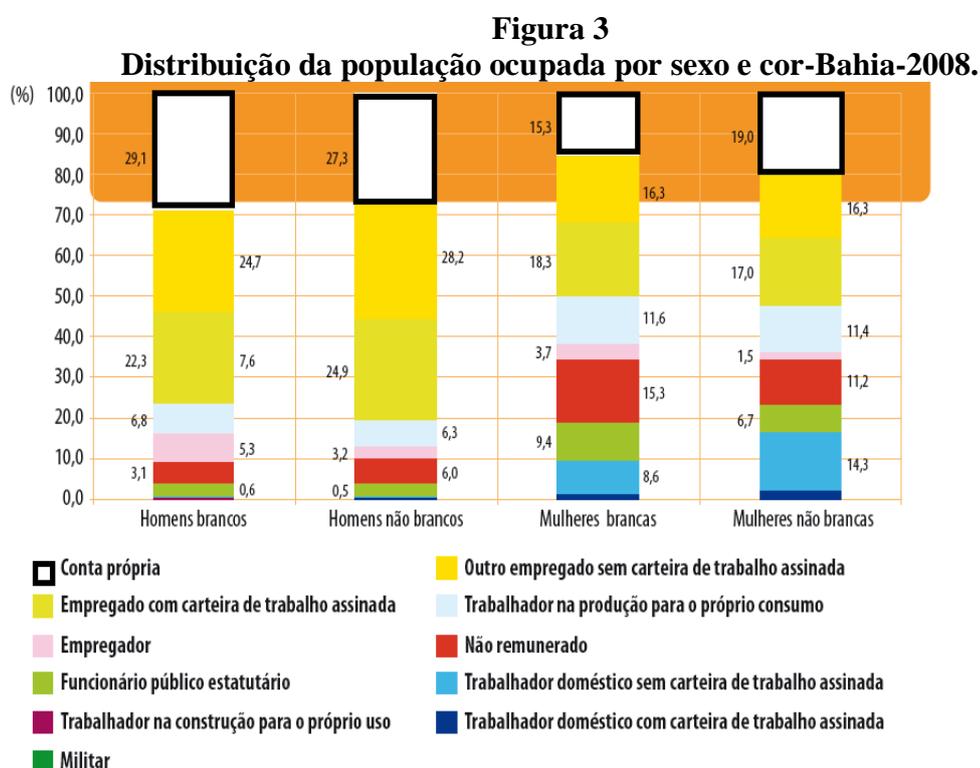
**Figura 2**  
**Taxa de participação no mercado de trabalho por sexo-Bahia-1992-2008**



Fonte: IBGE.PNAD.

Elaboração: SEI, com base nos microdados da PNAD.

Nos dados do Relatório do Desenvolvimento Humano para a Bahia, apresentados na Figura 3, sobre distribuição da população ocupada por sexo e cor em 2008, registra-se que, dos 841 mil homens brancos ocupados, 29,1% trabalhavam por conta própria, seguido de 24,7% na categoria outro empregado sem carteira de trabalho assinada, sendo 22,3% de empregados com carteira de assinada. No universo de 3,2 milhões, os homens não brancos empregados, 28,2% estavam ocupando a categoria de outro empregado sem carteira de trabalho, e 24,9% eram de empregados com carteira assinada. No caso das mulheres brancas de 604 mil ocupadas, 18,3% eram de empregadas com carteira assinada, seguido de 16,3% como outro empregado sem carteira de trabalho assinada. As mulheres não brancas ocupadas eram de 2,4 milhões, sendo que 19% trabalhavam por conta própria, 17% com carteira assinada e 16,3% como outro empregado sem carteira de trabalho assinada.

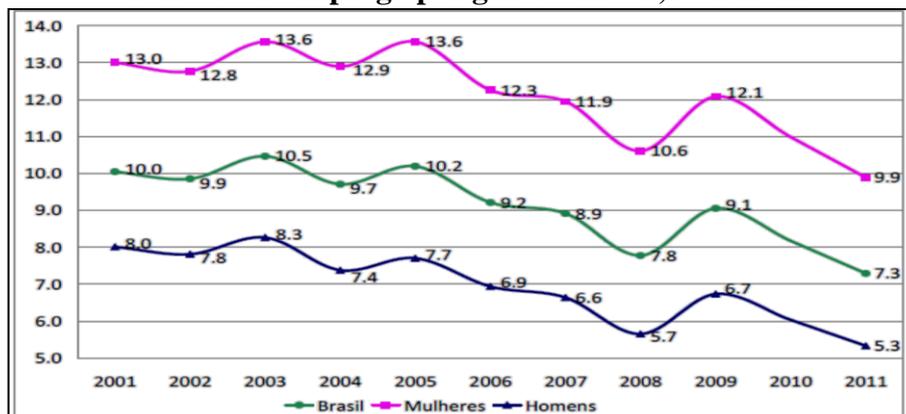


Fonte: IBGE.PNAD.

Elaboração: SEI, com base nos microdados da PNAD.

Ainda destacando o enfoque de gênero no mundo do trabalho, outros indicadores que atestam em termos estatísticos a condição das mulheres nessa esfera social são: a taxa de desemprego ou de desocupação (Figura 4) e a renda média da população (Quadro 2).

**Figura 4**  
**Taxa de desemprego por gênero-Brasil,2001-2011**



Fonte: PNAD/IBGE:Elaboração Ipea:

A variação anual da taxa de desocupação entre os anos de 2001 e 2011 apresentou declínio, com elevação em 2009 para ambos os sexos. De acordo com as análises preliminares do Ipea(2012) sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro, essa elevação da taxa de desemprego é consequência da crise financeira internacional. Como se pode perceber a taxa de desocupação feminina chega a ser em todo o período evidenciado no gráfico maior que a média nacional.

Fazendo um recorte étnico de análise desse indicador, as mulheres negras apresentam uma maior percentagem na taxa de desemprego do país, como indica o Quadro 2. O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos, na medida que a maior remete às mulheres negras. No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas e os homens negros (PINHEIRO, FONTOURA,QUERINO, 2008).

Os dados sobre rendimento médio do trabalho da população dividida em subgrupos de gênero e cor/raça mostram que as desigualdades salariais são muito elevadas no Brasil. Comprovando que as questões de gênero, cor/raça estão associadas às relações de classe, e se expressam claramente no mundo do trabalho, quando se analisa os rendimentos e taxa de desemprego.

O Quadro 2 indica que uma mulher branca recebe maior salário que um homem negro, e a mulher negra recebe o menor salário entre todas as categorias analisadas. Tornando um paradoxo, pois essa análise apesar de está associada às relações de classe e gênero, a questão da raça sobressai, pois a força de trabalho de uma mulher branca vale mais que a do homem

negro, no entanto, a questão de classe consegue abarcar as demais opressões e desigualdade sociais.

**Quadro 2**  
**Taxa de desemprego e renda média da população de 16 anos ou mais de idade, segundo, gênero e cor/raça-Brasil-2009**

<b>Gênero e Cor/raça</b>	Homem Branco	Homem Negro	Mulher Branca	Mulher Negra
<b>Taxa de desemprego (%)</b>	5,3%	6,6%	9,2%	12,5%
<b>Renda Média em R\$</b>	1491,00	833,50	957,00	544,40

Fonte: Elaboração a partir de dados tabulados pelo Ipea, Unifem,SPM – divulgados no livro de Pinheiro(2008).Disponíveis em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br).

Mesmo com as diferenças salariais, dados recentes mostram que houve uma evolução na renda entre os diferentes grupos de trabalhadores. Na comparação por gêneros a taxa de crescimento do rendimento médio real das mulheres se elevou entre 2001 e 2011, conforme pode ser observado no Quadro 3. Isso pode se explicado pela maior participação das mulheres no total de ocupados nesse mesmo período, ou seja, uma expressiva inserção feminina no mercado de trabalho (IPEA, 2011).

**Quadro 3**  
**Evolução do rendimento real médio do trabalho principal e por subgrupo (R\$ de set/2011)**

	<b>2001</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>Cresc.médio.01-11.(%a.a.)</b>	<b>Cresc.(%) 01-11</b>	<b>Cresc.(%)09-11.</b>
<b>Brasil</b>	1.081,9	1.193,2	1.306,7	1.91%	20,78%	9,51%
<b>Por/Gênero</b>	2001	2009	2011	-	-	-
Homens	1.228,3	1.355,4	1.463,2	1.77%	19,13%	7,96%
Mulheres	852,1	966,5	1.086,2	2.46%	27,48%	12,38%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: a partir dos dados do Ipea.

O crescente avanço da participação feminina no mundo do trabalho não significa que se esteja chegando a um nível de igualdade entre os gêneros, uma vez que associado ao processo de feminização do mercado está também a precarização e a informalidade dos empregos e serviços.

Mulheres e homens não têm a mesma inserção no mercado de trabalho. As mulheres estão concentradas em atividade econômicas menos organizadas, com contratos informais, 40% da ocupação feminina encontra-se nesse segmento do mercado de trabalho. (...) A inserção feminina nos anos de 1990 no mundo do trabalho foi favorecida pelo intenso crescimento do setor terciário na economia brasileira. Porque é na prestação de serviços que há um claro predomínio das mulheres, quase 80% das que trabalham fora de casa estão nestas atividades. E foram estas as que mais cresceram no Brasil na última década, como resposta à reestruturação da indústria e da agropecuária. A heterogeneidade que caracteriza os serviços explica esta absorção. São tarefas que permitem arranjos diferenciados nas relações de trabalho compatíveis com a dupla jornada feminina. Os serviços englobam desde comerciarias e ambulantes, as tradicionais trabalhadoras domésticas, as professoras, as profissionais da saúde e da beleza (MELLO, 2004, p.5)

No meio profissional e fora dele, a inserção das mulheres, está longe de traduzir uma igualdade de oportunidades e de extinguir as marcas da segregação ocupacional, salarial, material e simbólica. Pelo contrário, o que se reproduz são as novas e tradicionais formas de distinção entre homens e mulheres nas relações de trabalho, ao que se inserem os padrões salariais que lhes são atribuídos e as expectativas sociais construídas sobre eles. Os dados confirmam que há uma discriminação sobre a condição de gênero e raça, de modo que em grupos ocupacionais as mulheres obtêm uma renda média sempre menor que a masculina. Analisando esta situação pelo viés da luta de classe, constata-se que a exploração da força de trabalho feminina é mais intensificada.

As relações entre gênero e classe permitem verificar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, presencia-se a efetivação de uma construção sexuada, onde homens e mulheres que trabalham são diferentemente qualificados para a inserção no mercado de trabalho. O capital tem se apropriado desigualmente dessa divisão sexual do trabalho, sendo que, a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo nas últimas décadas incorpora o processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes, quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamenta na tradicional divisão do social e sexual do trabalho, precarizando com intensidade maior o trabalho das mulheres (ANTUNES, 1999).

De acordo com Araújo (2000) o enfoque histórico e material, permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese em um processo gerado pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados. As várias faces das relações humanas originam-se dos processos materiais e históricos desencadeados a partir das relações que homens e mulheres estabelecem com vistas à produção e à reprodução de suas vidas e necessidades, conforme uma totalidade indispensável à

reprodução social da vida material. Produção e reprodução constituem, um processo único, que se realiza via sujeitos sociais sexuados, que por meio de suas práticas e interações objetivam a reprodução social e da espécie, e dão origem às instituições. A primeira divisão sexual do trabalho, entre homens e mulheres, institucionaliza-se como relação opressiva quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem. Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora.

A divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente, e tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social. A divisão do trabalho social tem dois princípios organizadores: o de separação, em que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio hierárquico, um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher.

Esses princípios são válidos para as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. E podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados remetendo-os ao destino natural da espécie. Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam no tempo e no espaço. O que é estável não são as situações, e sim a distância entre os grupos de sexo.

Esta ideia contribui para o entendimento de que as relações sociais, inclusive as que se desenvolveram entre os sexos, são construídas, reproduzidas e transformadas, "uma vez que a natureza humana não é concebida como algo ontológico e imutável, mas produto das práticas sociais, conflituosas e, muitas vezes antagônicas". (ARAÚJO, 2000, p.66).

O capital tem aproveitado da polivalência e multiatividades do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo e doméstico. Enquanto os homens pelas condições históricas vigentes, que são como já foi dito, uma construção social sexuada, mostram mais dificuldade em adaptar-se as novas dimensões polivalentes. "O que deveria ser um momento, ainda que

limitado da emancipação das mulheres frente à exploração do capital e a opressão masculina, o capital converte em uma fonte intensa de desigualdade" (ANTUNES, 1999, p.110).

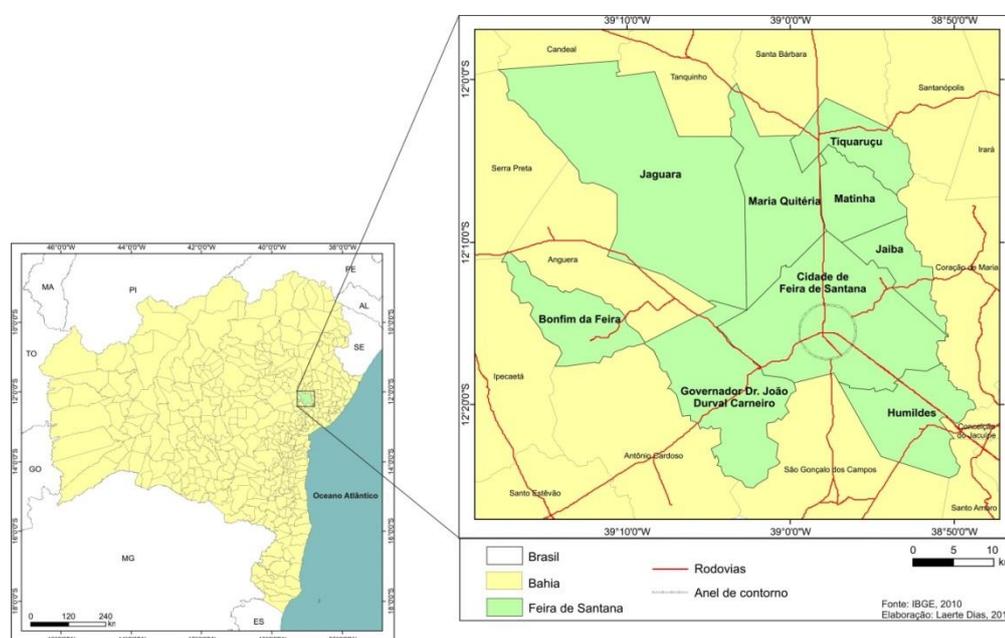
A partir dessa leitura, mais uma vez reafirma-se que as interações entre gênero e classe são imprescindíveis na análise do trabalho. Certamente no processo mais intenso da emancipação do gênero humano, há uma ação conjunta e precisa entre homens e as mulheres que trabalham. Acredita-se que essa ação tem no capital e em seu sistema de metabolismo social a fonte de subordinação. Uma realidade cheia de sentido, capaz de possibilitar o afloramento de uma subjetividade autêntica, uma luta contra esse sistema de metabolismo social que sustenta desigualdades, seria a ação de classe do trabalho contra o capital.

Assim, não se pode perder de vista que a luta das mulheres por sua emancipação é também uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. Nessas relações de dominação, a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, pois o fim da sociedade de classe não significa o fim das opressões de gênero. Portanto o fim das opressões de classe, se geradoras de uma forma de sociedade autenticamente livre, possibilitaria o aparecimento de condições históricas sociais nunca vistas.

A discussão de gênero, de produção do espaço e por seguinte as questões relativas sobre o trabalho, foram os temas que se tornaram necessários abordar neste capítulo teórico inicial, por entender que esse seria um dos caminhos para compreender o universo das mulheres, no espaço agrário, e a dinâmica geral da sociedade. Depois de apontar elementos do mundo trabalho em um contexto mais geral, no capítulo a seguir, será apresentada a construção do espaço do povoado de Matinha dos Pretos, para melhor entender o cotidiano das mulheres deste local.

### 3- A CONSTRUÇÃO DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA

Matinha dos Pretos foi o espaço escolhido para investigação sobre o trabalho da mulheres na unidade de produção familiar, este povoado pertence ao distrito de Matinha, localizado em de Feira de Santana- Bahia. Situado na parte nordeste do estado da Bahia, este município é o segundo maior Bahia, estando a 108 km de Salvador, serve entre muitas funções, como cidade que dá suporte aos fluxos de pessoas e mercadorias que circulam do Sul e do Sudeste do Brasil com destino ao Nordeste. Deste modo, a sua localização, em um entroncamento rodoviário, facilita os fluxos de circulação de mercadorias, a função comercial e centro industrial e a proximidade com Salvador, dá a Feira de Santana o título de cidade com porte médio e de destaque no país (Mapa 1).



Mapa 1- Localização do município de Feira de Santana-BA.

As raízes históricas da formação espacial de Feira de Santana foram assentadas em uma economia agrária e escravista, e seu povoamento pode se entendido à luz de diversos condicionantes: as concessões de terras e vendas, a abertura de estradas, a criação e o comércio de gado, agricultura, construção de Igrejas, Casas Paroquiais e povoados, tendo como referência os vales dos rios Jacuípe, Pojuca, Subaé e Paraguaçu (BARRETO, 2002).

Nos primeiros séculos de colonização o sertão da Bahia começou a ser ocupado pelos portugueses, pois estes perceberam que muito além das ricas terras do Recôncavo, haviam

terras apropriadas para a pecuária. Assim, por meio das fazendas de gado, têm-se as origens do povoamento e surgimento da vila de Feira de Santana.

A ocupação do sertão ocorreu por fatores de ordem econômica, pois a criação de gado serviu para abastecer os engenhos e posteriormente para atender a mineração- maior fator de povoamento na era colonial, a caça ao gentio para ser utilizado como escravos nos engenhos e nas lavouras açucareiras, e por fim “a necessidade de abrir estradas para o escoamento da produção pecuária que abasteceria as regiões auríferas e o litoral, completaria essa ocupação” (FREIRE, 2011, p.37).

Segundo Mattoso (1992) o sertão se estende por todo o interior que se distancia do litoral, com formações vegetais como caatingas e matas de galeria, e relevo formado por chapadões. O aspecto natural se tornou um elemento significativo para o desenvolvimento das atividades econômicas, sobretudo, a caatinga, que mesmo com a variação climática e secas constante mostrou-se favorável para o desenvolvimento da pecuária bovina.

Além de ser em termos naturais e geográficos uma zona de transição entre litoral e o sertão, Feira de Santana era também uma zona de mutação econômica, pois enquanto o Recôncavo Baiano se destacava pela produção agrícola da monocultura da cana-de-açúcar, no interior do estado apareciam às fazendas de gado, em que a união da pecuária com a agricultura se revelava uma ótima combinação.

Juntamente com o gado também foram estabelecidos engenhos de açúcar, culturas do tabaco, do algodão e da mandioca, que atendia a crescente demanda interna. Sobre a posição geográfica do município e entreposto comercial Poppino (1968) considera que:

A posição geográfica de Feira de Santana, a meio caminho entre a costa e o interior, reflete-se na economia do município. Tal como o sertão propriamente dito, a criação de gado está grandemente desenvolvida e por muitas décadas a cidade sustentou a fama de uma das mais concorridas feiras de negócios de gado do Brasil. Ao mesmo tempo, a combinação da topografia típica, com diferentes solos e chuvas moderada permitiu uma ampla variedade de produção agrícola tropical e semitropical, em Feira de Santana. A população crescente do município exige um consumo local cada vez mais pronunciado de gado e de pequenos produtos agrícolas, enquanto a proximidade das cidades costeiras assegura aos criadores e agricultores um mercado imediato para os excedentes (POPPINO, 1968, p.11).

Logo após o descobrimento do Brasil, o povoamento da Bacia do Rio Paraguaçu, especificamente no Recôncavo, foi impulsionado pela expansão do ciclo da cana-de-açúcar, seguido pelo ciclo do fumo e do gado no século XVII. Em Feira de Santana, se iniciou com o

de pouso dos tropeiros e das boiadas, vindos de Minas Gerais e de outras partes do sertão em direção ao litoral, o que aos poucos originou núcleos populacionais e vilas.

A fazenda Santana dos Olhos d'água ponto de origem do município, surgiu através de uma sesmaria revertida à Coroa Portuguesa, que em meados do século XVII, foi repartida entre os criadores que formaram pequenas aglomerações em suas terras, de modo, que “pelo acompanhar do processo de instalação das sesmarias e seu desmembramento, a formação do povoado de Feira de Santana se deu a partir da Capela de Sant'Ana e São Domingos” (FREIRE, 2011, p.47).

Nessa área afastada do litoral, no vale do rio Jacuípe formou-se um povoamento em torno dessa capela que se localizava na fazenda Santana dos Olhos d'Água, e em seu entorno acontecia a feira de gado. Sobre esse processo Poppino (1968, p.20) descreve que:

Depois da construção da capela, tornou-se ela um ponto de encontro pra o povo do distrito, que aí se reunia para fazer orações, visitas e negócios. Dessa maneira, a pouco e pouco se ia desenvolvendo uma feira periódica em Santana dos Olhos d'água. A feira, que teve início no primeiro quartel do século dezoito, deu o seu nome à atual Feira de Santana. Conhecida a princípio como a feira de Santana dos Olhos d'água, depois se chamou simplesmente de Feira de Santana. Uma vez localizada, a feira tornou-se uma parte da vida econômica e social de toda a circunvizinhança e suficientemente importante para ser considerada um arraial florescente junto à capela de Santana dos Olhos d'Águas.

A concentração populacional em torno da fazenda citada, também se deve a: senzalas dos escravos e os casebres dos trabalhadores livres que arrendavam terras dos grandes fazendeiros para plantações, tais fatores atrelados à localização, permitiram o seu crescimento e transformações. Passando a se tornar, posteriormente, um polo de referência comercial, o que lhe deu o título em 1860 de “Empório do Sertão Baiano”, sendo em 1873 reconhecida pelo governo imperial, como “Cidade Comercial de Feira de Santana”.

Araújo (2005) comenta que todos esses nomes que Feira de Santana recebeu, ainda no século XIX, são frutos obtidos pelo privilégio da cidade em ter uma localização geográfica, situada como ponto intermediário para o comércio de gado, ao mesmo tempo, em que nela se revendiam produtos tecidos, artigos de metal, sal, entre outros artigos importados. O que destaca a cidade no seu papel comercial, tornando-se o mais importante centro do interior da Bahia, Freitas (1998) complementa dizendo que:

O povoado que se desenvolveu nas proximidades da capela da Fazenda Santana dos Olhos d'água, tendo por base econômica o comércio, concentrado na venda e compra do gado e em um segundo plano a

comercialização do fumo, do algodão e de produtos agrícolas e alimentos e mercadorias de diversas regiões, tem sua origem de caráter econômico, quando é o comércio o motor do seu dinamismo. A busca de pastagens, assim como a tentativa de penetração para seu interior deu origem ao que hoje denominamos de Cidade Comercial de Feira de Santana. A cidade apresenta características econômicas próprias, desenvolve a pecuária, e uma agricultura predominante de subsistência, ao invés de monocultura para exportação (FREITAS,1998,p.68).

A grande movimentação do trânsito de gado bovino torna a região um local com funcionalidades para as necessidades dos boiadeiros que os conduziam. Esta dinâmica origina a feira e o início da cidade, pois aumenta expressivamente os estabelecimentos comerciais, dando outra organização espacial na região.

Recentemente este município compõe a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) sancionada pelo governador Jaques Wagner em 6 de julho de 2011 por meio da Lei Complementar Estadual nº 35 (LCE 35/2011), vigorando a partir do dia 7 de julho do mesmo ano, quando o decreto foi publicado no Diário Oficial. A criação da região metropolitana é fruto de um projeto que buscava oficializar a área de influência do município de Feira de Santana. A proposta inicial tinha por objetivo envolver 15 municípios, dessa forma, a RMFS englobaria Anguera, Antônio Cardoso, Candéal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta e Riachão do Jacuípe, Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, tendo em a intensa relação sócio-econômica dos municípios acima citados, com Feira de Santana, sede da região metropolitana.

Feira de Santana agrupa além de sua sede principal, ao qual a economia gira em torno do comércio e da indústria, mais oito distritos: Governador João Durval, Humildes, Jaíba, Jaguará, Maria Quitéria, Matinha, Bomfim de Feira e Tiquaruçu, onde as atividades agropecuárias são intensamente realizadas, em cada distrito existe uma sede pequena que comanda a ligação entre a cidade e a zona rural.

Dos distritos citados, a Matinha se destaca nesse estudo por ser uma zona tipicamente agrícola, e apresenta uma população que se dedica ao cultivo da mandioca, feijão e milho, apesar do intenso processo de inserção das pessoas em atividades não agrícolas na região, a atividade realizada no campo ainda está muito presente no cotidiano das pessoas desse distrito, especialmente, no povoado de Matinha dos Pretos.

Por muito tempo, este povoado pertenceu ao distrito de Maria Quitéria, mas desde 28 de fevereiro de 2008, através do Decreto Nº 7.462 e pelo voto popular, na forma de plebiscito, Matinha dos Pretos se tornou a sede do distrito denominado de Matinha. E os povoados Olhos

D'Água das Moças, Jacu, Candeia Grossa, Alecrim Miúdo, Vila Menilha, Baixão, Tupy, Alto do Tanque, Tanquinho, Alto do Canuto, Capoeira do Rosário, Jenipapo, além de Matinha dos Pretos passam a integrar o Distrito de Matinha.

Os fatores naturais da paisagem e os aspectos históricos são elementos importantes para compreender o desenvolvimento das atividades humanas, principalmente as rurais, pois em função da impossibilidade de mudar aspectos da paisagem, como elementos climáticos, pedológicos, de relevo e vegetação. Mas “as sociedades humanas criam técnicas eficientes que facilitam a adequação das atividades humanas às características físicas do lugar ou às características físicas da atividade, modificando o espaço, como nas atividades de irrigação ou drenagem” (OLIVEIRA, 1997, p.28).

Nesta perspectiva, busca-se apresentar nos próximos itens desse capítulo os elementos naturais e históricos de Matinha dos Pretos, para compreender as possibilidades e limites de uso das técnicas na produção e assim como se estabelece a relação das mulheres com a natureza e com o lugar vivido.

### 3.1 SISTEMAS NATURAIS DE MATINHA DOS PRETOS: ANÁLISE DA PAISAGEM

O município de Feira de Santana pode ser considerado uma área de transição climática, pois é influenciado pelo ar úmido oriundo da região litorânea, e seco no interior do continente. Região conhecida de Agreste Baiano apresenta regimes de chuva com períodos de estiagem, essa variação de distribuição pluviométrica contribui para a formação de paisagens diversas, mas com características semelhantes. Por conta disso, o povoado de Matinha dos Pretos é uma micro região cujas características da paisagem apresenta diversidade de elementos naturais.

O clima desta região é o subúmido. Essa definição climática está associada à influência do ar úmido, oriundo da região litorânea e do ar seco no interior do continente, “essa característica além de promover a formação de diferentes paisagens, influencia nas formas de utilização das terras e em alguns indicadores sociais” (DIAS, 2012, p.37).

A temperatura média anual é de 24° C e a pluviosidade média é de 848 mm, tendo dois períodos distintos: de outubro a janeiro é o mais quente, com temperaturas superiores a 30°C e nos meses de junho a agosto são registradas as menores temperaturas, próximas a 20°C.

A pluviosidade é maior nos meses de março e abril e menor no período de agosto a outubro. Nascimento (1997) aponta que, no agreste, o caráter de transição entre o litoral e o

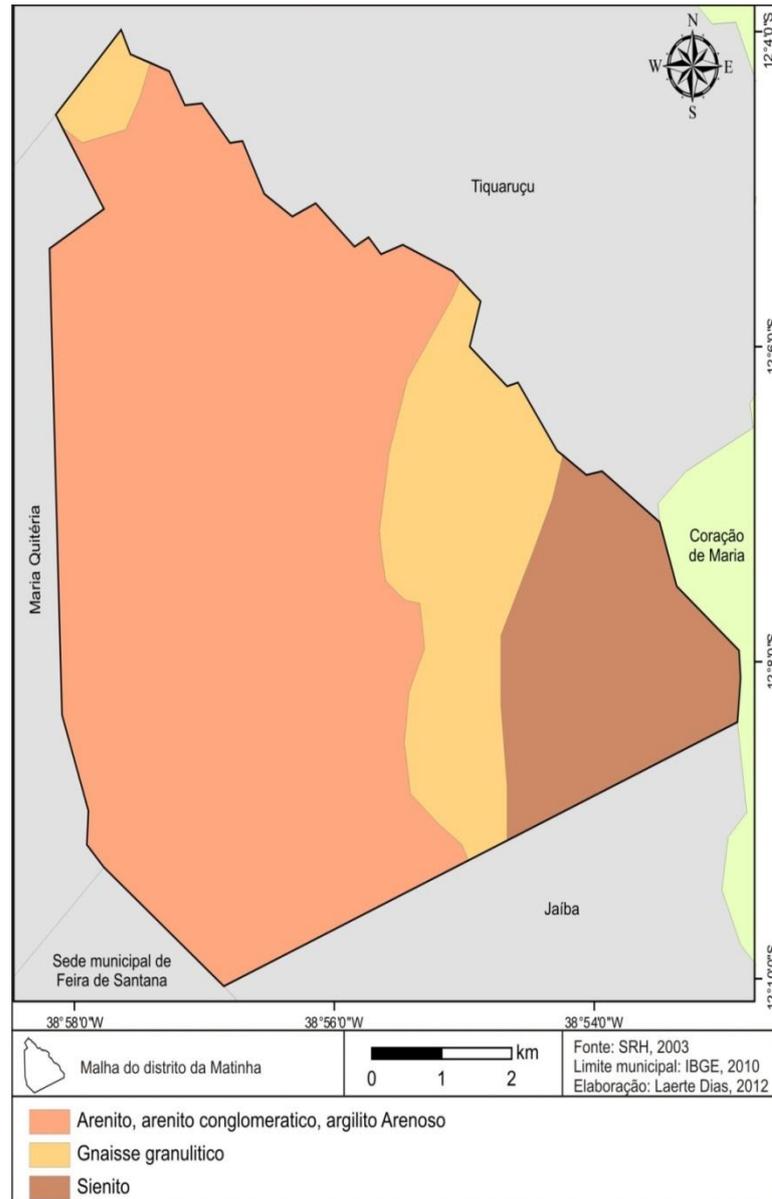
sertão propicia a existência de variadas formas de uso da terra, sendo a criação de gado e a policultura são os mais evidentes, no entanto, as secas são frequentes na região.

A posição geográfica de Feira de Santana, a meio caminho entre a costa e o interior, reflete-se na dinâmica do município. Mesmo com as secas, a combinação da topografia típica, com diferentes solos e chuvas moderada permitiu uma ampla variedade de produção agrícola tropical e semitropical. A concentração e as diferentes formas de distribuição do regime pluviométrico fazem com que toda essa região do município, por sua vez, seja considerada área de transição climática, que associada aos fatores de geologia, geomorfologia e solos proporciona a formação de paisagens ao mesmo tempo diferenciadas e com semelhanças (DIAS, 2012).

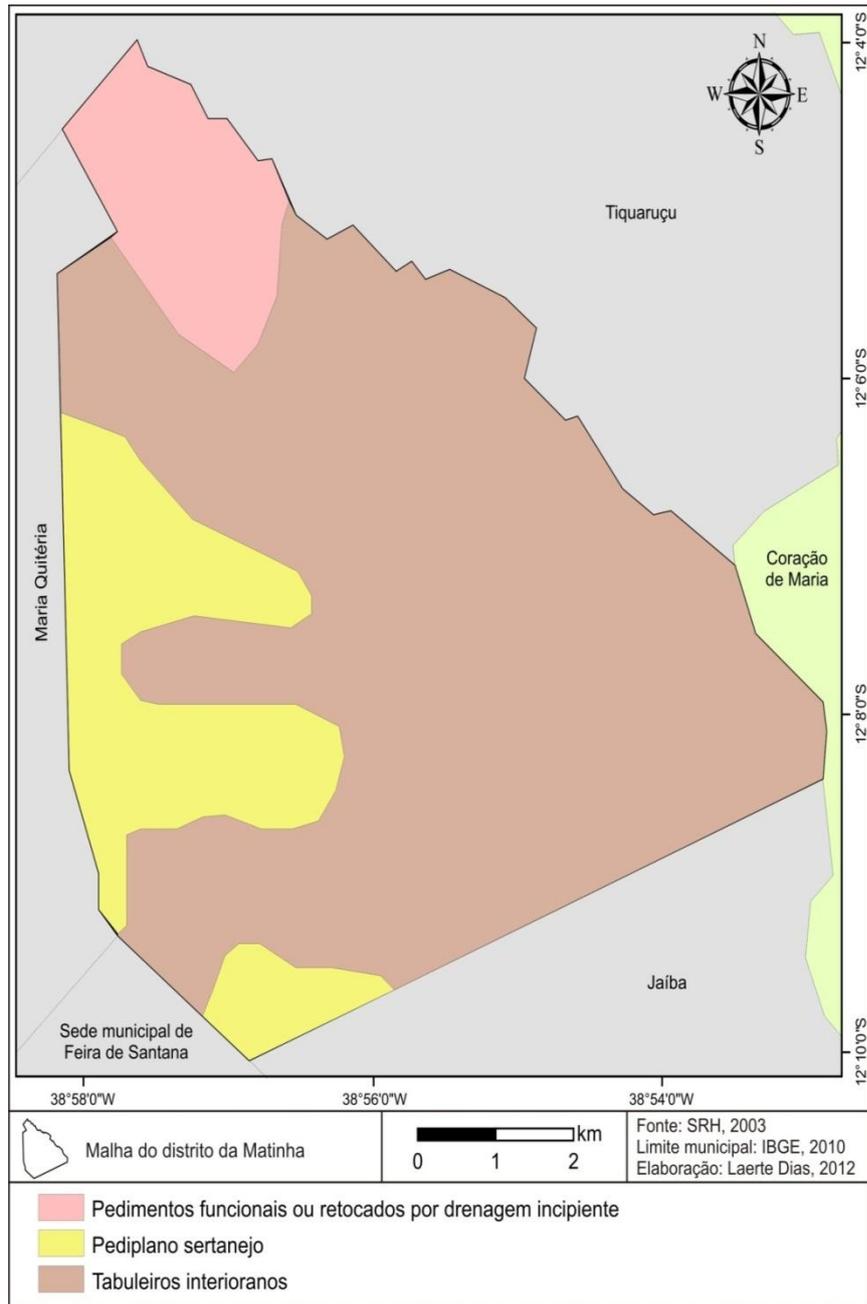
A formação geológica de Feira de Santana se insere no conjunto litológico do São Francisco do Norte, passando pela Depressão Sertaneja Meridional até o Atlântico. A geologia de Matinha apresenta uma estrutura de terrenos sedimentares, formada por arenitos e maciços cristalinos, grande parte é formada por arenito e argilito arenoso, a parte central gnaisse, e a porção leste de sienito (Mapa 2). A geologia local influenciou na formação geomorfológica, o modelado terrestre de Feira de Santana, de acordo com a Superintendência de Recursos Hídricos (SIG-BAHIA, 2003), pertence a três unidades geomorfológicas: Planalto pré-litorâneo, Depressões Periféricas e Interplanálticas e Bacia Sedimentar do Recôncavo-Tucano.

Entre as unidades geomorfológicas do município, Matinha se insere em sua totalidade no Planalto Pré-Litorâneo, e uma pequena parte na unidade de depressões Periféricas e Interplanálticas, sua feição principal são os Tabuleiros interioranos, o Pediplano Sertanejo, e os Pedimentos funcionais (Mapa 3).

Dias (2012) explica que os planaltos pré-litorâneos se originam no interior do continente, após a planície litorânea. Essa unidade agrupa feições formadas por serra, alvéolos e depressões intramontanas, sobretudo, pela forte quantidade de afloramentos rochosos. No entanto, também concentra os tabuleiros interioranos, caracterizando-se por ter relevos tabulares com diferentes níveis altimétricos. O Pediplano Sertanejo tem características marcadas pela dinâmica da ação do clima semiárido, nesta porção do relevo, podem-se identificar relevos residuais que dão uma particularidade a determinadas paisagens do município. Os tabuleiros Interioranos apresentam altitudes próximas dos 200 metros, aproximando-se muito raramente dos 300 metros.



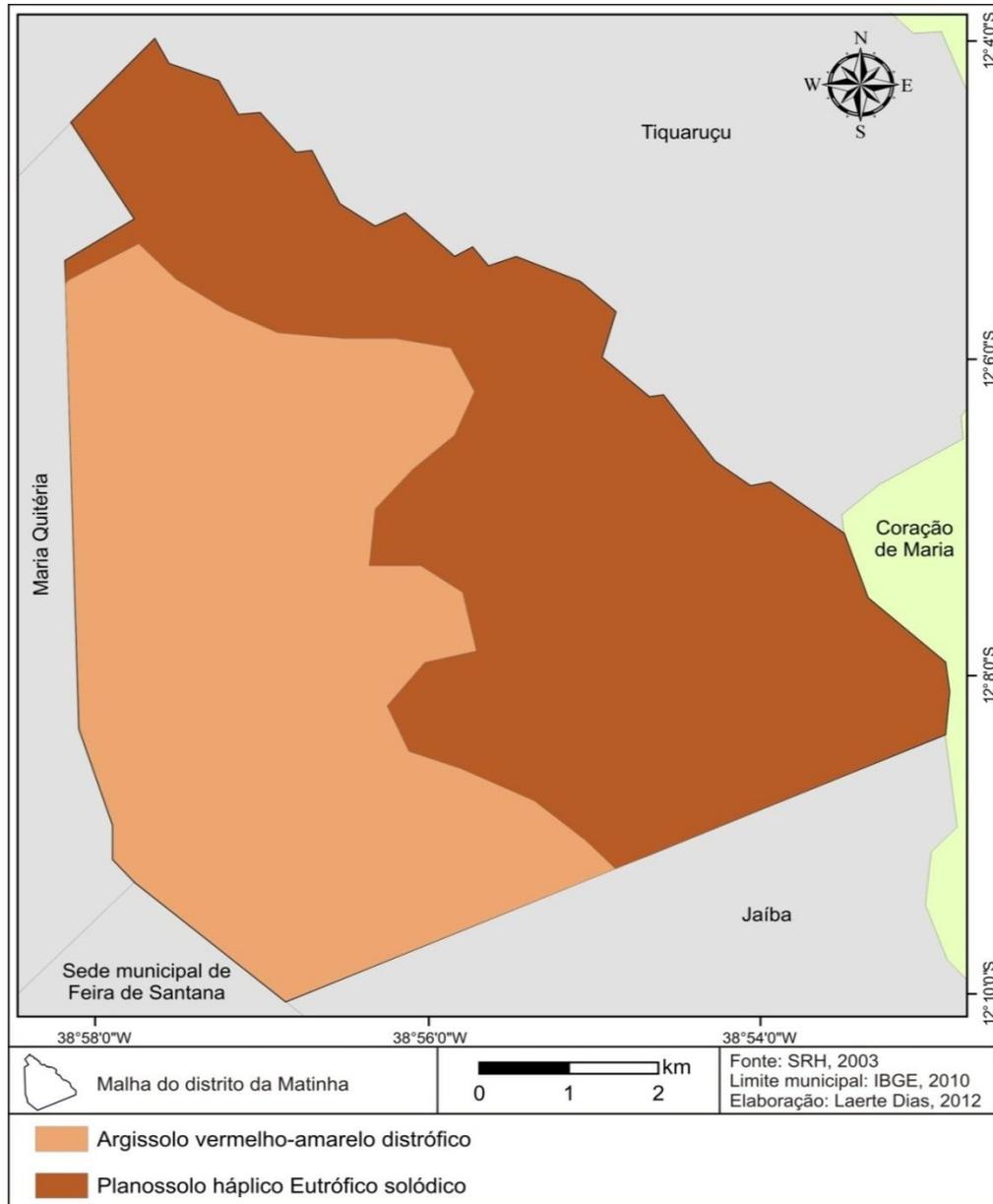
Mapa 2 – Estrutura geológica do Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA)



Mapa 3- Feições geomorfológicas do Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA)

Oliveira (1997) aponta que na área de Feira de Santana, trata-se de um pediplano preservado. Em alguns locais, onde há preservação, surge vegetação de mata, ao contrário das áreas aplainadas onde a vegetação de caatinga é predominante. É possível encontrar depressões fechadas, circulares ou ovaladas, que em alguns casos, formam lagoas com mais de um quilômetro de diâmetro. Os tabuleiros Pré-Litorâneos correspondem à faixa leste do município, onde o clima é mais úmido. O relevo da área é uniforme, e caracteriza-se por morros de vertentes convexas e côncavas.

A geologia e a geomorfologia de Feira de Santana deram origem a cinco tipos de solos: Planossolo háplico, argissolo vermelho-amarelo (distrófico e eutróficos), neossolo litólicos eutróficos, chernossolo háplico e o latossolo vermelho-amarelo distrófico. Dentre os solos citados, dois compõe a paisagem de Matinha: o argissolo vermelho-amarelo distrófico e o planossolo háplico eutrófico solódico (Mapa 4).

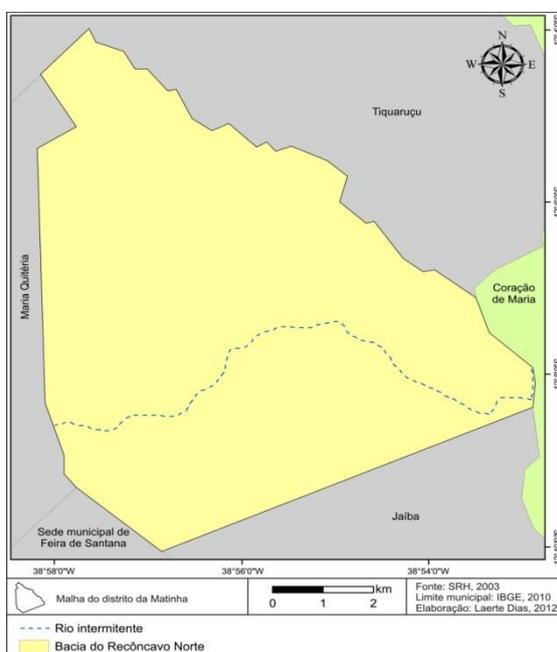


Mapa 4- Tipos de Solo do Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA)

Os planossolos háplicos possuem potencial agrícola restrito, sendo solos mal drenados, com permeabilidade lenta e transição abrupta entre os horizontes A e B. Os argissolos vermelho amarelo contém horizonte B textural com baixo e/ou alto teor de argila com pouca fertilidade natural, no entanto, devido à acidez no solo (moderados a fortemente ácidos) é necessário realizar correções, sobretudo, por meio da calagem antes do cultivo agrícola

(DIAS, 2012). A vegetação que predomina em Matinha é a caatinga arbórea-arbustiva formada por espécies como: umburana, mandacaru, xiquexique, dentre outras. As transformações sazonais que ocorrem na região atuam de forma limitante no afloramento da vegetação, alterando as taxas de acumulação de biomassa. No entanto, Dias (2012) alerta que a característica preponderante da caatinga é a capacidade de adaptar-se aos períodos secos e florescer com bastante vivacidade nos períodos de chuva. Apesar de boa parte dessa vegetação do município de Feira de Santana sofrer intenso desmatamento, em decorrência da agropecuária, o Distrito de Matinha apresenta um bom índice de biomassa, pois é uma área de pequenas propriedades rurais, onde a vegetação tem sido parcialmente preservada.

A hidrografia do município conta com duas bacias que formam sua rede de drenagem. A Bacia do Recôncavo Norte que fica na porção leste, formada por rios perenes como Paraguaçu, Pojuca e Subaé. Há um rio intermitente desta bacia que percorre o distrito de Matinha (Mapa 5). E a Bacia do Paraguaçu, localizada na faixa oeste do município é drenada por rios intermitentes.



Mapa 5- Rede de drenagem. Distrito de Matinha. Feira de Santana (BA)

A análise da paisagem a partir do aspecto ambiental, da cobertura vegetal e do uso do solo são elementos significativos para reprodução da materialidade social, pois o manejo desordenado dos recursos pode gerar tanto problemas ambientais, quanto a insuficiência na produção para a sobrevivência das famílias. Assim buscou-se apresentar alguns elementos sobre o sistema natural para auxiliar na compreensão da dinâmica agrícola e produção do espaço do povoado de Matinha.

### 3.2 PROCESSO HISTÓRICO E ESPACIAL DE FORMAÇÃO DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS

Conforme Souza e Germani (2009) as referências históricas assinalam o fato de que os negros que chegavam a Feira de Santana eram oriundos das grandes lavouras de cana-de-açúcar, localizadas no interior da Bahia, especificamente das proximidades do Recôncavo Baiano, da Capital e do trânsito do comércio de escravos que acontecia na porta de entrada para o sertão. Tais registros históricos apontam que a Fazenda Candéal, de propriedade de Antônio Alves, que possuía em suas terras, negros que, no século XIX, fugiram para áreas de mata cerrada denominada “matinha”, constituindo o quilombo rural de Matinha dos Pretos.

Souza (2011) em seus trabalhos investigou a formação territorial do povoado de Matinha dos Pretos e observou que essa Comunidade Negra e Rural vivenciou uma experiência de resistência à escravização, o que permitiu o surgimento de um quilombo histórico, com traços que se mantêm até os dias atuais. Assim tal estudo indica que:

A Comunidade Negra Rural de Matinha se constitui como tal, a partir de uma experiência de resistência ao processo de escravização, e seus desdobramentos, que se traduziram historicamente, nas formas de afirmação da identidade por parte dos seus moradores, no processo de organização comunitária, nas relações estabelecidas na/com a terra, e na construção cotidiana da autonomia por partes dos sujeitos coletivos (SOUZA, 2011, p.64).

As formações de quilombos locais construíram uma espacialidade que envolvia vínculos combinados por um aparato de relações e de afinidades em comum, que possibilitou a construção do território e, conseqüentemente, da territorialidade com características singulares. Neste sentido, a territorialidade é vista como consequência de uma história entre os sujeitos e um espaço, que no decorrer do tempo, nas interações com o meio, com destaque para a terra, constituiu como um vínculo de identidade. Assim, o território foi construído por meio de uma vida coletiva que levou à configuração de uma identidade étnica, pois a origem e a história se constituíram em elementos significativos na formação espacial do território quilombola (SANTOS BISPO, 2008).

Observa-se que a Fazenda Candéal é uma referência importante também nas questões agrárias do município de Feira de Santana, pois foi a partir da luta pela posse de suas terras que se deu o conflito entre agricultores e grandes proprietários.

Estudos como o de Santos (2011), Sento Sé (2009) e Souza (2011) sobre o processo de escravidão em Feira de Santana destacam a Fazenda Candéal com uma das propriedades

rurais que utilizavam esse tipo de força de trabalho. Assim como, evidenciam que o processo de ocupação das terras de Feira de Santana apresentava centralidade no comércio de escravos. Acerca disso, Sento Sé (2009) destaca que:

Temos a Fazenda Candeal, que segundo a relação de bens descrita no inventário<sup>4</sup> realizado no ano de 1854, em decorrência da morte de José Vitorino de Oliveira, então proprietário da mesma, contaria com 11 senzalas e 27 escravos. A viúva de José Vitorino, Maria Alvina de Oliveira, casou-se pela segunda vez com João Vitorino Ferreira Bastos e este, ao morrer em 1863, legou aos filhos a fazenda, contendo as mesmas 11 senzalas, mas um número inferior de escravos. Um outro inventários datado de 1882, ano de falecimento de Elvira Bastos de Oliveira Borja, filha de João Vitorino e Maria Alvina, herdeira da Fazenda Candeal, indica a herança deixado para seus filhos a fazenda contendo agora somente 9 senzalas e 7 (FREIRE, apud SENTO SÉ, 2009, p.19).

Por meio dos inventários verifica-se que as terras que se tornaram o atual distrito de Matinha se referem à segunda metade do século XIX, com informações sobre seus primeiros proprietários. Ainda sobre as análises de dados obtidos pelos inventários referentes à Fazenda Candeal, Santos (2011) que investiga a recente historiografia da escravidão feirense, a partir da memória da escravidão na comunidade de Matinha observou que:

Ao analisar o inventário em decorrência da morte do capitão José Vitorino de Oliveira, conseguimos identificar os/as escravizados da Fazenda que eram 25, sendo 15 homens e 10 mulheres, destes a maior parte era formada por cabras e crioulos, havia apenas um com a informação de 1 um escravo “já velho quebrado das virilhas” dedicado ao trabalho doméstico, avaliado em 100 mil réis denotando um pertencimento étnico desconhecido (SANTOS, 2011, p. 19).

Uma informação relevante que a autora levanta em suas análises, e que se tornou conveniente trazer nesta discussão, foi o cotidiano das mulheres escravizadas, conforme está descrito a seguir:

As mulheres eram em sua maioria dedicadas aos serviços domésticos. Além de Vicência cabra, já velha avaliada em 300 mil réis e Francisca crioula de 40 e tantos anos, avaliada em 400 mil réis. Havia ainda, Apolinária cabra “*um pouco velha*” dedicada à lavoura avaliada em 450 mil réis e Rita cabra, dedicada ao serviço “*da rapa*”, avaliada em 700 mil réis, cuja idade não é mencionada. Existiam na fazenda três escravas crianças: Vicência filha de 4 anos, cuja cor não aparece, avaliada em 350 mil réis; Honorata crioula de 3 anos avaliada em 350 mil réis; e Maria, uma cabrinha de 8 anos avaliada em 630 mil réis. Aparecem apenas duas mulatas, ambas dedicadas ao serviço doméstico, Justina de 14 anos, avaliada em 900 mil réis, a escrava mais cara

---

<sup>4</sup> Os inventários são documentos oficiais, descritivos e objetivos, depositados em arquivos públicos e privados. Nestes documentos estão descritos bens móveis, semimóveis e de raiz. São objetos como armas, roupas, objetos de devoção, ferramentas e outros bens, que revelam os traços da vida material de uma sociedade do passado.

da fazenda e Maria de 30 anos avaliados em 650 mil réis, que valia mais que o único escravo especializado da fazenda, Faustino cabra, que era carpinteiro, de 45 anos e avaliado na quantia de 600 mil réis (SANTOS, 2011, p. 19-20).

Nascimento (2010) a partir das cartas de alforria<sup>5</sup> buscou compreender como as mulheres construíram na micropolítica cotidiana, estratégias para a conquista da liberdade na região de Feira de Santana, na segunda metade do século XIX. Assim, ressalta que na historiografia da escravidão, a experiência feminina se reduz a participações sem grandes expressões no cotidiano, principalmente, com relação ao estudo da resistência escrava e a busca de melhores condições, renegando a dimensão política dos projetos individuais de negação à escravidão que ajudaram conjuntamente a minar o sistema escravista, os quais refletiam de alguma forma, os interesses de um grupo social que sofria os males da escravidão.

Esta autora afirma que a busca pela liberdade permeou a experiência de homens e mulheres cotidianamente, e a documentação sobre as cartas de alforrias ratificam que as mulheres constituíram a maioria entre os cativos daquela região sendo elas eleitas para o trabalho na pequena agricultura, própria daquelas regiões da Província no século XIX. As alforrias femininas superaram as masculinas no período de 1850 a 1888, evidenciando o reconhecimento do significado da maioria das alforrias na região de Feira de Santana, terem sido conquistadas por mulheres, demonstrando que a participação feminina pela liberdade foi efetiva (NASCIMENTO, 2010).

A memória construída pelos homens e mulheres moradores de Matinha dos Pretos confirma a descendência dos primeiros grupos de negros que habitavam esta região, que anteriormente eram escravizados na Fazenda Candéal. Desta forma os habitantes partilham, através da tradição oral, a história sobre a origem do povoado enquanto um quilombo.

Segundo as pessoas mais velhas, é que chama de Matinha porque era uma pequena mata. Aqui no Candéal era um engenho de escravo, e eles fugiam pra esse lugar tentando se esconder, e aí foram formando uma pequena comunidade, quando eles se libertavam eles fugiam e conseguiam viver ali e daí fez a primeira casinha que era uma casa de palha, depois foi fazendo a segunda. Quando foram libertados, começaram a fazer de taipa e aí foram criando, foi crescendo, foi formando a comunidade. Aí há uns, acho que 70, 80 anos atrás existiu uma doença chamada a peste do Jacu, é como que hoje fosse a dengue. Era uma febre intensa que tinha na comunidade vizinha, que de repente, menos de 24 horas até menos morria. E foram... Aí três moradores

---

<sup>5</sup> A Carta de Alforria era um documento cedido a um escravo por seu proprietário. Era um tipo de “atestado” de liberdade em que o proprietário abdicava dos seus direitos de posse sobre o escravo.

da comunidade fizeram uma promessa que se essa doença, essa peste não passasse pela Matinha, que eles iriam implantar o cruzeiro e aí quando implantou o cruzeiro com o nome do padroeiro, São Roque, que livrava da peste. Por isso é que tem essa pedra de São Roque aqui na Matinha, foi implantado o cruzeiro, por conta desta peste, que existiu no Jacu que é uma comunidade bem próxima, vizinha mesmo da Matinha, e como não passou mesmo pela Matinha e aí até hoje é... (Dona Rosa, 48 anos, entrevista realizada no povoado de Matinha dos Pretos)

Esta narrativa corresponde a um passado geral que vai instaurar o primeiro domínio onde a memória coletiva cristaliza-se, em que a história fundadora caminha em direção ao mito que se historiciza, passado de geração a geração. Pois “cada povoado tem sua própria história-mito que é ligada por laços de filiação à história mais geral” (WOORTMANN, 1995, p.246).

O relato acima confirma a observação de Souza (2011) de que houve escravidão na Fazenda Candéal, assim como a experiência de resistência destes homens e mulheres escravizados.

Esse contexto de reação tornava o terreno propício para a fuga e formação de agrupamentos de negros fugidos que migravam do extenso engenho da Fazenda Candéal em direção a essa mata densa e pequena que, posteriormente, viria a ser chamada de Matinha e, a partir daí, tem-se a formação de um quilombo, mas especificamente, de um quilombo histórico. Estes aspectos repercutiam diretamente nas relações sociais estabelecidas entre os proprietários do engenho e os africanos escravizados que se traduziam nas formas como estes dois grupos se apropriavam do espaço e na constituição daquele território. Se de um lado tem-se os proprietários da fazenda Candéal garantindo, a todo o momento, a manutenção do seu domínio e controle daquele espaço, por outro tem-se, dezenas de africanas e africanos resistindo e lutando para garantir relativa autonomia diante dos mecanismos opressores, muito comum no processo de escravização do Brasil (SOUZA, 2011, p.66).

Nas entrevistas realizadas, observou-se que sobre a constituição do povoado, verificam-se dois acontecimentos históricos que marcam a origem do território de Matinha dos Pretos. No primeiro momento, “a Matinha foi fundada devido aos escravos”, assim, esta região se torna um refúgio para os negros escravizados, em meio ao solo de “pequena mata” rasteira. Em seguida a história do surgimento da Matinha dos Pretos é marcada por uma epidemia chamada a Peste do Jacu.

Essa epidemia também denominada de peste bubônica ocorreu por volta de 1922 na localidade do Jacu, que atualmente integra o distrito. Assim, constata-se através dos relatos

orais das moradoras, e de estudos realizados sobre a origem do povoamento de Matinha, que a peste do Jacu é um marco histórico deste espaço.

A expansão de tal epidemia culminou na promessa feita por Dona Antônia a São Roque, em que pedia que a doença não chegasse aos limites de Matinha. Ao ser atendida, foi cumprida a promessa de construir um cruzeiro a São Roque. E, posteriormente, fundou-se a capela em homenagem ao Santo. Ao redor desse marco fundador do povoado foram se construindo casas que originaram a atual comunidade de Matinha dos Pretos, sede do distrito de Matinha.

Dona Joanita (89 anos) narra a partir das histórias ouvidas a origem do cruzeiro de São Roque

Tinha uma mulher que era dona da Matinha que se chamava Antônia. A casa dela era uma casa grande, tinha muitos quartos, e ela celebrou uma missa. Matinha foi começada assim, teve uma doença no Jacu, uma febre, né? Essa eu não tinha nascido ainda, teve uma febre na Matinha então, eu vi isso, aí eu vi os mais velhos contar, né? Ela [D. Antônia] fez uma promessa para São Roque. Que se São Roque ajudasse que a doença ficasse do riacho pra lá, não saltasse do riacho pra cá que ela ia implantar um cruzeiro e ser devota de São Roque, assim ela fez (Dona Joanita, 89 anos. Entrevista realizada na residência da participante no povoado de Matinha dos Pretos).

Esse evento é narrado por outras mulheres que foram entrevistadas, como Dona Francisca (75 anos), residente na Matinha há muitos anos, e afirma que a “Matinha começou porque, teve uma peste no Jacu”. O processo de construção do cruzeiro é narrado por ela, a qual afirma ter conhecido D. Antônia, principal protagonista da história, e conta que:

Ela [D. Antônia] me chamava de Antônia do Licuri. E meu pai tinha uma parte de terra também ali na... Aí ela deu meia tarefa, ela deu uma parte e meu pai deu outra para construir ali, aí implantou. A gente todo dia ia pra o cruzeiro rezar, quando era tempo de missa armava uma lona pra fazer, pra acolher o padre, o povo... E foi chegando, foi chegando, foi chegando até que botaram... Aí depois construíram uma capelinha, botou uma imagem de São Roque, todo ano no dia 15 de agosto a gente fazia uma festa danada na rua. A gente ia lavar a igreja, a gente brincava na sexta de tarde, sábado de manhã. Era brincadeira. Era tudo de baiana. E aí, a finada Antônia morreu... Aquela rua de cá toda é o terreno de São Roque. O povo fez casa, mas é de São Roque. (Dona Francisca, 75 anos. Entrevista realizada na residência da participante no povoado de Matinha dos Pretos).

Toda essa trajetória contada se entrelaça com a fé e a devoção por São Roque, além de apresentar uma figura feminina na formação do povoado, o que se torna uma referência interessante na análise espacial do lugar.

De acordo com as falas, as primeiras construções de referência do povoado são o cruzeiro e a capela, atual igreja situada na Praça da Matinha (Figura 5). Por conta disso, este

Santo se tornou padroeiro da Comunidade, como afirma Dona Rosa<sup>6</sup> (48 anos): “Foi implantado o cruzeiro por conta de uma promessa, e a fé quem cura, valeu a pena, porque por lá mesmo acabou. Não veio pra Matinha não. Agosto mesmo é a festa do padroeiro São Roque”.



**Figura 5-** Cruzeiro e Igreja de São Roque.

Fonte: Maíra Lopes dos Reis. Pesquisa de campo em 2012.

Dona Joanita (89 anos) também descreve como eram realizadas as missas e as festas para comemorar o dia de São Roque:

Como eu lhe disse, o primeiro cruzeiro da Matinha foi vindo no carro de boi, aí me lembro ela implantou o cruzeiro, e antes dela implantar o cruzeiro, ela celebrou uma missa. A missa foi celebrada dentro de casa, dentro de um quarto que ela tinha assim, botou uma esteira e bocado de santo aí celebrou uma missa, a primeira missa... aí foi a segunda, foi a terceira, já a terceira já foi no cruzeiro para benzer o cruzeiro. Botou umas esteira, benzeu o cruzeiro. E era ela dona dali, aquilo ali era, muito bem feito. Era festa que tinha de São Roque, agora hoje em dia que não está fazendo mais festa ali não, hoje em dia não. (Dona Francisca, 75 anos. Entrevista realizada na residência da participante no povoado de Matinha dos Pretos).

A entrevistada lembra com saudades dos tempos de “três, quatro, cinco dias de festa que levava dançando tudo de baiana, de pote na cabeça que era a lavagem do cruzeiro, ia todo mundo fantasiado, era muito bonito ali na Matinha”.

---

<sup>6</sup> Trabalhadora Rural de Matinha dos Pretos, a entrevista dessa participante ocorreu em sua residência localizada no povoado.

Demonstra insatisfação, ao reconhecer que as manifestações em louvor ao padroeiro não ocorrem com tanta força nos dias atuais: “Hoje em dia que não está tendo mais, que a cultura acabou tudo, acabou tudo! Hoje em dia não tem mais nada não, num tem mais festa, num tem mais nada, só tem a missa só, mas até agora na Matinha era muito bonito”.

Nas narrativas femininas sobre a origem da Matinha destacam-se duas pessoas importantes que vivenciaram o início da história do povoado. Dona Ana<sup>7</sup> (52 anos) informa que: “O pessoal mais velho é que sabe, era uma pessoa que se chamava Purquéria, que sabia como foi a vida da Matinha, e era Lourenço, que já faleceu, ele sabia como era a história da Matinha”. Sobre esta questão Dona Joanita (89 anos) afirma: “Porque num tem mais quem conte, tinha um rapaz que se chamava Lourenço, ele morreu aí ele sabia contar um bocadinho de coisa também, mas ele já morreu”.

Essas pessoas citadas são consideradas pela Comunidade como os contadores oficiais da história da Matinha. Eram eles quem mais sabiam das coisas passadas do lugar. Contudo, todos os habitantes da localidade conhecem as histórias. Mas somente os mais velhos possuem a autoridade, investida pelo grupo, de relatá-la para alguém de fora. Esse fato remete ao destaque aqui dado aos depoimentos de Dona Joanita (89 anos) e Dona Francisca (75 anos), as informantes mais idosas, pois estes sujeitos são detentores da memória e da tradição e fazem história, sendo legitimadas pelo grupo.

De acordo com as considerações de Godói (1998) em seu trabalho sobre os camponeses do sertão do Piauí, a memória envolve o indivíduo e se confunde com o tempo, fazendo com que esses sujeitos não só vivam em um tempo, mas em uma memória. Pois a memória não está dentro deles, antes são eles que se movem dentro de uma memória mundo. Não se trata de apreender o indivíduo a si mesmo dentro de um passado pessoal, mas de se orientar em uma ordem geral, de estabelecer, em todas as esferas, a continuidade entre si mesmo e o mundo, ligando a vida presente ao conjunto do tempo. Assim, esse passado se configura como uma preexistência que as lembranças supõem.

A peste bubônica causou grandes impactos para a região do Jacu. A população da região de Matinha e arredores necessitava de melhorias nas condições de vida e, para isto, era necessária uma intervenção externa, governamental ou de organizações da sociedade civil.

Por volta de 1940, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) estiveram em Matinha oferecendo auxílio aos moradores nos serviços de: saneamento básico, saúde e educação. Souza (2011) identifica essa atuação externa como Missão Rural, que se

---

<sup>7</sup> Trabalhadora Rural de Matinha dos Pretos, a entrevista ocorreu na praça do povoado.

concretizou como um “sistema de cooperativa, no qual as famílias trocavam os produtos cultivados nas suas terras por outros das terras vizinhas, atuando de forma complementar” (SOUZA, 2011, p.75) As ações da Missão Rural deu origem ao Centro Social São Roque e contou com a ação e o apoio da comunidade.

A experiência de resistência à escravização no século XIX, a Peste do Jacú e a Missão Rural foram elementos que influenciaram de forma significativa na organização do espaço de Matinha dos Pretos. Destaca-se, no entanto, o conflito por terra na Fazenda Candéal que desencadeou no surgimento da Associação Comunitária de Matinha (ACOMA), que será abordado adiante.

A luta pela terra, a partir deste conflito interferiu na dinâmica social, política, econômica e espacial de Matinha, possibilitando um pensar e agir de forma individual e coletiva relacionando a condição do povoado na/com a terra a partir da propriedade, da produção e do trabalho. O estreitamento dos laços de solidariedade entre comunidades vizinhas, Candéal e Matinha, acirrou o processo de enfrentamento dos latifundiários. Ressalta-se que a “população que se fixou na Matinha, se apropriou daquele espaço tornando-se posseiros e posteriormente arrendatários” (SOUZA, 2011, p.76).

No período em que ocorreu o conflito da Fazenda Candéal, a comunidade se mobilizou para buscar medidas que garantissem seus direitos. Nesse sentido, o intermédio do MOC, de setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), possibilitaram maior articulação e mobilização das comunidades.

Um dos principais frutos desta união foi o surgimento da Associação Comunitária da Matinha (ACOMA), com sede e foro no povoado de Matinha dos Pretos, “é pessoa jurídica de direito privado, de caráter beneficente, educativo, de assistência social e promocional e sem fins lucrativos” (NASCIMENTO, 1997, p. 124). Sobre o surgimento da ACOMA, retrata-se que:

Em 1970 começou-se a falar sobre a necessidade da fundação de uma Associação Comunitária. Neste mesmo ano, chegou em Matinha o MOC (Movimento de Organização Comunitária), uma entidade não governamental, fundada em 1967 no seio da própria igreja católica quando a mesma começou a descobrir que as mudanças buscadas no campo social passam pelo campo econômico [...] Em seis de dezembro de 1971, os moradores de Matinha mobilizaram-se com o objetivo de organizar um movimento comunitário nessa localidade, criando em seguida uma associação. Aos 20 dias do mês de junho de 1972 reuniu-se na sede comunitária de Matinha o quadro de associados dessa comunidade, com a finalidade de discutir o nome desse movimento comunitário. Depois de alguns momentos de estudo surgiram alguns nomes que foram submetidos à

apreciação, sendo escolhido Associação Comunitária de Matinha (NASCIMENTO,1997,p.123).

Os objetivos principais da ACOMA eram: Representar juridicamente os moradores dos povoados de Matinha, Candéal, Moita da Onça, Jenipapo, Jacu, Baixão, Cerrado, Alecrim, Km8, Mantiba, Candeia Grossa e moradores circunvizinhos, para intermediar o contato com autoridades e entidades assistenciais e técnicas no desenvolvimento da zona rural, além de contribuir para o envolvimento participativo dos povoados. A ACOMA realizou grandes ações para melhorias na condição de vida da população dessas localidades, algumas delas foram:

- a) Fortalecer a luta dos agricultores no processo em defesa de suas terras.
- b) Em 1972, a ACOMA participou do programa de alfabetização do governo federal, com intuito de alfabetizar os agricultores da região. Em seguida ajudar a fundar a primeira escola da comunidade.
- c) Em 1986, foi construída a segunda Casa de Farinha, com apenas uma tarefa de terra, financiada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural (CAR) e ACOMA em conjunto, por meio do projeto de Roça Comunitária.
- d) Em 1995, a Associação mediou as questões sobre o povoado acerca da emancipação para tornar-se distrito, o que veio acontecer em 2008 por meio de um plebiscito.
- e) Parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores em ações e discussões sobre temas como: questão agrária, condição da mulher no campo feirense, sexualidade e saúde, assistência médica, projeto de Reforma da Previdência Social, distribuição de sementes de feijão e milho para o plantio em tempos de seca (NASCIMENTO, 1997)
- f) Recentemente ajudou a fundar a Unidade de Beneficiamento de Frutas “Aurelina Oliveira Santana”.

A formação dessa organização comunitária tem grande relevância, não somente para a população de Matinha e povoados ao redor, mas para todos os distritos rurais que compõem o espaço agrário de Feira de Santana, de modo que a construção da ACOMA segue no sentido de fortalecer a organização dos trabalhadores rurais do município a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS).

De acordo com Nascimento (1997) e Souza (2011) e por observações realizadas em campo, nota-se que a ACOMA, enquanto organização popular é base fundamental para a organização dos trabalhadores rurais, constituindo um núcleo com ideologia própria pela

mobilização da luta política e sindical na região. Este fato a tornou uma “entidade reconhecida e considerada na própria comunidade, pelos embates travados em busca dos direitos da cidadania contribuindo principalmente para a crescente liderança feminina nos conflitos sociais do campo” (NASCIMENTO, 1997, p. 125).

A ACOMA expressa o nível de organização da comunidade há aproximadamente 39 anos. Mensalmente a associação se reúne para discutir temas que envolvem o povoado. Os participantes são de faixas etárias diferenciadas, contemplando jovens, adultos e idosos. A maioria é de mulheres reforçando a relevância de se investigar a participação feminina em Matinha dos Pretos.

A experiência de luta e organização deste povoado evidencia a importância dos movimentos sociais na construção de territorialidades, sendo que, ocupam espaço privilegiado nas lutas populares. Sua expressão maior se reconhece principalmente no meio rural porque o espaço agrário brasileiro foi conformado legitimando sua concentração.

Nesta perspectiva, o movimento social só se realiza a partir do pensar e fazer dos sujeitos, ou seja, só se realizará a partir do cotidiano. Nesse sentido, a luta e a força social são pilares fundamentais do movimento. Porém, as condições para o movimento dimensionar a força social dependem da realidade na qual está inserida, ou seja, do lugar onde estabelece o conflito, permitindo assim uma articulação com uma luta social mais geral (FÉLIX; REIS, 2011).

### 3.3 PERFIL DO ESPAÇO RURAL DE MATINHA DOS PRETOS A PARTIR DA DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Germani (2010) afirma que analisar a questão agrária significa compreender como se dá a estrutura de propriedade da terra, as relações sociais de produção estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no tempo-espaço. De modo que, o processo de apropriação do espaço tem relação com o lugar que o indivíduo ocupa na classe social, pois, “quem se apropria de um pedaço da natureza e a forma que o faz vai definir a condição em que realiza sua produção e, também, sua posição numa dada sociedade” (GERMANI, 2010, p 03).

Com base nessa reflexão, e seguindo a orientação de Oliveira (2001), sobre os elementos da produção camponesa, analisa-se a conjuntura agrária de Feira de Santana, a partir de dois conjuntos: Os meios de produção e a propriedade da terra, para demonstrar a configuração da estrutura agrária do município de Feira de Santana, e como esta se reproduz no povoado de Matinha dos Pretos.

A construção histórica e social do território brasileiro repercutiu na formação territorial da Bahia, como nas demais regiões do país. As ações do Estado, sempre estiveram voltadas aos interesses específicos dos agentes que comandam a circulação do capital, o que contribuiu para a construção de um espaço agrário brasileiro marcado por conflitos, gerados pelas desigualdades, principalmente nas formas de acesso a terra, situação que se inicia desde colonização até os dias atuais.

Todo esse contexto histórico se reproduz na dinâmica do espaço agrário de Feira de Santana, que de forma específica, quando se trata da distribuição da terra, apresenta concentração fundiária. Desta forma tem-se, que as propriedades rurais neste município são distribuídas de forma irregular, e são caracterizadas por pequenos estabelecimentos rurais, tendo um sistema de produção tradicional e de transição com utilização da mão-de-obra familiar, e com produção de mandioca, milho, laranja e fumo, bem como, a criação de gado nas médias e grandes propriedades.

Segundo Cruz (1999) as atividades primárias perderam participação na estrutura produtiva do município, a partir dos anos 70, que coincide com o período de intensificação do processo industrializante comandado pela implantação do Centro Industrial do Subaé em Feira de Santana. Os volumes negociados no comércio local cresceram muito, com as demandas aumentando rapidamente do que a capacidade de oferta dos estabelecimentos rurais. Aqueles mais capitalizados promoviam ajustes organizacionais e produtivos periódicos, para permanecerem no mercado. Mas a grande maioria dos estabelecimentos, baseada em pequenas propriedades, baixa utilização de tecnologia e utilização de métodos simples de plantio, colheita e manejo, além de formas pré-capitalistas de relações de produção, sobrevivia à margem do crescimento comercial e industrial.

No âmbito de sua microrregião, aumentava ainda que em pequena escala, a importância relativa da produção rural, onde sobressai a pecuária da bovinocultura que, historicamente, muito contribuiu para o crescimento inicial do comércio. Desde cedo, a importância econômica, política e cultural da atividade agropecuária havia dado contornos explícitos ao comércio do gado bovino, que ganhara proporções superiores à produção local e microrregional, atraindo vendedores, e compradores, comerciantes, pecuaristas ou representantes da indústria de carnes e laticínios, enfim todos aqueles cujos interesses estavam ligados ao comércio, abate e transformação industrial dos alimentos carnes, leites e derivados.

A produção agrícola do município de Feira de Santana é de grande importância social, pois, grande parte refere-se a produtos desenvolvidos em caráter de subsistência, e que historicamente, esta atividade não somente vem se tornando vulnerável ao fenômeno das

secas que atingem periodicamente o município e a região, como também não avança por causa da permanência de estruturas produtivas arcaicas, concentração da propriedade, reduzida a força das organizações dos pequenos produtores rurais, dificuldades de crédito, ausência de projetos de irrigação e baixo cooperativismo.

As lavouras temporárias do município ainda utilizam tecnologias pouco intensivas em insumos de origem industrial, centradas na adoção de práticas de cultivos tradicionais- por isso mesmo de participação diminuta, quando comparada a produção microrregional ou a estadual. Entre elas sobressaem os tradicionais produtos de subsistência, como milho, o feijão e mandioca, tanto no que se refere à área ocupada como a quantidade produzida. Talvez a participação mais importante seja a da produção de mandioca, com patamar inferior tem-se a as culturas de abóbora, mamona e fumo (CRUZ, 1999).

A característica básica e fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar, “motor do processo de trabalho na produção camponesa” (OLIVEIRA,2001, p . 55). É a partir dessa singularidade que a família amplia a possibilidade da combinação articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. Desta forma, que o trabalho assalariado, a ajuda mútua, e parceria surgem como relações que acrescentam uma complexidade de relações na produção camponesa, que estão estabelecidas e fundamentadas a partir da família, de uma hierarquia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo.

Araújo (2002) constatou em suas pesquisas que na produção camponesa em Feira de Santana a agricultura tradicional predomina em propriedades menores que 30 hectares, onde, os pequenos proprietários plantam nas roças e retiram sua subsistência, não tem acesso a orientações de técnico, e a créditos agrícolas. É deste modo, que as grandes propriedades ingressam em um patamar de produtividade e lucros elevados, deixando os “pequenos proprietários isolados no círculo vicioso que conduz das técnicas arcaicas a baixa produtividade, aos baixos lucros e a ausência de capital” (ARAÚJO, 2002, p.49).

Sobre a propriedade da terra em Feira de Santana, Oliveira (1997) identificou a presença de minifúndios, que estão sendo fracionados com o passar do tempo em função da divisão de terras entre os membros das famílias, em que os filhos e filhas dos pequenos agricultores constituem novas famílias, tornando suas áreas tão pequenas que impossibilita o desenvolvimento de atividades econômicas capazes de sustentar todo o núcleo da família, fazendo com que sejam obrigados a utilizar terras de terceiros em sistema de parceria, meiação ou arrendamento. Diante desse processo de minifundização, o produtor precisa, para sobreviver, utilizar terras de outros.

Oliveira (1997) em suas pesquisas verificou que apesar do fracionamento das propriedades no município, grande parte dos trabalhadores obtinham a documentação de suas terras, de modo que “15,8% desses produtores do município de Feira de Santana que possuem terra própria, trabalham em até duas tarefas de terras, 50,9% em até cinco tarefas e 70,6% em até 10 tarefas” (p.36). Os últimos dados do Censo Agropecuário indicam que neste município sessenta e seis estabelecimentos com área de 1 a menos de 2 há são estabelecimentos de produtores rurais proprietários da terra.

Analisando os dados sobre a estrutura fundiária do município entre o período de 1920-2006, verifica-se que poucas alterações ocorreram na distribuição das terras. Dados do Censo demonstram que desde 1920 no grupo de áreas menores há maior número de estabelecimentos, com algumas variações.

**Figura 6**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1920**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Mais de 0 a menos de 41	1.822	14	70,27	0,06
De 41 a menos de 100	503	62	19,40	0,26
De 100 a menos de 201	132	141	5,09	0,59
De 201 a menos de 401	91	247	3,51	1,03
De 401 a menos de 1001	38	551	1,47	2,30
De 1001 a menos de 2001	5	1.141	0,19	4,77
De 2001 a menos de 5001	0	0	0,00	0,00
De 5001 a menos de 10001	1	8.712	0,04	36,40
De 10001 a menos de 25000	1	13.068	0,04	54,60
De 25000 a mais			0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.593</b>	<b>23.936</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil-1920. Censo Agrícola, SR-Bahia. Volume, Parte I, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1920.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

**Figura 7**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1940**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Mais de 0 a menos de 1	68	55	1,47	0,04
De 1 a menos de 2	183	287	3,97	0,19
De 2 a menos de 5	922	3.271	19,99	2,12
De 5 a menos de 10	1.106	8.029	23,98	5,19
De 10 a menos de 20	794	11.067	17,22	7,16
De 20 a menos de 50	835	26.160	18,10	16,92
De 50 a menos de 100	314	22.588	6,81	14,61
De 100 a menos de 200	240	34.522	5,20	22,32
De 200 a menos de 500	124	35.968	2,69	23,26
De 500 a menos de 1.000	20	12.694	0,43	8,21
De 1.000 a menos de 2.000	5	0	0,11	0,00
De 2.000 a menos de 5.000	1	0	0,02	0,00
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00
De 100.000 a mais			0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.612</b>	<b>154.641</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil-1940. Censo Agrícola, SR-Bahia. Parte XII, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1950.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

**Figura 8**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1950**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Mais de 0 a menos de 1	169	110	3,13	0,07
De 1 a menos de 2	314	467	5,82	0,29
De 2 a menos de 5	1.165	3.999	21,59	2,47
De 5 a menos de 10	1.098	8.086	20,35	5,00
De 10 a menos de 20	1.035	14.742	19,18	9,11
De 20 a menos de 50	966	30.156	17,90	18,64
De 50 a menos de 100	361	25.670	6,69	15,87
De 100 a menos de 200	156	22.326	2,89	13,80
De 200 a menos de 500	98	29.161	1,82	18,03
De 500 a menos de 1.000	29	20.124	0,54	12,44
De 1.000 a menos de 2.000	5	6.934	0,09	4,29
De 2.000 a menos de 5.000			0,00	0,00
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00
De 100.000 a mais			0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.396</b>	<b>161.775</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. VI Recenseamento Geral do Brasil-1950. Censo Agrícola, SR-Bahia. Volume 20, Tomo 2. Rio de Janeiro, 1956.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

**Figura 9**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1960**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Mais de 0 a menos de 1	1.563	1.043	17,62	0,68
De 1 a menos de 2	1.309	1.895	14,76	1,23
De 2 a menos de 5	2.243	7.003	25,29	4,55
De 5 a menos de 10	1.373	10.036	15,48	6,53
De 10 a menos de 20	1.067	14.922	12,03	9,70
De 20 a menos de 50	803	24.659	9,05	16,04
De 50 a menos de 100	263	18.432	2,97	11,99
De 100 a menos de 200	120	16.726	1,35	10,88
De 200 a menos de 500	96	28.839	1,08	18,75
De 500 a menos de 1.000	23	16.148	0,26	10,50
De 1.000 a menos de 2.000	7	9.615	0,08	6,25
De 2.000 a menos de 5.000	2	4.459	0,02	2,90
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00
De 100.000 a mais			0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.869</b>	<b>153.777</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil-1960. Censo Agrícola, SR-Bahia. Volume 2, Parte I, Tomo 2. Rio de Janeiro, 1960.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

**Figura 10**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1970**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Mais de 0 a menos de 1	1.484	1.070	18,20	0,87
De 1 a menos de 2	1.676	2.475	20,56	2,02
De 2 a menos de 5	2.262	7.337	27,74	5,97
De 5 a menos de 10	1.175	8.272	14,41	6,74
De 10 a menos de 20	721	10.051	8,84	8,18
De 20 a menos de 50	460	13.731	5,64	11,18
De 50 a menos de 100	159	11.095	1,95	9,03
De 100 a menos de 200	114	16.242	1,40	13,22
De 200 a menos de 500	82	24.969	1,01	20,33
De 500 a menos de 1.000	13	8.910	0,16	7,25
De 1.000 a menos de 2.000	4	5.237	0,05	4,26
De 2.000 a menos de 5.000	2	4.866	0,02	3,96
De 5.000 a menos de 10.000	1	8.566	0,01	6,97
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00
De 100.000 a mais			0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.153</b>	<b>122.821</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil-1960. Censo Agrícola, SR-Bahia. Volume 2, Parte I, Tomo 2. Rio de Janeiro, 1960.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

**Figura 11**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1980**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Mais de 0 a menos de 1	1.507	1.023	19,46	0,90
De 1 a menos de 2	1.530	2.261	19,76	1,98
De 2 a menos de 5	2.135	6.847	27,57	6,00
De 5 a menos de 10	1.129	7.974	14,58	6,98
De 10 a menos de 20	646	8.968	8,34	7,85
De 20 a menos de 50	432	12.989	5,58	11,37
De 50 a menos de 100	150	10.540	1,94	9,23
De 100 a menos de 200	106	14.746	1,37	12,91
De 200 a menos de 500	81	23.107	1,05	20,23
De 500 a menos de 1.000	19	12.967	0,25	11,35
De 1.000 a menos de 2.000	7	8.557	0,09	7,49
De 2.000 a menos de 5.000	2	4.220	0,03	3,70
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00
De 100.000 a mais			0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.744</b>	<b>114.199</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. IX Recenseamento Geral do Brasil-1980. Censo Agrícola, SR-Bahia.V.2, Parte I,Tomo 3, N15. Rio de Janeiro, 1983/4.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

**Figura 12**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-1996**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Menos de 1 ha	853	539	20,73	0,83
1 a menos de 2 ha	989	1.335	24,03	2,07
2 a menos de 5 ha	1.145	3.510	27,83	5,43
5 a menos de 10 ha	460	2.990	11,18	4,63
10 a menos de 20 ha	268	3.614	6,51	5,59
20 a menos de 50 ha	182	5.362	4,42	8,29
50 a menos de 100 ha	75	5.254	1,82	8,13
100 a menos de 200 ha	70	10.137	1,70	15,68
200 a menos de 500 ha	53	14.744	1,29	22,80
500 a menos de 1.000 ha	15	10.008	0,36	15,48
1.000 a menos de 2.000 ha	5	7.160	0,12	11,07
2.000 a menos de 5.000 ha	0	0	0,00	0,00
5.000 a menos de 10.000 ha	0	0	0,00	0,00
10.000 a menos de 100.000 ha	0	0	0,00	0,00
100.000 ha e mais	0	0	0,00	0,00
sem declaração	0	0	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.115</b>	<b>64.654</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995/6-www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

**Figura 13**  
**Estrutura Fundiária de Feira de Santana-2006**

<i>Grupo de Area</i>	<i>Estabelecimento(Qt)</i>	<i>Area(ha)</i>	<i>Estabelecimento(%)</i>	<i>Area(%)</i>
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	64	3	0,71	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 ha	263	38	2,93	0,06
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2.436	859	27,16	1,41
De 0,5 a menos de 1 ha	1.790	1.387	19,96	2,28
De 1 a menos de 2 ha	1.603	2.292	17,87	3,77
De 2 a menos de 3 ha	648	1.538	7,22	2,53
De 3 a menos de 4 ha	465	1.583	5,18	2,61
De 4 a menos de 5 ha	284	1.258	3,17	2,07
De 5 a menos de 10 ha	554	3.819	6,18	6,29
De 10 a menos de 20 ha	272	3.783	3,03	6,23
De 20 a menos de 50 ha	213	6.959	2,37	11,45
De 50 a menos de 100 ha	97	6.853	1,08	11,28
De 100 a menos de 200 ha	61	8.771	0,68	14,44
De 200 a menos de 500 ha	51	15.425	0,57	25,39
De 500 a menos de 1000 ha	7	4.931	0,08	8,12
De 1000 a menos de 2500 ha	1	X	0,01	X
De 2500 ha e mais	-	-	0,00	0,00
Produtor sem área	160	0	1,78	0,00
<b>Total</b>	<b>8.969</b>	<b>60.764</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006-www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2007.

A sequência de tabelas serve, para demonstrar que no município de Feira de Santana, ocorre grande concentração de terras nas mãos de um número muito pequeno de proprietários, e um percentual muito pequeno de área distribuído para um grande número de produtores. Isto pode ser observado na relação do número de estabelecimentos rurais e área ocupada entre os anos de 1950 a 2006 neste município. Em 1950, havia cinco estabelecimentos rurais maiores que 1.000ha ocupando uma área de 6.934, o que corresponde a 4% da área total do município que corresponde a aproximadamente a 160 mil hectares. De modo, que em 1980, havia sete estabelecimentos com área de 8.557 que representa 7,49% do total de terras disponíveis. Em 1996, a estrutura fundiária apresenta a mesma quantidade de estabelecimentos, que em 1950, com cinco estabelecimentos, no entanto, ocupando uma área de 7.160 ha o que corresponde a 11,07% do total de terras disponíveis.

A estrutura fundiária do município de Feira de Santana pouco se modificou desde 1950, as principais justificativas para a redução do número de estabelecimentos entre os anos de 1980-1996, foram as mudanças nos critérios de avaliação do IBGE, para estabelecer propriedades rurais e urbanas, manutenção dos estabelecimentos rurais com mais de 1.000 ha e redução da área total disponível para os estabelecimentos baianos, e ainda o crescimento da área urbana do município de Feira de Santana, que recebeu um grande contingente populacional, contribuindo para a redução da área rural do município com um todo (ARAÚJO,2002)

É necessário fazer essas comparações no sentido de entender a dinâmica da pequena propriedade na área de estudo. Além do que, fatores como a divisão da propriedade entre membros da família à título de herança, e a venda parcial da terra como forma de encontrar recursos para ter possibilidades de investimentos na propriedade, ou mesmo, para garantir a sobrevivência alimentar da família com a renda da venda, são elementos que podem contribuir para aumentar o número de pequenos estabelecimentos, mas também para reduzir a área média em hectare ocupada por cada estabelecimento desse grupo de área.

A análise dos dados indica que houve alguma variação na área ocupada pelos grandes estabelecimentos rurais do município, contudo, não existem grandes transformações capazes de modificar a estrutura fundiária em questão. A concentração fundiária do município pode ser observada e comprovada pelo Índice de Gini<sup>8</sup>, que mede o grau de concentração ou

---

<sup>8</sup> O valor do Índice de Gini varia de Zero a um. Quando o valor for zero será uma boa igualdade da distribuição, o valor unitário indica a concentração máxima. Portanto, quanto mais próximo da unidade estiver o índice, maior será o grau de concentração. Câmara (1949) indica que o de:0,000 a 0,100(concentração nula); de 0,101 a 0,250 (concentração nula ou fraca); de 0,251 a 0,500 (concentração fraca a média); de 0,501 a 0,700 (concentração

desigualdade de uma distribuição. Segundo a Figura 14, verifica-se que em 1920, havia uma concentração praticamente absoluta, que decaiu no anos seguintes, e a partir de 1960 até 2006 ocorreu um processo de reforço da concentração fundiária. Em 1960, o Índice de Gini estava com 0,782, chegando a 0,807 em 1980, período nos quais os dados demonstravam a existência de apenas sete estabelecimentos ocupando mais de 8.557 ha (7,4% da área). Em 2006, índice em questão com 0,851, maior que toda a série histórica exceto 1920.

**Figura 14**  
**Evolução do Índice de Gini. Feira de Santana-BA**  
**(1920 - 2006)**

<i>Ano</i>	<i>Índice de Gini</i>
1920	0,995
1940	0,682
1950	0,699
1960	0,782
1970	0,786
1975	0,808
1980	0,807
1985	0,822
1996	0,844
2006	0,851

Fonte: Projeto GeografAR,2011.

Segundo Araújo (2002), desde 1960 o Índice de Gini apresenta-se como forte a muito forte, mantendo-se até o ano de 2006, pois o módulo o número de estabelecimentos menores que módulo rural da região (30ha), cresceu nos últimos anos e a área destas propriedades reduziu-se, além da manutenção, no decorrer do anos, dos estabelecimentos rurais maiores que 1.000ha. A manutenção dos estabelecimentos maiores que 1.000ha, fazem com que os valores de estabelecimento e área, esteja entre os grupos de área entre menos de 1 ha a 10ha, mantendo os pequenos produtores com pouca terra para sua sobrevivência.

Os dados demonstram que na estrutura fundiária do município há uma concentração de terras, que poderiam ser remanejadas e distribuídas. Muitas delas estão sem uso, ou são produtos de especulação, ou com baixa produtividade. O quadro geral da agropecuária feirense é de baixa produtividade e de redução de sua participação nos contextos estadual e microrregional. A descapitalização do pequeno agricultor ou criador torna difícil o acesso a práticas e recursos modernos, utilizados na empresa rural. Por outro lado, a concentração da propriedade da terra raramente traduz em inserção competitiva no mercado de produtos

---

média a forte); de 0,701 a 0,900 ( concentração forte a muito forte) e de 0,901 a 1,000 ( concentração muito forte a absoluta).

agropecuários. A distribuição de terras ainda é um dos empecilhos para a redução das desigualdades sociais e econômicas no município.

Um paradoxo dessa realidade é que não existe no município nenhuma área de acampamento de Reforma Agrária, para pressionar o Estado em termos de redistribuição das terras. As reivindicações se dão por conta de cada distrito de forma independente, por meios de suas associações locais, que recorrem ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, localizado no centro da cidade. O surgimento desta instituição está relacionado com o processo de luta de pela terra neste município.

### 3.4 O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA: O CONFLITO DA FAZENDA CANDEAL

No período em que o Brasil vivia sob o regime da Ditadura Militar que impedia a expressão dos movimentos sociais e organizações militantes, surge em 1971, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS). Em escala nacional, os sindicatos rurais passar a existir neste contexto ditatorial, devido à criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), que através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, tinha o objetivo de oferecer benefícios como aposentadorias, pensão, serviços de saúde e social. A função dos sindicatos seria cadastrar os trabalhadores para benefícios do programa, assumindo um papel assistencialista, e não atendendo as reais necessidades dos homens e mulheres do campo (JESUS, 2009).

Inicialmente, o STRFS não defendia os interesses dos trabalhadores, mas ao contrário, estava vinculado aos interesses dos fazendeiros e políticos que utilizavam a entidade como um meio de manipulação e para promoções pessoais. No entanto, no ano seguinte a sua implantação, em 1972, os trabalhadores rurais de Feira de Santana começaram a intervir na dinâmica política do Sindicato. Movidos pela luta contra a exploração do trabalho e soberania imposta pelos proprietários de terra, dirigentes da entidade e, sobretudo, pelas imensas contradições existentes entre os interesses das famílias que arrendavam terras e os fazendeiros da região, se iniciou o primeiro conflito de terra no município, na Fazenda Candéal situada no Distrito de Maria Quitéria. Nessa época, a única organização que existia era a Associação Comunitária de Matinha (ACOMA)<sup>9</sup>, fundada em 1971, por intermédio do

---

<sup>9</sup> A atuação da Associação Comunitária de Matinha (ACOMA) será discutida no capítulo a seguir, que trata especificamente de Matinha dos Pretos.

Movimento de Organização Comunitária (MOC)<sup>10</sup> que foi solicitado para ajudar os trabalhadores, orientando-os a buscar ajuda legal do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) (OLIVEIRA, 1997).

A atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) acontece justamente no momento em que essa entidade inicia sua ação sobre a área rural, começando algumas experiências em Feira de Santana, como na comunidade de Matinha e Lagoa Grande, ajudando a criar as primeiras associações comunitárias rurais, a exemplo da ACOMA.

Sua presença no meio rural mediou grupos de discussão sobre formação política e cidadã do trabalhador rural, estimulando a categoria a defender seus direitos frente aos fazendeiros.

Jesus (2009) afirma que o Movimento de Organização Comunitária (MOC) identificou que aquelas terras da Fazenda Candéal eram devolutas, não existindo documentação que pudesse comprovar que os ditos proprietário das terras eram os donos. Assim, os pequenos produtores realizaram a ação de não quitação do uso das terras, o que deu origem ao conflito.

A partir do conflito entre trabalhadores da região e fazendeiros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana é chamado para intervir na mediação e defesa das lutas dos seus associados, esse movimento de ação, conflituoso, acarretou todo um processo de avaliação sobre a função de um sindicato que não assumia a defesa dos seus membros e que se colocava a serviço dos fazendeiros. Neste contexto, os trabalhadores rurais buscaram o controle da entidade, assumindo a direção. O conflito de terra na Fazenda Candéal, resultou no assassinato do trabalhador rural, Joaquim dos Santos, em 1975. Sobre esse fato Oliveira (1997) expõe:

Em 1975, se intensifica a luta pela terra, acentuando os conflitos entre grileiros e trabalhadores rurais, culminando com o assassinato do lavrador Joaquim Pereira dos Santos por policiais que agiam a serviço dos fazendeiros. Além do assassinato desse lavrador, outros trabalhadores foram presos e torturados. Esse episódio não enfraqueceu a luta pela terra, ao contrário, fortaleceu a organização dos trabalhadores dentro do seu sindicato. Em 1978, começaram a receber a titulação das terras da fazenda Candéal no Distrito de Maria Quitéria, expedida pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) que, diante da repercussão dos fatos, acabou por atender as reivindicações dos trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 1997, p.16).

---

<sup>10</sup> O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma instituição não governamental com sede em Feira de Santana e da região sisaleira, fundado nos finais da década de 60, realiza um trabalho que dialoga com os movimentos sociais, principalmente, com os sindicatos de trabalhadores rurais da região e movimento de mulheres rurais, promovendo oficinas técnicas e de formação política por meio de oficinas.

O conflito da Fazenda Canddeal durou doze anos, foi um período que serviu para tomada de consciência dos trabalhadores sobre a importância do Sindicato, passando a cobrar da diretoria da entidade uma defesa mais consistente da categoria, para ampliação de sua atuação em favor do trabalhador do campo, seguindo o movimento de abertura política no Brasil, a partir dos anos de 1980 para o caminho da democracia, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana se integra a essa nova fase, se abrindo para a luta social.

Em 1978, intensificaram-se o movimento de luta pela tomada da direção da entidade do poder dos fazendeiros políticos da região, levantando diversas bandeiras como: ampliação do direito ao crédito agrícola, fornecimento de sementes para o plantio e acesso a água e direito a posse de terras. Tudo isso, culminou para eleição de representantes da categoria dos trabalhadores rurais e com a ampliação da agenda do sindicato para demandas relacionadas às comunidades rurais que esta instituição representava, dando início à luta do Sindicato pela manutenção dos trabalhadores no campo, com condições suficientes de sobrevivência, tornando-se uma luta permanente. Entre os anos de 1978 e 1980, intensificou-se uma luta em defesa da sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais, pois não era permitido, até então, a sua filiação, somente com a autorização dos pais no caso das solteiras, ou por meio de seus companheiros, no caso das casadas. O movimento de mulheres começa a se articular em prol da sindicalização das trabalhadoras rurais de forma independente entre outras ações (OLIVEIRA, 1997).

A história da luta pelas terras da Fazenda Canddeal está diretamente relacionada com o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, bem como, na formação social e espacial do povoado de Matinha dos Pretos, nesse processo as mulheres do povoado tiveram participação de destaque.

### **3.4.1 Ação das trabalhadoras rurais de Matinha dos Pretos no processo de luta pela terra e no movimento sindical**

As trabalhadoras rurais do povoado de Matinha, dentre os distritos rurais do município apresentam maior envolvimento nas questões políticas e sociais do campo feirense. São elas que articulam todo o coletivo da Associação Comunitária de Matinha (ACOMA), bem como, estão à frente da liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana.

A participação efetiva das mulheres de Matinha no movimento de luta pela terra se inicia no final da década de 70, culminando com a disputa da Fazenda Canddeal e a tomada do sindicato pelos trabalhadores dos grandes fazendeiros.

A representação da luta feminina no sindicato ocorre pela sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais que não tinham o direito de se associarem. A partir disso, surge um grupo organizacional específico no sindicato, a Comissão de Mulheres, que originou o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da região.

Em 1989, Maria das Virgens Alves de Almeida, residente do povoado de Matinha dos Pretos, foi à primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Feira de Santana e uma das primeiras do estado da Bahia, espaço historicamente marcado pela presença masculina. Em sua gestão, ajudou a construir e fortalecer o Departamento de Mulheres, a construção da Sede do Sindicato, além da intensificação do trabalho de base que resultou no aumento do número de Delegacias Sindicais e formação de novas Comunidades de Bases (Oliveira, 1997).

A partir disso, iniciou-se a construção de um espaço onde as mulheres teriam a oportunidade de dialogar e lutar para ter seus direitos reconhecidos e conquistados. A segunda mulher a assumir o cargo de presidente do sindicato foi Maria Conceição Borges em 1995, uma das suas principais bandeira de luta foi pelos direitos a Previdência Social. Sobre a participação política das mulheres do campo feirense Jesus (2009, p.51) afirma:

As mulheres continuaram se mobilizando e se articulando junto às lutas pelos direitos e demandas da categoria, inclusive, buscando maior participação e representatividade na diretoria da entidade [...] Obviamente que a chegada destas mulheres à presidência ocorreu após longo processo de lutas das trabalhadoras rurais, todavia, a luta não se encerra na chegada das mulheres aos cargos de decisão, pois elas podem ou não suas ações para as questões específicas das trabalhadoras rurais. No caso do STRFS, podemos perceber, a partir de registros analisados nos jornais locais e arquivos do sindicato, o direcionamento destas gestões, não apenas para as questões relativas aos interesses gerais dos trabalhadores rurais, mas no interior destas, as bandeiras de luta das mulheres no campo.

As experiências dessas mulheres a frente do sindicato não se constitui uma fato isolado, pois coincide com uma mobilização de mulheres rurais em escala mais ampla. As trabalhadoras rurais no Brasil incrementaram a sua visibilidade coletiva através do sindicalismo oficial (FRANCO, 2004).

Tendo em vista a ação coletiva feminina nas áreas rurais do Ceará, Sales (2007) faz uma retomada histórica para compreender a organização das lutas nessa região, e quais as consequências delas para as agricultoras no reconhecimento da sua condição enquanto trabalhadora e seus direitos.

Na perspectiva da autora, o despertar pela luta das mulheres no mundo, no Brasil, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975-1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher, em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres. Na metade dos anos 80, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala das mulheres começa a ser franqueada.

As principais reivindicações foram pela sindicalização, emissão de documentos, direitos previdenciários e participação política. A participação em movimentos sociais estimula as mulheres a romper com a divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político.

O povoado de Matinha dos Pretos, como já foi assinalado, teve grande participação na reestruturação do sindicato e na mediação do conflito da Fazenda Candeal por meio da ACOMA, sua atuação foi fundamental para fortalecer a relação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Feira de Santana, e ainda exerce grande força política, agrupando uma das maiores delegacias sindical associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, sendo responsável pela sindicalização da população do campo do local e áreas circunvizinhas.

As mulheres são as mais atuantes nos movimentos de luta em Matinha. A liderança da associação comunitária, assim como do sindicato, é coordenada por representantes femininas. E a maior parte dos participantes é composta pelas mulheres. Sobre a participação feminina na luta, Maria das Virgens Alves de Almeida, uma das líderes da ACOMA, e a primeira mulher a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, em entrevista concedida a esta pesquisa, relata que:

Hoje a luta das mulheres... Ela no sindicato continua sendo assim uma luta não quanto à passada. Por conta da facilidade do que teve dessa mesma luta, hoje as coisas são mais fáceis, o empenho não é como no passado, tem aquela luta, de que vou me associar, pois por meio da associação vou encontrar alguma coisa lá adiante. Então é mais a questão ser reconhecida como trabalhadora rural, pra poder adiante ter um benefício, mas não é como antes que a gente passava as semanas, passava dias em encontros discutindo o direito da mulher, discutindo o direito previdenciário, tanto da mulher quanto do homem. Isso hoje já está tudo pronto, não tem aquela força de antigamente, caiu essa vontade de lutar, caiu essa garra de eu vou porque eu quero. Quero defender essa causa, mas é muito por questão individual. Infelizmente a gente que vem de uma história que pesa, é muito triste a gente está fazendo essa colocação. Então eu acho que precisa de uma força, bem como, uma forma de estudar, uma forma de organização para que sejam valorizados os conquistados e que não se acomode com o que foi conquistado, porque tem muita coisa a conquistar ainda.

No depoimento da entrevistada nota-se que a luta pelos direitos da mulher teve grande importância na história do povoado, as mulheres de fato buscam o movimento para garantir direitos, para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e receber os benefícios que lhes são negados, de modo que “ao ingressar em movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano” (SALES, 2007, p. 438).

As mulheres rurais estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, elas ainda lutam pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

### 3.5 DINÂMICA ATUAL DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS: ALGUNS ELEMENTOS DA REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL

A comunidade de Matinha dos Pretos atualmente se configura como um espaço em que se desenvolvem atividades agrícolas, em pequenas unidades familiares, como relata uma das moradoras: “a vida aqui é o trabalho agrícola é a produção de milho, feijão, mandioca. É criação de animais, feita com porcos, galinha, ovelha só que em pequena quantidade né? E vive mais da agricultura ” (Rosa, 48 anos).

Acerca disso, Dona Regina (63 anos) também se posiciona: “A vida das pessoas aqui é trabalhar na roça. Trabalhar na roça, fazer plantação, colher, e a vida é essa”. Segundo Patrícia (30 anos): “A vida aqui é uma vida assim... Uma vida... Uma vida normal e ao mesmo tempo agitada. Uma vida de zona rural. Período de chuva ver mais as pessoas na roça... plantando, que tem que aproveitar o período de chuva”.

Essa dinâmica local do trabalho agrícola foi descrita por Nascimento (1997), a qual destaca a Matinha como uma região formada por pequenas propriedades rurais, lugar tipicamente agrícola que apresenta uma população de agricultores que se dedicam ao cultivo de feijão, mandioca e milho, atividades econômicas e socioculturais importantes na vida da população desta localidade. Vale ressaltar que o trabalho de campo da referida autora data da década de 90 do século passado. Mas, a situação descrita continua presente nos dias atuais com o enfrentamento de grandes dificuldades, por conta das secas que vem ocorrendo na região.

Segundo Oliveira (1997), a unidade de produção familiar dos distritos rurais do município de Feira de Santana não está direcionada para a economia de mercado, o que não significa afirmar que está voltada para o auto consumo. Ela está inserida na economia

capitalista e submetida às leis de mercado. Entretanto, o produto comercializado tem como único objetivo permitir a compra de outros bens indispensáveis ao próprio sustento da família.

Essa realidade é também ressaltada por Santos (2007) que constata que as lavouras permanentes e temporárias, produzidas neste município, principalmente nos estabelecimentos familiares, estão intimamente ligadas a culturas tradicionais, as quais são voltadas basicamente para a subsistência familiar e venda de pequenos excedentes nas feiras livres e no centro de abastecimento local.

A subsistência é definida por Araújo (2002) como um tipo de produção agrícola que não apresenta vínculos com o mercado, ou grande capital, em que as pequenas propriedades produzem os alimentos necessários para a manutenção e sobrevivência de uma família camponesa. No entanto, o autor alerta que na maioria dos casos, observa-se a venda total ou quase dos produtos, que não é o excedente de sua produção. O autor expõe que tais “cultivos foram induzidos, pelo mercado consumidor, a serem produzidos para a venda, deixando para a família, aquilo que para eles, os camponeses, não tem mercado, assim seus cultivos complementam a demanda de produção agrícola para o abastecimento dos centros” (ARAÚJO, 2002, p.58).

A partir da análise das narrativas, verifica-se que parte da produção é destinada ao consumo, e a outra é vendida, constituindo, assim um auxílio na renda da casa.

Tudo que a gente faz, tem uma pequena renda, né? Porque pelo menos, às vezes quando a gente não vende, temos para consumo, quando tem para o consumo também é renda porque a gente não compra. E muitas vezes têm pra o consumo da casa, mas também sobra pra vender, pra comprar outro tipo de alimento que a gente não tem (Rosa, 48 anos. Entrevista realizada na propriedade da participante no povoado de Matinha dos Pretos).

Souza (2011) em suas pesquisas procurou identificar a situação fundiária do povoado e as relações de trabalho que se estabelecem no local. Sobre o tamanho das propriedades, a análise dos documentos e fichas cadastrais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRFS) e da ACOMA aponta que os limites e dimensões estão no intervalo de 0 a 9 hectares, predominando aquelas que possuem até 1 hectare, ou chegam a ter 2 ou 3 hectares. Sobre as relações de trabalho, esta autora verificou que:

O número mais significativo no que diz respeito à relação de trabalho, isto é, a situação fundiária é composta basicamente por pequenos proprietários. No entanto, a quantidade de posseiros também é significativa, o que revela uma relação com a antiga estrutura fundiária que gerou conflitos com latifundiários e grileiros na Fazenda Candéal (SOUZA, 2011, p.109).

Mesmo se definindo como um espaço agropecuário, muitos moradores exercem outras atividades para garantir seu sustento. Percebe-se que muitas famílias que residem no espaço rural de Matinha, alguns membros não executam nenhuma atividade agrícola, de modo, que parte da renda familiar advém do trabalho na cidade.

Apesar das plantações agrícolas serem elementos que compõem o cenário da agricultura familiar realizada na Matinha, muitas transformações vêm ocorrendo no âmbito espacial desta comunidade, devido ao estreitamento da relação campo-cidade, em que serviços e hábitos citadinos vão se materializando na dinâmica local.

A percepção de algumas entrevistadas sobre como é a vida na Matinha é sempre positiva, Dona Joanita que mora na comunidade há 86 anos afirma: “a vida aqui da Matinha é boa. Toda a vida foi boa a vida aqui da Matinha. Todo mundo honesto, todo mundo trabalhador, todo mundo viver, todo mundo reza por São Roque”.

Dona Regina (63 anos) compartilha da mesma opinião “pra mim mesmo é boa, nunca tive má cultura aqui. Vivo com meu filho aqui à vontade, meu marido. Ninguém aborrece a gente, nem a gente aborrece os outros, aí é boa”.

Dona Paula (50 anos) reside na comunidade desde que nasceu, afirma: “viver na Matinha no meu pensar é muito bom. Em termo de moradia é ótimo lugar. Assim eu mesma gosto daqui, eu amo meu lugar e sei que só vou sair daqui dentro do caixão”.

Apesar de expressar fortes ligações enraizadas com espaço vivido, a informante faz uma ressalva acerca do lugar: “Eu não tenho vontade de sair daqui não, aqui é muito bom. Mas agora em segurança aqui é negativo, não vale nada. Cada um que peça à Deus pra não acontecer o pior, mas a segurança aqui é a única coisa ruim daqui é isso”.

Mesmo apresentando um ambiente de calma, por ainda manter algumas características rurais, o povoado já vivencia o medo e a insegurança da violência urbana.

Ainda retomando o depoimento de Dona Paula ela relembra os tempos passados da comunidade:

Antigamente você vivia aqui, podia dormir de porta aberta, eu mesma entrei para minha casa sem porta, botava uma tábua atrás e dormia. Hoje em dia a gente não pode fazer isso. Hoje em dia o povo vive de grade nas portas, a minha não tem, porque a grade que eu tenho é Deus, só ele vai poder ajudar. Porque não adianta você botar uma grade na porta e ficar preso, na hora que acontecer o pior você não tem para onde sair, não é isso? Eu não boto, nunca botei. Todo mundo aqui você está vendo que tem. (Dona Paula, 50 anos, é trabalhadora rural)

A Matinha vem ganhando serviços que em tempos atrás eram oferecidos apenas na cidade, mas até o momento a comunidade não tem nenhuma unidade de segurança policial.

De acordo com Patrícia (30 anos), “era um sonho da população aqui de ser distrito, esse sonho já foi realizado, e o progresso está chegando aos poucos. Estamos esperando o posto policial, esse era fundamental, já era pra ter aqui há muito tempo”. As entrevistadas elencam, em suas narrativas, alguns elementos de desenvolvimento:

Já tem um posto médico que antigamente não tinha. Com muita luta da Associação Comunitária, a associação fez uma comissão, foi ao prefeito pediu, aí ele mandou uma técnica, só pra assim, curativo, injeção essas coisas. Depois veio um médico, uma vez por semana. Mas continuamos a luta, até que construiu o posto médico, e agora, ainda continuou a luta, por causa de que esse posto tem que ser transformado numa policlínica, que é o desejo da comunidade. (Rosa, 48 anos)

Complementando o depoimento de Rosa, acerca do progresso que a Matinha vem incorporando, Patrícia (30 anos) elucida outros pontos de desenvolvimento na estrutura espacial e social do Distrito:

Hoje já tem o ginásio aqui à noite, aqui na Praça da Matinha já tem o ginásio. Aqui a região é bem desenvolvida, bem desenvolvida mesmo. Aqui há transporte gratuito... Gratuito... Quer dizer né? O modo de falar gratuito, que transporte não é nada gratuito. Tem o transporte aqui até onze horas da noite, onze e meia, vindo do terminal, isso facilita pra quem estuda à noite na universidade, na faculdade particular, facilita e muito quem trabalha até tarde da noite. Tem sistema de água encanada, telefone público. Agora mesmo já está em pauta, a via principal daqui da praça até a BR 116, está sendo, já vai ser beneficiada. Uma esperança, um pedido que sempre a população vinha pedindo aos governantes, que era asfaltar aqui a via principal.

Esse desejo da comunidade já está sendo concretizado, um ano depois da realização dessa entrevista, iniciaram-se as obras de pavimentação da via principal que dá acesso ao povoado da Matinha dos Pretos. Verifica-se que existe uma mobilização de toda população deste local, por meio da associação de moradores, em prol de benefícios para a região.

Carmo (2009) ratifica que o espaço rural tem sofrido um conjunto de mudanças estruturais resultantes fundamentalmente do processo de urbanização que se estendem e penetram em áreas significativas das zonas rurais. No entanto, para este autor as influências da urbanização não podem ser analisadas de forma homogênea, elas não se generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades. Pelo contrário, todos esses processos compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização, pois existe uma inter-relação constante que depende dos contextos sociais.

Para melhor compreensão da dinâmica espacial do povoado, levantaram-se algumas informações socioeconômicas. Tendo em vista que, como o distrito de Matinha se formou em

2008, o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, foi o primeiro levantamento censitário deste local sob a condição de distrito. Esses dados são agrupados em setores censitários, que correspondem à menor unidade territorial, formada por áreas contínuas, integralmente subdivididas em urbanas e rurais. A partir desta divisão territorial, agregam-se dados referentes às condições domiciliares em diversos aspectos, sendo organizados através de códigos de identificação geográfica.

O distrito de Matinha foi dividido pelo IBGE em onze setores censitários<sup>11</sup> para coleta de dados, como nesta pesquisa, o foco de análise é somente o povoado de Matinha dos Pretos, trabalhou-se somente este setor. Desta forma, analisaram-se variáveis referentes à: responsáveis pelos domicílios, composição da população por cor e raça, e escolaridade.

Com base nos dados atuais do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2012, o povoado de Matinha dos Pretos possui 573 habitantes aproximadamente, sendo que a população total do distrito está torno de 8.855 habitantes. Comparando esses dados com pesquisas realizadas anteriormente nesta região, constata-se que houve uma redução no número de habitantes no povoado, e um aumento na população de todo o distrito. De acordo com Souza (2011) os dados do Censo de 2008 mostraram que o povoado possuía aproximadamente 828 habitantes e o distrito de Matinha em torno de 2.762 habitantes. Já Nascimento (1997) afirma que Matinha dos Pretos no período de (1994-1996) apresentava uma população de aproximadamente 1.005 habitantes (Quadro 4).

**Quadro 4**  
**População do Povoado de Matinha dos Pretos e Distrito de Matinha- 1994-2010**

Ano	População do povoado de Matinha dos Pretos	População do distrito de Matinha
1994/96	1.005*	-
2008	828	2.762
2010	573	8.855

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2010; NASCIMENTO, 1995\*; SOUZA, 2011.

Uma possível explicação para tal diminuição na população de Matinha dos Pretos seria devido ao processo migratório para a o centro da cidade por melhores condições de vida. Oliveira (1997) elenca alguns fatores que levam as pessoas a saírem do campo para o centro urbano de Feira de Santana como a estrutura agrária concentrada e as condições naturais desfavoráveis principalmente à incidência de secas, já mostradas nos aspectos naturais do distrito de Matinha. De acordo com o autor, os distritos situados nas faixas mais áridas do

<sup>11</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza os dados de todos os setores censitários de onde se realiza o recenseamento.

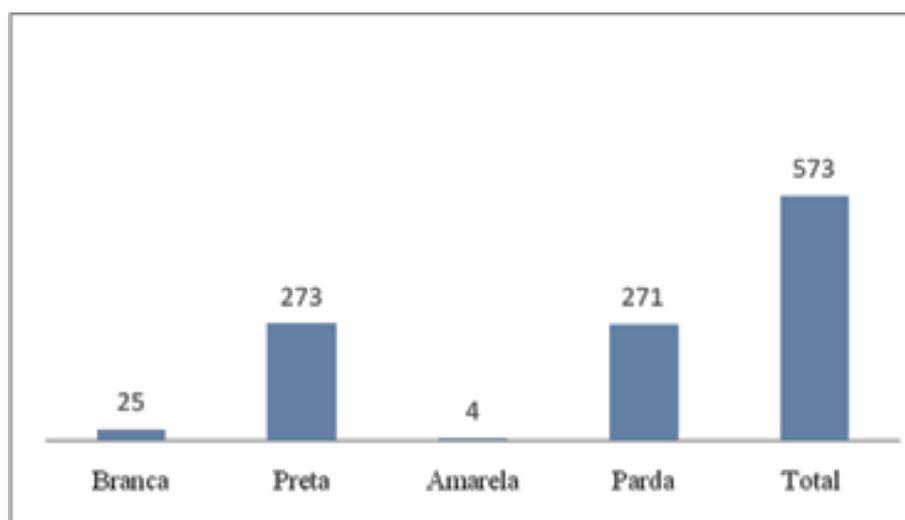
município são os que agregam as propriedades mais extensas e registram maior taxa de migração. O autor destaca ainda a ausência de programas de apoio efetivo para a agricultura de base familiar e os atrativos da cidade com possibilidades de emprego. Atualmente essa realidade pode ser observada, no povoado de Matinha dos Pretos, nas visitas de trabalho de campo muitas mulheres afirmaram, ter pelo menos um membro da família que migrou para o centro da cidade, em busca de emprego. Ocorre também, uma fragmentação dos pequenos estabelecimentos agrícolas, sendo agravada com a presença cada vez maior de pequenas chácaras que servem como local como segunda moradia, para lazer e descanso para moradores da cidade, reduzindo consideravelmente a área destinada à produção agropecuária. A tabela 1 e o gráfico 1 apresenta a composição da população do povoado de Matinha dos Pretos quanto à cor ou raça:

**Tabela 1**  
**Composição da População por Cor ou Raça - Povoado de Matinha dos Pretos (BA)2010**

Cor/Raça	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
<b>População</b>	25	273	4	271	573

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Maíra Reis, 2012.

**Gráfico 1**  
**Composição da População por Cor ou Raça – Povoado de Matinha dos Pretos (BA) 2010**

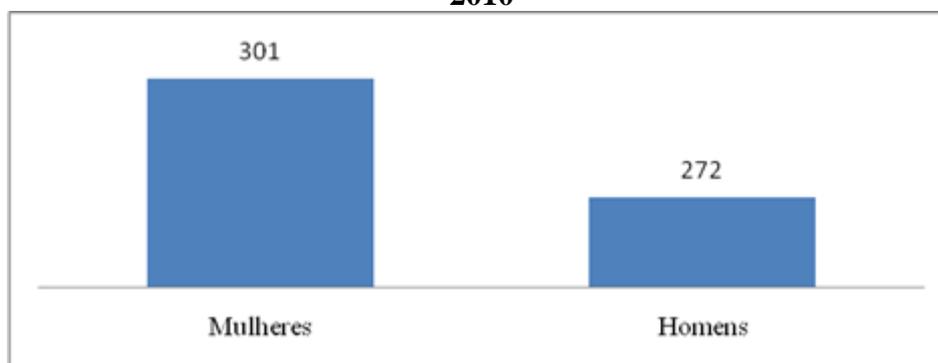


Fonte: IBGE, 2010.  
Elaboração: Maíra Reis, 2012.

Observa-se que a maioria da população se declara negra e parda, reflexo de uma comunidade originária de escravos fugidos, uma Comunidade Negra Rural Quilombola como denomina Souza (2011). Outro dado importante é sobre a composição da população quanto ao gênero (Gráfico 2), verifica-se que o povoado apresenta maior número de moradores do

sexo feminino (52,5%), isto pode explicar a participação feminina nas questões referentes ao povoado. Situação comum em que os homens migram e as mulheres ficam como provedoras e mantenedoras do lar.

**Gráfico 2**  
**Moradores nos Domicílios Segundo o Gênero - Povoado de Matinha dos Pretos (BA) 2010**

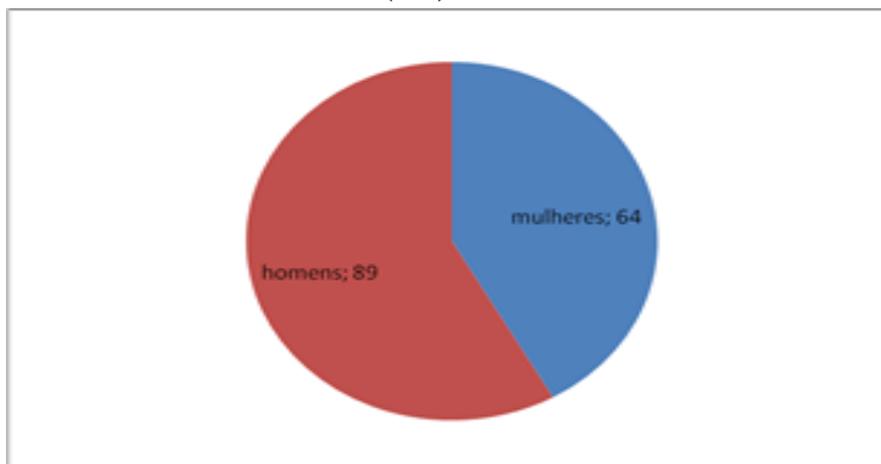


Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: Maíra Reis, 2012.

Apesar das mulheres estarem em maior número populacional, o mesmo não ocorre quando as variáveis remetem aos moradores responsáveis pelos domicílios, somente 41,8%, ou seja, 64 mulheres são responsáveis pelo lar, enquanto 58,2%, 89 homens estão nesta situação (Gráfico 3). Assim como, os moradores alfabetizados responsáveis pelas residências onde se tem 80 homens e somente 46 mulheres (Gráfico 4). A denominação de “chefe de domicílio”, anteriormente utilizada nas análises das informações domiciliares e familiares, foi substituída pelo IBGE pelo conceito de pessoa responsável pelo domicílio, ou seja, aquela considerada pelos moradores como referência do domicílio (ou da família). Essa denominação traz subjacente a perspectiva de responsabilidade do indivíduo sob o ponto de vista econômico e institucional.

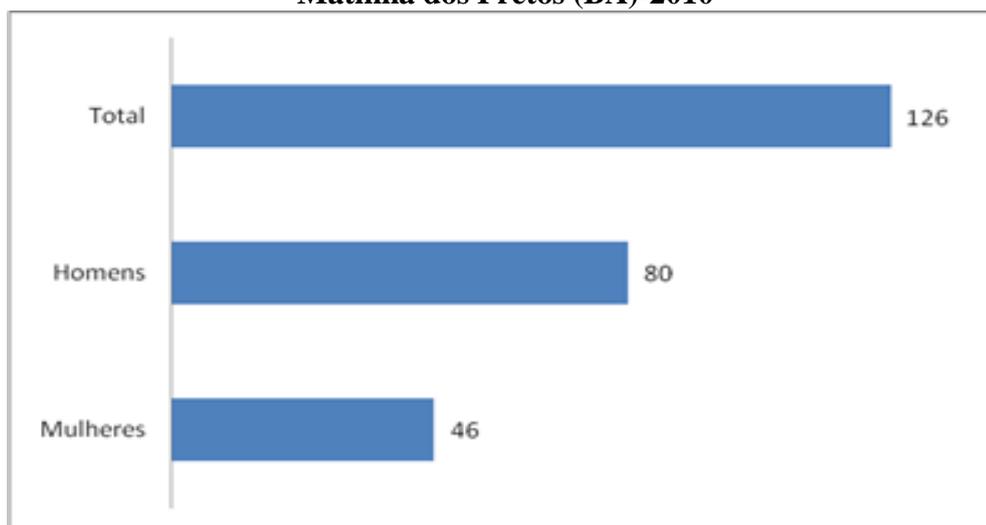
**Gráfico 3**  
**Pessoas Responsáveis pelo Domicílio Segundo Gênero-Povoado de Matinha dos Pretos (BA)-2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: Maíra Reis, 2012.

**Gráfico 4**  
**Pessoas Alfabetizadas Responsáveis pelos Domicílios Segundo o Gênero- Povoado de Matinha dos Pretos (BA)-2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: Maíra Reis, 2012.

A população de mulheres responsáveis por domicílios apresenta desvantagem em relação aos homens na dimensão educacional. Já a maioria da população masculina dos domicílios é alfabetizada. Sobre informações da educação em Matinha dos Pretos, Souza (2011) constatou por meio das fichas cadastrais dos Agentes Comunitários de Saúde, que a maioria dos moradores são alfabetizados.

No entanto, nota-se que esse valor diminui à medida que faixa etária dos moradores, também aumenta. Isso indica que quanto maior a faixa etária dos moradores, maiores são os índices de analfabetismo, portanto, é menor a escolaridade da população que tem acima de 59 anos. Tal fato explica-se pelas dificuldades enfrentadas por estes moradores para ter acesso à educação escolar em décadas passadas (SOUZA, 2011, p.99)

Muitas informações sobre o Distrito de Matinha, e sobre a sua sede, o povoado de Matinha dos Pretos, ainda devem ser gerados pelos órgãos públicos, devido a sua recente formação enquanto distrito. Levantar tais dados é extremamente relevante, pois é partir deles, e da mobilização popular que pode haver maior pressão para a atuação do poder público na escala local.

#### **4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE MATINHA DOS PRETOS E O TRABALHO DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR**

Analisar a condição e a atuação das trabalhadoras rurais surgiu, inicialmente, pelo interesse em pesquisar o campo baiano. Refletir sobre a questão agrária se fez necessário devido ao intenso desenvolvimento do capitalismo no campo, que afeta todas as relações, especialmente, as de produção. A partir desse tema, observou-se que o “espaço rural”, frequentemente, tem sido discutido em torno de um contexto singular que ao mesmo tempo vem sendo redescoberto em múltiplas direções, com sentidos duplos e opostos. No entanto, a principal tendência que influencia a discussão da questão agrária no Brasil é que o modo de produção capitalista de produção se insere de forma extensiva por todas as instâncias produtivas da sociedade, sobretudo no campo.

Conforme afirma Germani (2010) por questão agrária se entende as relações sociais de produção, ou seja, como, e de que forma se produz no campo. Tal questão aparentemente abstrata, ganha materialidade por meio da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais, e que se configura na estrutura da propriedade da terra, dando à questão agrária uma dimensão territorial, sendo o território produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência, unidade dialética, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve.

Historicamente a estrutura fundiária do Brasil tem sido desigual desde os tempos coloniais. As capitanias hereditárias depois as sesmarias são a origem da grande maioria dos latifúndios do país. Acrescido a estes dois movimentos têm-se os processos sociais de cada lugar, que vai passar a dominialidade das terras públicas para as privadas. Com o processo de independência e o fim da escravidão, os governantes do país permitiram a possibilidade de se obter a posse da terra. No entanto, isso somente seria possível com a Lei de Terras de 1950, que dava o direito a terra a quem tivesse poder de compra, impossibilitando escravos libertos ao acesso a terra. Acerca dessas condições históricas e sociais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro, Germani (2006) afirma que as terras livres se tornaram:

Terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com manifestações constantes de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum. Como consequência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras (GERMANI, 2006, p.142.).

Discutir sobre o campo brasileiro remete enfatizar os problemas referentes à questão agrária, que se relacionam, especialmente, à propriedade da terra e à concentração fundiária; aos processos de expropriação, exclusão dos trabalhadores, camponeses e assalariados; à luta pela terra e reforma agrária, aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e aos padrões tecnológicos. Toda a dimensão política, econômica e social que envolve a questão agrária (FERNANDES,2001).

De acordo com Oliveira (2001) o campo brasileiro está diretamente ligado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo contraditório e combinado, isso quer dizer que da mesma forma que se desenvolve reproduzindo relações próprias do capital, constrói também de forma igual e contrária, relações camponesas de produção. Para o autor a lógica deste sistema econômico gira em torno do processo de produção-reprodução ampliada/mais-valia/produção do capital e reprodução da força de trabalho. Este ciclo de contradição que constrói e destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo, ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização e reprodução do capital, conformando as regiões.

Nesta contradição se origina a possibilidade histórica da compreensão das diversas formações territoriais, ou seja, a espacialização contraditória do capital e suas interligações com a propriedade fundiária. O capital atua em escala global, assim articula uma dinâmica de produção geral do espaço que se forma de maneira desigual, pelo movimento diferencial do processo de acumulação, mas relacionando à questão da terra apresenta contornos nacionais.

Compartilha-se da afirmação de Santos (2012) que a concentração de terras foi uma característica marcante do desenvolvimento capitalista no Brasil. O modelo da *plantation*, baseado na exportação de monoculturas – como a cana de açúcar –, na escravidão enquanto possibilidade do escravo ser renda capitalizada, entre outras características, explicitam relações sociais que marcaram profundamente a formação do campo brasileiro. Além de que o processo histórico social brasileiro transcorre devido a sua condição inicial de Colônia agroexportadora.

No decorrer dos períodos históricos do Brasil, o campo se destaca como elemento de análise integradora da totalidade das relações sociais. De acordo com o autor, essa formação deve ser percebida por meio da “reprodução do capital a nível global haja vista que a história e a atualidade brasileira devem ser vista a partir dessa perspectiva, sem, contudo, reduzir a análise a uma mera transposição de visões macro-históricas” (SANTOS, 2012, p.24).

A intensa industrialização agrícola, a partir do avanço da agricultura voltada para o mercado, reproduz no campo as contradições do capital, o que permitiu aos proprietários de

terra ou aos capitalistas a apropriação da renda capitalista da terra na forma diferencial ou absoluta. Esse movimento no campo se distinguiu contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, ao qual o capital monopolista desenvolveu meios para subordinar ou apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital, onde o “capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa” (OLIVEIRA, 1999, p.76).

No setor agrícola, o capital pode controlar a circulação subordinando a produção, como também pode se instalar nela, subordinando a circulação, monopolizando tais relações produtivas. Esse movimento contraditório no desenvolvimento da agricultura ocorre de forma articulada pelos próprios capitalistas, que, por sua vez, se utilizam de relações de trabalho familiares e assim não investem na contratação de mão-de-obra assalariada. De modo que também se utilizam dessa relação sem remuneração, para receberem parte do que é produzido pelo trabalho dos camponeses, parceiros, posseiros, rendeiros, que convertendo em mercadorias e ao final em renda e lucro, transformando a renda da terra em capital, processo denominado de produção do capital por meio de relações não capitalistas, sendo esta uma característica marcante da estrutura agrária brasileira, conforme aponta Oliveira (2001).

O campesinato está em uma constante luta contra a expropriação e proletarização, originada pelo capitalismo, isso acontece por conta do processo contraditório da sujeição da renda da terra ao capital.

A concentração da terra é uma marca da estrutura fundiária brasileira. De acordo com Martins (1981, p.159) a terra é “um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho”. No entanto, o indivíduo que obtém a propriedade da terra recebe o direito de extrair uma renda através do que se produz. Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em exploração do trabalho alheio, e se for apropriada pelo trabalhador se torna terra de trabalho.

A questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo, o conjunto de problemas é constante, pode-se amenizá-los, diminuir suas escalas, mas não é possível solucioná-los totalmente. Pode-se afirmar que tal questão perpassa e está muito além da dimensão política, econômica e social. Porém, reconhece-se que o monopólio da posse das terras é um condicionante para os conflitos no campo entre trabalhadores rurais, fazendeiros e empresas.

Além de que, expropriar pequenos agricultores familiares provoca o crescimento demográfico intenso e desordenado das áreas urbanas, agravando ainda mais os problemas sociais em sua totalidade (FERNANDES, 2001).

Assim sendo, a discussão sobre questão agrária ainda permanece atual, devido à emergência dos movimentos sociais de luta pela terra no campo, e, sobretudo, como salienta Franco (2004) por ser uma relação de poder, uma relação social em contínuo movimento, guiada pelo enfrentamento de forças entre os interesses do capital fortalecidos pelo Estado e as forma de resistência dos camponeses e trabalhadores.

A condição feminina no campo é uma dimensão da questão agrária, sem ser uma discussão secundarizada, porque ela tem sua centralidade estando inserida em um processo muito maior, que é aquele relativo ao embate, a partir das relações de gênero, onde são identificadas as relações assimétricas que expressam as relações de poder. E umas das instâncias desta questão a ser discutida é o trabalho familiar. Esta categoria traduz participações e reproduções de tarefas no universo da família como primeiro universo analítico para entender a divisão sexual do trabalho, eminentemente como uma divisão territorial, revelando uma geografia das mulheres no cotidiano, o que na prática também revela sua inserção no mundo produtivo.

De acordo com Cordeiro e Scott (2006), as reflexões sobre mulheres e gênero realizadas no Brasil, em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir da década de 1980, podendo ser elucidadas três vertentes que ora se entrecruzam, ora correm paralelas: a produção das pesquisadoras sobre o trabalho feminino e, particularmente, na área rural, os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos, as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos/as, populações indígenas, comunidades de coletores/as e pescadores/as.

A discussão deste capítulo surge pela preocupação da valorização do trabalho da mulher na sociedade, e mais do que isso, o trabalho feminino na construção do espaço geográfico cotidianamente, em suas diversas escalas de análise. Partindo da ideia de que as relações de gênero interferem na organização da unidade produção familiar, para isso necessita-se entender como funciona a contribuição efetiva do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas, sua posição na gestão da organização familiar.

O estudo da mulher do campo tem muita relação com a análise da exploração familiar tanto nos enfoques mais tradicionais, como nos mais inovadores e com uma perspectiva mais crítica. Muitos estudos tratam da unidade familiar sem analisar as relações sociais que se estabelecem dentro dela. Franco (2004) aponta que o paradigma da agricultura familiar se baseia na análise das unidades de produção familiar, onde muitas vezes nem trabalho nem família são problematizados, “isto significa ocultar as iniquidades de gênero, pois são impossíveis nestes termos” (FRANCO, 2004, p.195).

De acordo com Garcia (1983) o protagonismo das mulheres camponesas é fundamental em aspectos como as relações internas da família, principalmente na reprodução do grupo familiar, bem como, na preservação do patrimônio familiar (a terra). A presença feminina significa a continuidade e a permanência da terra enquanto patrimônio, e da terra de trabalho, onde se reproduz os modos de vida igualmente o resultado do trabalho, reafirmando a ligação da família com a terra.

#### 4.1 SISTEMAS DE ATIVIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES SOB A PERSPECTIVA FEMININA

A caracterização dos sistemas de atividades familiares, nesta pesquisa, tem objetivo apresentar os principais sistemas de produção agrícola de Matinha dos Pretos, abordando a unidade familiar como núcleo de análise, tanto na definição da tipologia das famílias rurais, quanto dos sistemas de produção nos quais as mulheres estão inseridas, incorporando ao método uma análise de gênero.

Esse passo da pesquisa foi orientado pela perspectiva do Método de Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários. Por meio dessa metodologia, pode-se definir a tipologia das famílias rurais, os sistemas e os subsistemas de produção. Tal diagnóstico permite caracterizar os ambientes ecológicos e perfil socioeconômico das Unidades de Produção Familiar (UPF). Esse método é um instrumento para fornecer informações sobre a realidade sobre a qual os agricultores estão inseridos, contribuindo na construção de projetos e políticas de desenvolvimento rural (INCRA, 2012).

Ao incorporar a perspectiva de gênero ao método citado, pode-se identificar a contribuição das mulheres agricultoras na renda total das famílias, e a importância do trabalho doméstico necessário à sobrevivência e à reprodução dos sistemas produtivos da unidade de produção familiar.

O sistema agrário resulta do modo como o meio é explorado pelo trabalho agrícola, bem como das transformações observadas espacialmente. De acordo com (DUFUMIER 1998 apud INCRA, 2012, p.28) o sistema de produção de um determinado estabelecimento agrícola pode ser definido “como uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais”, tais sistemas recebem tratamento homogêneo, com iguais itinerários técnicos. O sistema de produção pode ser concebido com uma combinação de diversos subsistemas produtivos, associadas à realização de atividades

não agrícolas e do trabalho doméstico. O Quadro 5 apresenta os diversos subsistemas de atividades que podem ser encontrados e analisados pelo método dos sistemas agrários.

**Quadro 5**  
**Subsistemas de atividades- Método Diagnóstico Sistemas Agrários**

Subsistemas	Características
Subsistemas de cultivo de parcelas	Unidade com produções vegetais, tratadas de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais.
Subsistema de Criação	Unidade com grupos de animais ou de fragmentos de grupos de animais da mesma espécie, com os mesmos itinerários técnicos.
Subsistema de Beneficiamento	Unidade de transformação dos produtos agrícolas de origem vegetal e animal.
Subsistema de Quintal	Unidade destinada, em geral, ao consumo das famílias, podendo parte da produção ser vendida, podendo ser realizada em conjunto com o trabalho doméstico.
Subsistema Extrativismo	Unidade em que se realiza coleta de produtos da natureza (vegetais, animais ou minerais), para o autoconsumo familiar ou fins comerciais.
Subsistema Atividade não agrícolas	Unidade em que se realizam atividades não agrícolas pelos membros (UTFs) da família, por conta própria, ou como empregados, caracterizando a natureza pluriativa da unidade de produção familiar.
Trabalho Doméstico	Exercido pelos membros da família, como atividade não mensurável com valor de uso (renda oculta). Essencial à reprodução da família e do sistema de atividades familiar. Medido pelo custo de oportunidade do emprego doméstico na região.

Fonte: Elaboração a partir do trabalho divulgado em artigo por Machado, Couto, Schefler (2007) e pelo Guia Metodológico: Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários. Disponível em [http://www.incra.gov.br/\\_htm/serveinf/\\_htm/pubs.htm](http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs.htm).

a

unidade de produção familiar (UPF), dentro dos sistemas de atividades, que segundo os autores não se delimita ao sistema de produção agrícola. Refere-se, sobretudo, de uma combinação de atividades agrícolas e não agrícolas relacionadas ao conceito de pluriatividade, de modo que a unidade de decisão e de gestão da família não é somente a produção agrícola, mas o conjunto de atividades realizadas pelos membros da família que efetivamente trabalham para sobrevivência, reprodução e valorização do patrimônio familiar. Sobre a classificação das famílias em pluriativa, Machado, Couto, Schefler (2007) afirmam que:

Se as oportunidades existentes fora da propriedade oferecem uma melhor remuneração do que a auferida na produção agrícola, é muito provável que alguns membros da família decidam trabalhar fora. Se a renda agrícola for superior à que poderia ser obtida fora da propriedade, membros da família podem preferir se manter na atividade agrícola. Essa combinação de atividades agrícolas na unidade agrícola com outras atividades agrícolas fora da unidade produtiva e atividades não-agrícolas vem caracterizar a pluriatividade e o tipo de sistema de atividades. (MACHADO, COUTO, SCHEFLER, 2007).

O trabalho doméstico nessa análise passa a ser entendido como trabalho produtivo, sendo este calculado no delineamento da tipologia dos sistemas de atividade, segundo o gênero e geração. Deste modo, para incluir o trabalho doméstico como um subsistema e inclui-lo no cálculo da renda familiar, utilizou-se uma estimativa da renda, baseada no custo de oportunidade do trabalho doméstico na região, que seria o que as mulheres, que em geral realizam o trabalho doméstico, ganhariam se não estivessem em casa trabalhando. Outro elemento que também se identifica na composição da renda são as transferências governamentais, como: aposentadorias, pensões e transferências referentes ao Programa Bolsas Família.

Considerou-se o valor de um salário mínimo médio pago por mês em um emprego doméstico realizado em casa de família, a referência desse valor, é chamando de **renda oculta (RO)** que por fim será atribuído a **renda não agrícola (RNA)** e obter a renda total da família.

Quando se analisa a unidade de produção, dentro do sistema produtivo, identificam-se os subsistemas, e a partir disso se obtém os dados econômicos. Deste modo, levantam-se todos os recursos que fazem parte da produção agrícola, tudo que é produzido, tanto para venda e consumo da família, que é o **produto bruto (PB)**, a **depreciação (D)** proporcional dos subsistemas e a não proporcional, os **custos intermediários (CI)** da produção, os **juros (J)** e **impostos (Imp)** pagos, as rendas oriundas de **arrendamentos de terras (Rt)**, os **salários (Sal)** de trabalhadores fixos e temporários e os **subsídios (Sub)**. A parte bruta da produção, que resta aos produtos após a dedução dos itens acima, e os subsídios adicionados, se constitui a **renda agrícola (RA)**, conforme a fórmula a seguir:

$$RA = PB - CI - Dep - VA - Sal - Imp - J - Rt + Sub$$

Através dessa fórmula, identifica-se a renda de cada subsistema de atividades individualmente, fim obtém-se o valor da **renda agrícola total dos sistemas de atividades, (RA)**<sup>12</sup> que, somada à **renda não agrícola (RNA)**, totaliza a renda familiar.

Depois de obter a renda agrícola, como se trata de análise da unidade de produção, é importante dividir a renda pelo número de trabalhadores familiares, pois é esse parâmetro que pode ser comparado à remuneração das outras oportunidades de trabalho ao seu alcance. Calcula-se, então, a renda agrícola por trabalhador (RA/UTF).

A participação de cada Unidade de Trabalho Familiar (UTF) pode ser definida pelo tempo gasto de cada membro nas atividades produtivas, incluindo o trabalho doméstico, sendo esta uma forma de captar o real valor-trabalho com base no tempo. Para chegar a uma aproximação do tempo de trabalho de cada unidade familiar, nos sistemas de atividades identificados, utilizou-se, a técnica de grãos (milho e feijão), em que se pergunta aos integrantes da família, ou seja, aqueles que efetivamente trabalham nos sistemas, quanto tempo de trabalho no ano, cada membro dedica a cada subsistema. A técnica consiste em deixar à disposição de cada integrante da família 100 grãos de milho ou feijão, o entrevistado distribui, por exemplo, 20 grãos em cada subsistema, de modo que se julgue uma proporção da quantidade de trabalho em cada atividade. De acordo com Machado, Couto, Scheffler (2007) essa experiência tem demonstrado, que essa simples técnica de mensuração e representação do tempo despendido por aqueles que trabalham no sistema de atividades aproxima-se com mais precisão do tempo efetivamente trabalhado. Está técnica foi aplicada nas quatro unidades de produção familiar do povoado de Matinha.

De acordo com o INCRA (2012) em muitos casos, os produtores têm pouca terra disponível, o que geralmente os obriga a adotar sistemas que exigem muita mão-de-obra, mas que permitem obter uma alta renda por unidade de área. Por isso, deve-se também calcular a renda agrícola por unidade de área (RA/SA).

Os princípios gerais desse método orientam que se trabalhe com amostragens dirigidas, de forma que se possa analisar a diversidade dos fenômenos mais importantes observados no local estudado. O tamanho da amostra é determinado, sobretudo pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada. Não se utiliza, portanto, amostragens aleatórias, pois elas não asseguram, justamente por seu caráter intrínseco, a representação e a

---

<sup>12</sup> A renda agrícola total dos sistemas é a soma dos rendimentos de todas as atividades subtraída pelo valor das despesas não proporcionais (gastos comuns a todos os subsistemas realizados). A renda agrícola das unidades de produção do Povoado de Matinha dos Pretos é um cálculo estimativo, obtido a partir das informações dadas pelos entrevistados em trabalho de campo.

análise aprofundada de toda esta diversidade. A seleção dos níveis de análise do diagnóstico depende da problemática do caso estudado. Para realizar a análise dos sistemas agrários no povoado de Matinha dos Pretos, inicialmente escolheram-se algumas famílias para definir as tipologias produtivas. Assim será apresentada a análise dos sistemas de atividade e de produção de quatro famílias típicas do povoado, desta forma, se trata de uma amostra dirigida, com as famílias mais representativas de cada tipo de sistema de produção, previamente identificados.

#### 4.2 TIPOLOGIAS DAS FAMÍLIAS E COMPOSIÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR E SISTEMAS DE ATIVIDADES DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS

No trabalho de campo realizado em Matinha dos Pretos, constatou-se que o povoado apresenta diferentes tipos dos sistemas de produção, os subsistemas mais representativos encontrados foram: de cultivo, de criação, de beneficiamento, de quintal, de trabalho doméstico, e o de trabalho não agrícola. O subsistema de cultivo é basicamente formado pelos subsistemas de feijão, milho e mandioca. No entanto, a plantação dessas culturas na região, tem sido reduzida, devido à questão climática, sobretudo a seca, e o pouco que se cultiva tem se destinado ao consumo. As atividades não agrícolas em Matinha dos Pretos vêm crescendo, todas as famílias entrevistadas apresentavam algum membro UPF, que trabalhava na cidade no setor de serviços ou recebia benefícios do governo. O trabalho doméstico se combina com o subsistema de quintal, e o subsistema de beneficiamento pode ser representado pelas casas de farinha situadas em algumas unidades visitadas, ou pela casa de farinha comunitária (Figura 15).



**Figura 15:** Casa de Farinha Comunitária de Matinha dos Pretos.  
Fonte: Maíra Lopes dos Reis. Pesquisa de campo em 2012.

Quando se define a composição do trabalho familiar segundo gênero e geração, e para compreender as relações do homem e da mulher no trabalho da unidade de produção familiar e espaço reprodutivo da família, é preciso estabelecer alguns critérios. Com base na metodologia adaptada dos Sistemas agrários elaborada por Machado, Couto, Scheffler (2007), apresenta-se uma combinação dessas condições na divisão familiar do trabalho entre homens e mulheres.

Condição da mulher:

- a) Mulher doméstica;
- b) Mulher doméstica com atividade agrícola;
- c) Mulher doméstica com atividade não agrícola;
- d) Mulher doméstica com atividade agrícola e não agrícola;
- e) Mulher doméstica com outras rendas;
- f) Mulher doméstica com atividade agrícola ou não agrícola chefe de família.

Condição do homem:

- a) Homem com atividade agrícola;
- b) Homem com atividade não agrícola;
- c) Homem com atividade agrícola e não agrícola;
- d) Homem doméstico com atividade agrícola;
- e) Homem doméstico com atividade agrícola e não agrícola;
- f) Homem doméstico com atividade não agrícola;
- g) Homem doméstico com outras rendas;
- h) Homem doméstico com atividade agrícola ou não agrícola chefe de família;

Desta forma, os sistemas de atividades, e as categorias das famílias podem ser congregados conforme combinam os recursos disponíveis e as atividades para conseguir diferentes maneiras de se obter renda. O Quadro 6 apresenta as atividades, a combinação de uma tipologia de categorias sociais de famílias, e a composição do trabalho segundo gênero e geração.

### Quadro 6

**Tipos de sistemas de atividades de famílias produtoras e composição do trabalho familiar, segundo gênero e geração, no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, 2013.**

<b>Categoria social da família produtora</b>	<b>Sistema de atividades</b>	<b>Composição do trabalho familiar segundo gênero e geração</b>
1.Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços.	1.Quintal 2.Criação de Aves. 3.Criação de Suínos. 4. Plantação de Mandioca. 5. Trabalho Doméstico. 6.Casa de Farinha  (6 subsistemas)	Mulher: Doméstica com atividade agrícola e não agrícola (44 anos). Homem: Agrícola (50 anos) Homem: Filho-Estudante (18 anos) Mulher: Filha-Trabalha no Setor de Comércio (21 anos). 4(UTF)
2. Família Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços.	1.Quintal. 2. Criação de Galinhas. 3.Plantação de Feijão. 4.Plantação de Mandioca 5.Trabalho Doméstico. 6.Casa de Farinha.  (6 subsistema)	Mulher: Doméstica agrícola (37 anos). Homem Pluriativo (37 anos). Criança: Filho (5 anos). 3(UTF)
3.Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços.	1. Quintal. 2.Criação de Galinhas. 3. Plantação de Feijão. 4. Plantação de Mandioca. 5.Plantação de Milho. 6.Criação de Suínos. 7.Casa de Farinha. 8. Trabalho Doméstico (8 subsistemas)	Mulher: Agrícola aposentada (63 anos). Homem: Agrícola (66 anos). Mulher: Filha- Atendente de loja (28 anos). Mulher: Filha- Operadora de telemarketing (24 anos). Homem: Filho- Setor de comércio (26 anos). Mulher: Aposentada (92 anos). 6 (UTF)
4. Família Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha.	1. Quintal. 2.Plantação de Feijão. 3.Plantação de Milho. 4.Plantação de Mandioca. 5. Criação de Galinhas. 6. Criação de Suínos. 7.Trabalho Doméstico. (7 subsistemas)	Mulher Agrícola com bolsa família (56 anos). Mulher: Filha- Atendente do correio do Distrito de Matinha dos Pretos (36 anos). 2(UTF)

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

#### 4.3 ANÁLISE DAS UNIDADES FAMILIARES E SEUS RESPECTIVOS SISTEMAS

Neste item serão apresentadas as análises sobre as quatro unidades de produção familiar, escolhidas e seus respectivos sistemas de produção. Será retratada a disposição dos sistemas, com seus variados tipos de integrações e relações com o mercado, bem como será apresentada uma análise econômica, sintetizada por meio de quadros que servem como

exemplo dos cálculos de rendimentos dos sistemas de atividades, esses quatro foram utilizados como instrumentos metodológicos para a sistematização dos dados do campo. Para cada unidade produção familiar será mostrado o fluxo de sinergia entre os sistemas de atividades, os rendimentos e um croqui de cada propriedade.

#### **4.3.1 Unidade de Produção Familiar 1 : Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços**

Essa unidade contém o subsistema de cultivo de parcelas, com plantação exclusivamente de mandioca, sendo esta utilizada, para o consumo e venda. Uma parte dessa produção se destina ao subsistema de beneficiamento que é a casa de farinha localizada na propriedade. Todos os subsistemas estão situados no espaço do quintal, sendo que toda a propriedade abrange uma área de quatro tarefas.

O subsistema de criação é composto por galinhas e porcos. Existe uma integração no sistema de produção realizado por essa família. A mandioca plantada, quando colhida vai ser beneficiada e transformada em subprodutos como farinha, beiju e goma, que servem para venda e consumo.

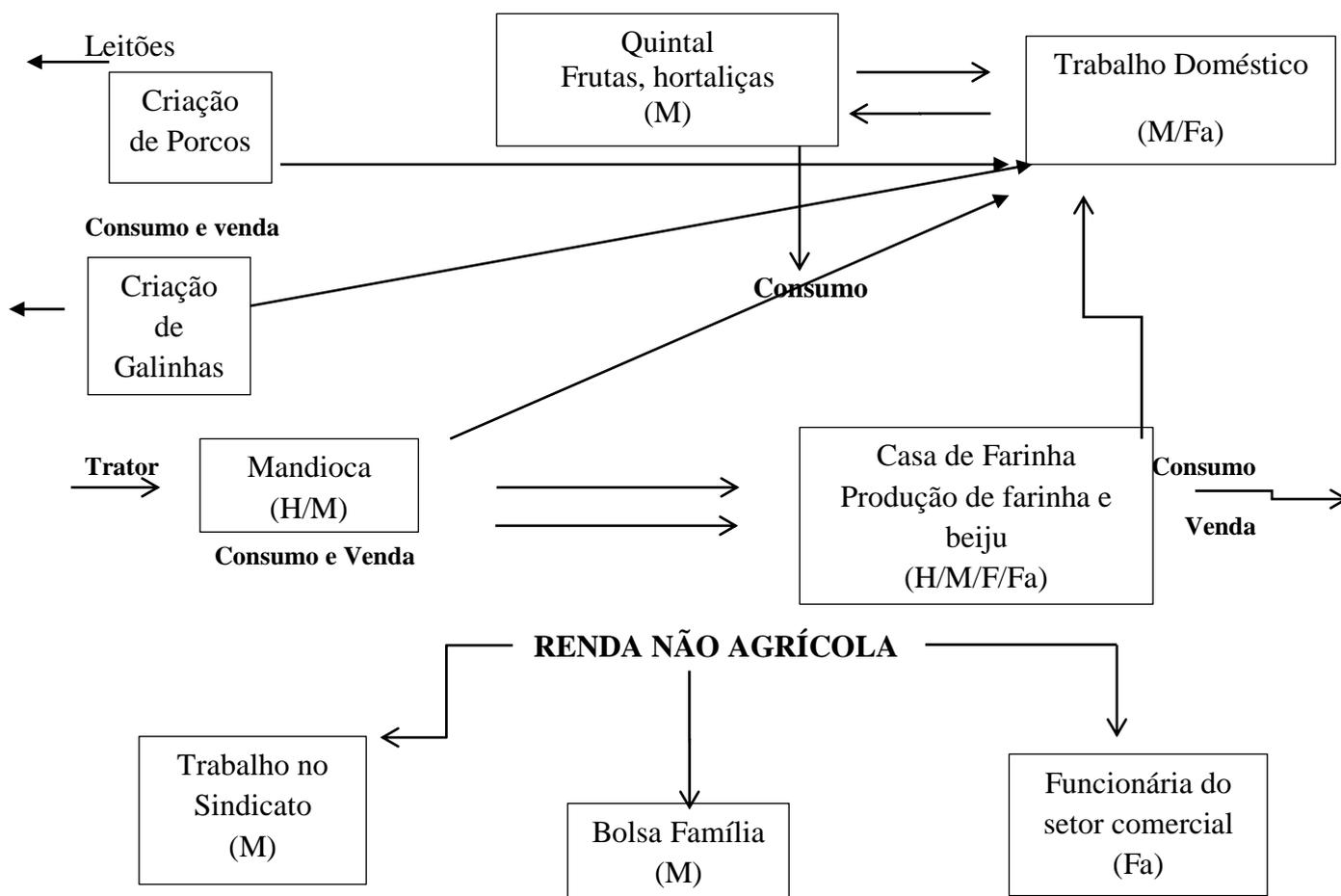
A relação dessa família com o mercado ocorre principalmente da compra e venda dos porcos, bem como, as horas pagas para utilização do trator para plantar mandioca, que é um serviço terceirizado, tendo em contrapartida, as vendas de sacos de farinha.

Salientando que, essa família apresenta quatro membros na UTF, um casal com dois filhos. As mulheres da casa são as responsáveis pelo sustento da casa, pois a renda de cada uma supera a do homem (agrícola), que é o marido, e o filho homem ainda não possuía renda. Além disso, as mulheres dessa unidade assumem as atividades agrícolas e não agrícolas.

A Figura 16 a seguir demonstra o nível de integração dos subsistemas, bem como, os fluxos de produtos e subprodutos dessa unidade.

Figura 16

**Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma família tipo: Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, em 2013.**



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Nota: H – Homem; M – Mulher; F1 – Filho 1; Fa – Filha

Essa família pluriativa obtém rendimentos da bolsa família, e de atividades desenvolvidas no setor terciário na cidade. As informações obtidas em campo demonstraram que, mesmo sendo uma família que desenvolve funções não agrícolas, uma parte da renda pode ser obtida na atividade agrícola. Pois fazendo um levantamento de todos os elementos das atividades da UPF trabalhando com estimativas, o total do rendimento agrícola pode contribuir de forma significativa com a sobrevivência dessa família.

No Quadro 7 apresenta-se a distribuição da UTF por subsistema. Observa-se que o trabalho doméstico é aquele que demanda mais tempo de dedicação das mulheres, sendo que a mãe se divide em todos os subsistemas. Os homens se dedicam mais à produção de mandioca e ao trato dos suínos e a filha, por estar se dedicando a atividades não agrícolas não participa ativamente da produção dos subsistemas da UPF, com exceção do trabalho doméstico e das

atividades relacionadas à plantação de mandioca e produção de farinha, que realiza aos fins de semana.

### Quadro 7

**Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade. Tipo: Família Pluriativa agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio de serviços Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, 2013**

Subsistemas	UTF/Mulher	UTF/Homem	UTF/Filho	UTF/ Filha	UTF/ subsistemas
1.Quintal	0,09	0,06	0,05	-	0,2
2.Criação de Galinhas	0,08	0,07	0,1	-	0,25
3.Criação de Suínos	0,06	0,12	0,15	-	0,33
4.Plantação de Mandioca	0,24	0,5	0,3	0,3	1,34
5.Trabalho Doméstico	0,28	-	-	0,4	0,68
6.Casa de Farinha	0,25	0,25	0,4	0,3	1,2
Total	1	1	1	1	4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Nota: De acordo com o método a soma do tempo despendido em cada subsistema por cada UTF tem que ser igual a 1(unidade)

### Quadro 8

**Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, 2013**

Subsistemas	DESPESAS PROPORCIONAIS A CADA SUBSISTEMA (Dp)RA=PB-Cip-Dp-SALp-IMPp-Jp-RTp+SUBp								UTF	RA	RA/ UTF	ÁRE A (AS)	RA/ AS
	PB	Cip	Dp	SALp	IMPp	Jp	RTp	SUBp					
1. Quintal									0,2				
2. Criação de Galinha	300	30							0,25	270	1080	0,2	1350
3. Criação de Suínos.	880	30							0,33	850	2.575,75	0,2	4250
4. Plantação de mandioca.	500	180							1,34	320	238,80	0,5	640
5. Trabalho Doméstico.	678								0,68	678	997,05		
6. Casa de Farinha	800	100							1,2	700	583,33		
Total									4				
<b>RENDIMENTO TOTAL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (RT=RA+RNA+RO)</b>													

<b>Rendimento Familiar</b>	<b>RA (rendimento agrícola)</b>	<b>RNA (rendimento não agrícola)</b>	<b>RO (Renda oculta)</b>	<b>RT (Rendimento total)</b>	<b>RT (sem a renda oculta)</b>
	2478	1453	678	4609	3931

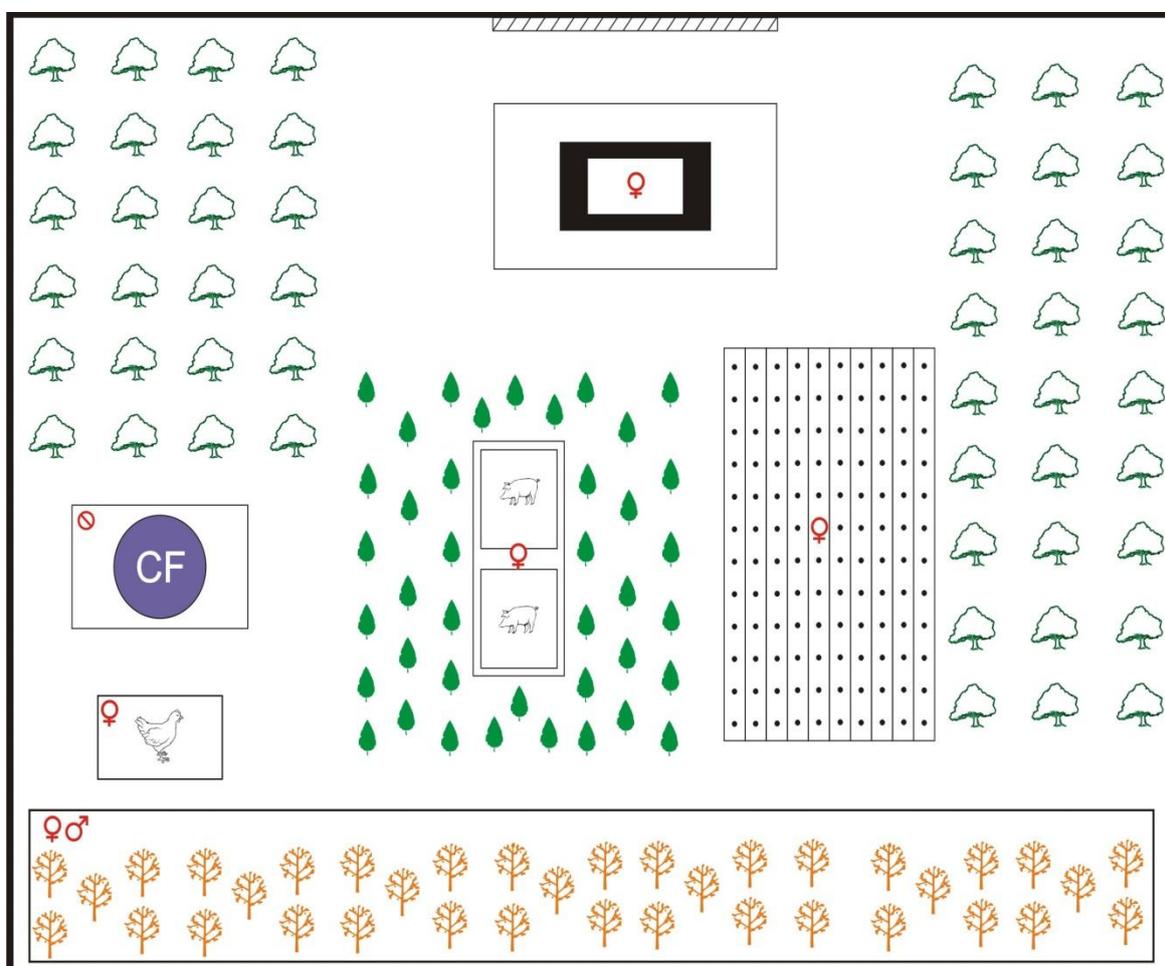
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Dentro dos subsistemas contidos no Quadro 8 a criação de suínos e a produção de farinha trazem maiores rendimentos agrícolas para esta unidade produtiva, o valor atribuído ao trabalho doméstico é o da renda oculta ou custo de oportunidade, no valor de um salário mínimo, como já foi dito anteriormente. Nesse sentido, observa-se que, se a venda dos produtos agrícolas ocorrerem de forma ativa e constante, essa família teria uma renda aproximada de R\$ 4.609,00 por mês com a renda oculta, e R\$ 3.931,00 o valor sem renda ocultas agregadas, somado as atividades não agrícolas.

O croqui a seguir (Figura 17) demonstra o espaço geográfico da unidade de produção, com a localização dos subsistemas de atividades, bem como a atuação dos membros da propriedade em cada um dos espaços produtivos e reprodutivos. Em uma perspectiva espacial, dentro da unidade de produção familiar, e tomando por base o exemplo dessa família pluriativa, a mulher (doméstica com atividade agrícola e não agrícola, 44 anos), participa ativamente da dinâmica produtiva deste espaço.

Figura 17

**Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo 1: Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços, especialização da atuação dos membros da UTF por gênero nos subsistemas, 4 tarefas. Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013**



♀ Atividade organizada pela mulher

♀♂ Atividade organizada pela mulher e o homem

⊘ Atividade organizada pela família

▨ Entrada / Porteira

▭ Residência

CF Casa de farinha

🌳 Cajueiro

🍋 Laranja / limão / tangerina

🌾 Mandioca

🍅 Hortaliças

🐔 Criação de frangos

🐷 Criação de suínos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Elaboração: Laerte Freitas; Maíra Lopes.

Figura 18 Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, bolsa família e com funcionário no setor de comércio e de serviços com ilustração de imagens. Povoado de Matinha dos Pretos, 2013.

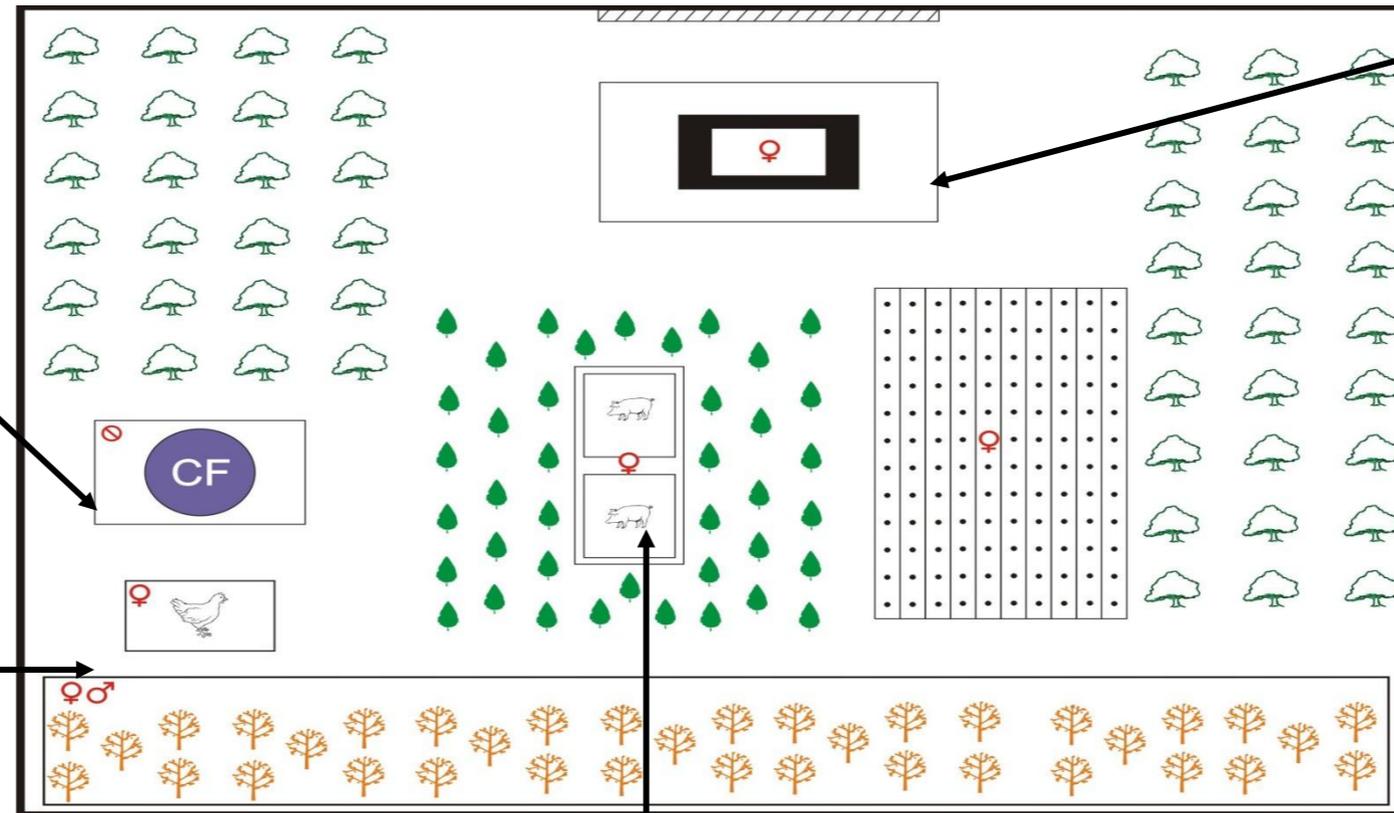


Figura 19: Casa de Farinha da Propriedade.



Figura 21 Criatório de Galinha.



Figura 20: Residência da família.



Figura 22: Horta do quintal cultivada pela mulher.



Figura 23: Criatório de Suínos



Figura 24: Plantação de Mandioca.

#### **4.3.2 Unidade de Produção Familiar 2: Família Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços**

Esta unidade de produção trata-se de uma família do tipo pluriativa que exerce atividades no setor agrícola e de serviços. Esta família é composta por um casal e uma criança de cinco anos. A mulher (doméstica agrícola, 37 anos) dessa propriedade, tem como atividade principal a agricultura, e seu companheiro (homem pluriativo, 37 anos) trabalha como pedreiro e vigilante no povoado de Matinha dos Pretos e na cidade. A família entrevistada reside em uma propriedade de quatro tarefas, a origem da propriedade tem duas naturezas, a herança e o matrimônio, a parte da terra em que o casal vive foi doada pelo pai do marido, sogro da mulher. Segundo a entrevistada existe uma relação de parceria da terra que divide com a família do marido, somando ao todo oito tarefas, no entanto de todos os moradores dessa propriedade, somente este casal ainda realiza trabalhos agrícolas, com intuito de consumo e venda.

Nessa propriedade é desenvolvido o cultivo de feijão, mandioca, milho, que é realizado em consórcios, chegando a produzir em média de 3 a 5 sacos de cada cultivo, para consumo e venda. De acordo com Portes e Silva (1996) entende-se por consórcio de culturas o sistema de cultivo em que a semeadura de duas ou mais espécies é realizada em uma mesma área, de modo que uma das culturas conviva com a outra, em todo ou em pelo menos parte do seu ciclo boa parte das pequenas propriedades do Brasil, em especial por pequenos produtores que buscam, com o sistema, redução dos riscos de perdas, maior aproveitamento da sua propriedade.

O sistema de criação é de galinhas, cerca de 100 cabeças, que no povoado, pode ser vendida em média a R\$ 20,00 cada. No entanto, uma parte dessa criação é destinada a venda e outra para o consumo, desse total, a média de venda é de 60 cabeças por ano.

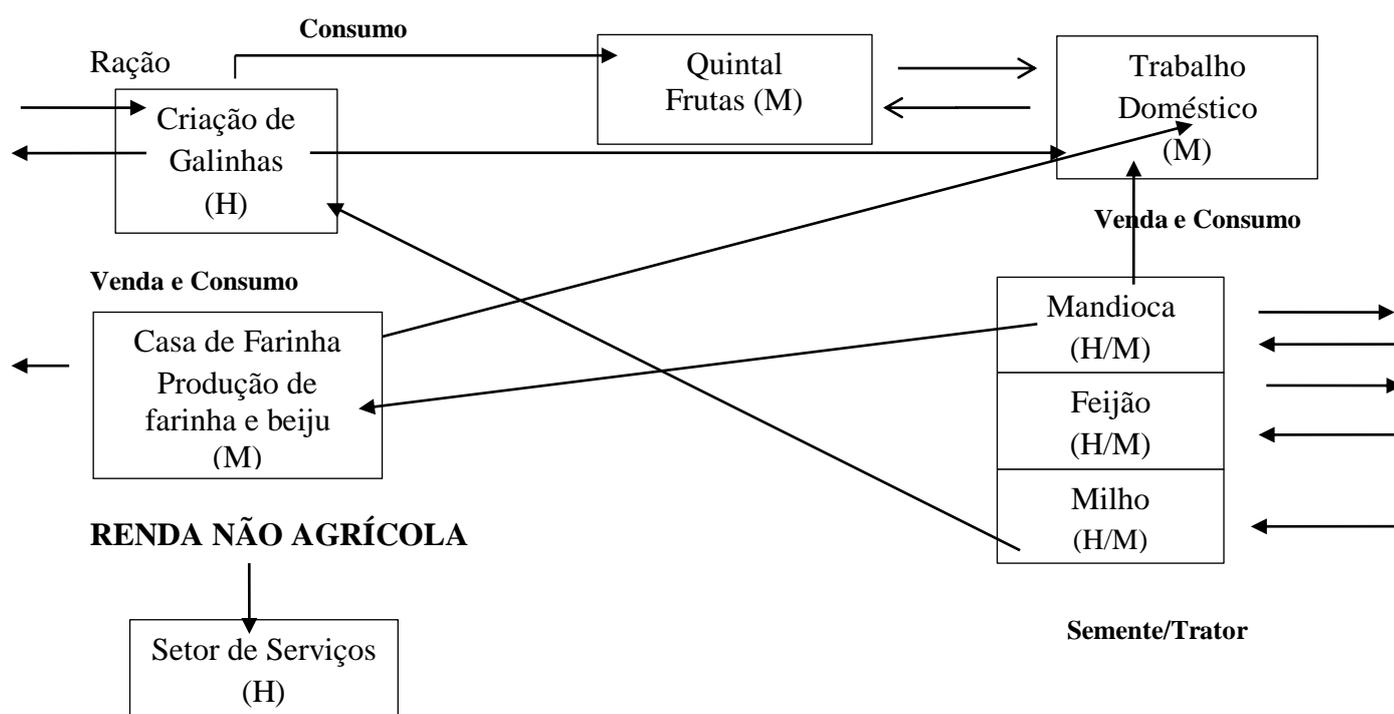
Segundo a entrevistada o marido se encarregada da gestão da criação, enquanto ela cuida do trabalho doméstico. O quintal apresenta frutas típicas da região (seriguela, acerola, laranja) e onde se localiza a casa de farinha, subsistema de beneficiamento, construída há 30 anos pela família do casal e serve para a produção de farinha, goma e beiju.

A gestão da casa de farinha é realizada pela mulher, que a frequenta uma vez na semana, pois devido à seca que atinge a região, tem diminuído a produção de praticamente todos os cultivos dos sistemas agrícolas. Mas antes do problema climático, a média mensal da casa de farinha variava de cinco a dez sacos, quando se plantava uma tarefa grande de mandioca. A relação com o mercado se dá através da compra de frangos para criação,

sementes e horas de trator para o plantio do feijão, milho e mandioca. Tendo como contrapartida, as vendas dos mesmos no próprio povoado, pois se saírem para vender na cidade terão gastos com o transporte. O tipo de equipamento utilizado na plantação é o trator que é alugado, ou quando possível a prefeitura cede algumas horas desse maquinário de forma gratuita, e ao exceder as horas estabelecidas, os produtores pagam o excedente em um valor simbólico. A integração dos sistemas pode ser observada no fluxograma (Figura 25).

**Figura 25**

**Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma família tipo: Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, Bahia, 2013**



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Nota: H – Homem; M – Mulher;

Este sistema apresenta uma boa integração, pois o sistema de cultivo fornece a mandioca para casa de farinha, o feijão serve para o consumo da casa e venda, o milho cultivado é utilizado para alimentar as galinhas no subsistema de criação. O rendimento dessa família advém também das atividades não agrícolas de pedreiro e vigilante desenvolvidas pelo homem (pluriativo, 37 anos), nesses serviços recebe o equivalente a dois salários. Enquanto que, a única renda que a mulher (doméstica agrícola, 37 anos) possui é oriunda do que se produz na terra. Apesar de o marido decidir o que plantar na propriedade, é ela que assume a maior parte do trabalho UPF. No Quadro 9, observa-se que a mulher dedica maior tempo à casa de farinha e ao trabalho doméstico, e o homem a plantação de mandioca e a criação de galinhas e auxilia sua companheira nas atividades doméstica.

### Quadro 9

**Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade. Tipo: Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, 2013**

Subsistemas	UTF/Mulher	UTF/Homem	UTF/ subsistemas
1.Quintal	0,1	0,05	0,15
2.Criação de Galinha	0,1	0,3	0,4
3.Plantação de Feijão	0,1	0,1	0,2
4.Plantação de Mandioca	0,2	0,3	0,5
5.Trabalho Doméstico	0,2	0,05	0,25
6.Casa de Farinha	0,3	0,2	0,5
Total	1	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

No Quadro 10 é possível observar os rendimentos levantados dos subsistemas de atividades dessa unidade. A renda agrícola de família seria R\$ 1.488,00 a não agrícola R\$ 1.356,00 totalizando R\$ 2.844,00 sendo que, incluindo, o custo de oportunidade, o rendimento familiar poderá chegar a R\$ 3.522,00.

### Quadro 10

**Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, 2013**

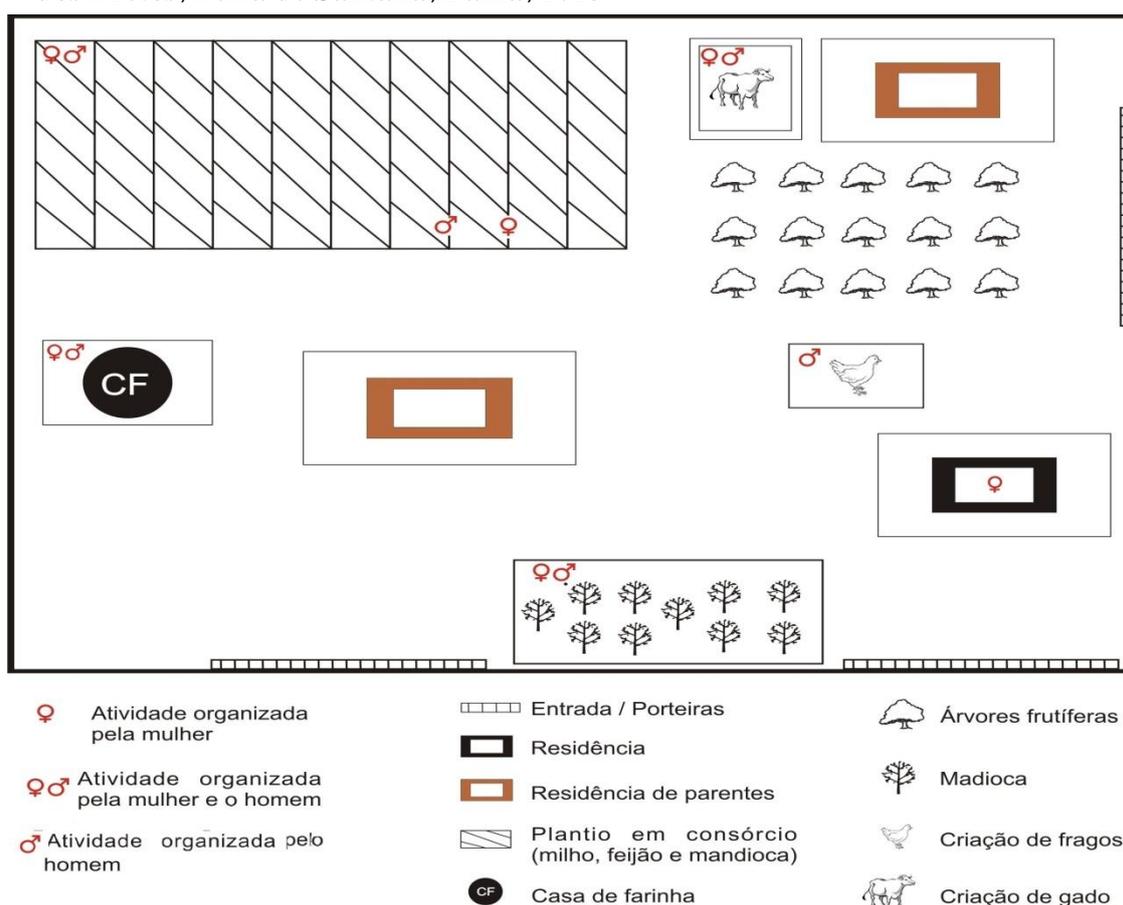
Subsistemas	DESPESAS PROPORCIONAIS A CADA SUBSISTEMA (Dp)RA=PB-Cip-Dp-SALp-IMPp-Jp-RTp+SUBp								UT F	RA	RA/ UTF	ÁRE A (AS)	RA/ AS
	PB	Cip	D	SAL p	IMP p	Jp	RTp	SUB p					
1. Quintal									0,15				
2. Criação de Galinha	600	60							0,4	540	1350		
3. Plantação de Feijão.	120	60							0,2	60	300	0,5	60
4. Plantação de mandioca.	150	60							0,5	90	180	0,5	90
5. Trabalho Doméstico.	678								0,25	678	2712		
6. Casa de Farinha	400	50							0,5	350	700		
Total									2				

Rendiment o Familiar	RENDIMENTO TOTAL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (RT=RA+RNA+RO)				
	RA (rendimento agrícola)	RNA (rendimento não agrícola)	RO (Renda oculta)	RT (Rendimento total)	RT (sem a renda oculta)
	1488	1356	678	3522	2844

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

**Figura 26**

**Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com atividade agrícola, e com atividades no setor de serviços, 8 tarefas. Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Elaboração: Laerte Freitas; Maíra Lopes.

O croqui apresentado na Figura 26 representa a atuação do casal na vida prática da UPF. Observa-se que homem e mulher trabalham na plantação de mandioca individual, e no cultivo em consórcio de milho, feijão e mandioca. A casa de farinha é dirigida pela mulher, bem como o trabalho doméstico.

### **4.3.3 Unidade de Produção Familiar 3: Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços**

Essa UPF apresenta o arranjo mais complexo, devido o número de pessoas, e pela intensa pluriatividade em que estão inseridas a maior parte dos membros da família, além da diversidade de subsistemas encontrados na propriedade.

Todos os dados acerca da UPF foram concedidos pela mulher agrícola aposentada (63 anos) responsável pelo lar. Ela convive com o marido (homem agrícola, 66 anos), suas filhas (Filha 1- Atendente de loja, 28 anos; Filha 2- Operadora de telemarketing, 24 anos), um filho homem (26 anos) que trabalha no Setor de comércio, além de cuidar da mãe (aposentada, 92 anos). Ao todo a família é composta por seis membros. Todos vivem em uma propriedade com tamanho de aproximadamente 10 tarefas, sendo uma parte obtida por herança e outra comprada.

O sistema de cultivo é constituído pela produção de mandioca, milho e feijão. A quantidade média obtida dessas culturas chega em torno de 5 sacas, que podiam ser vendidas por R\$ 40,00, o feijão e o milho, a mandioca entre R\$ 50,00 a R\$80,00. Entretanto, não se tem produzido tanto, por conta do clima, atualmente a única plantação que ainda resiste à seca é a mandioca, utilizada para o consumo da família.

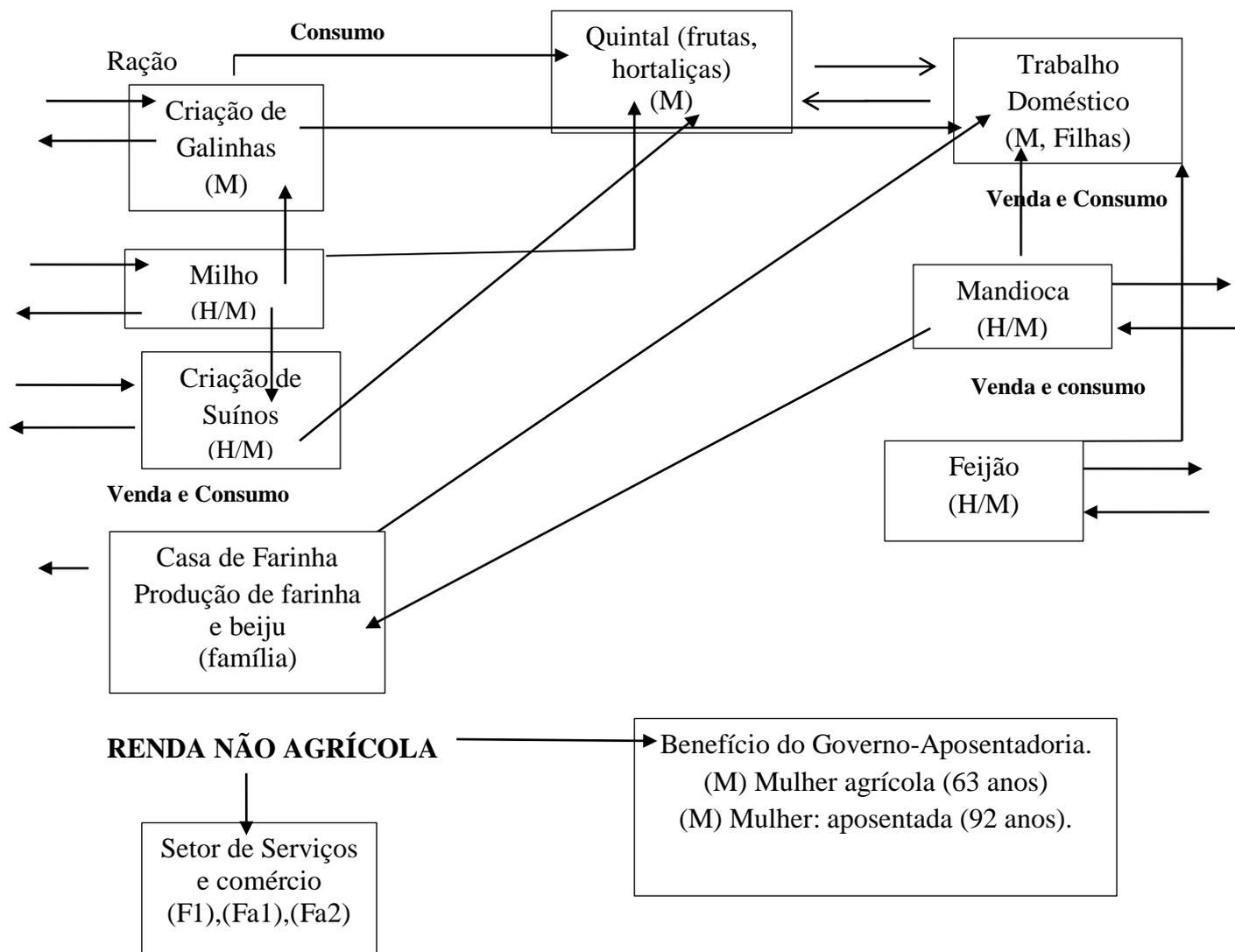
No sistema de criação encontram-se quatro arroba de porcos que custa, R\$ 80,00 a cada arroba, além das 20 galinhas, que podem ser consumidas ou vendidas por R\$20,00 cada uma. O destino da venda animal é local.

A mandioca é beneficiada na casa de farinha construída na propriedade há 20 anos, esta auxilia na renda por meio da produção de farinha, goma e beiju. De acordo, com a entrevistada, cada saco de farinha valia R\$ 80,00, atualmente está custando R\$ 250,00.

Os subsistemas estão interligados, a criação tem maior participação no rendimento por conta do valor da arroba dos porcos e pela quantidade de galinhas que se tem na UPF. O sistema de cultivo da mandioca interage com a casa de farinha. O feijão e o milho são vendidos, e consumidos pela família, como também, servem de alimento para criação, sendo misturada a ração dos animais, que estão inseridos no subsistema do quintal. A interação com o mercado se dá na compra de ração além da venda dos animais, do feijão, farinha de mandioca, o milho e as horas de trator para plantação (Figura 27).

**Figura 27**

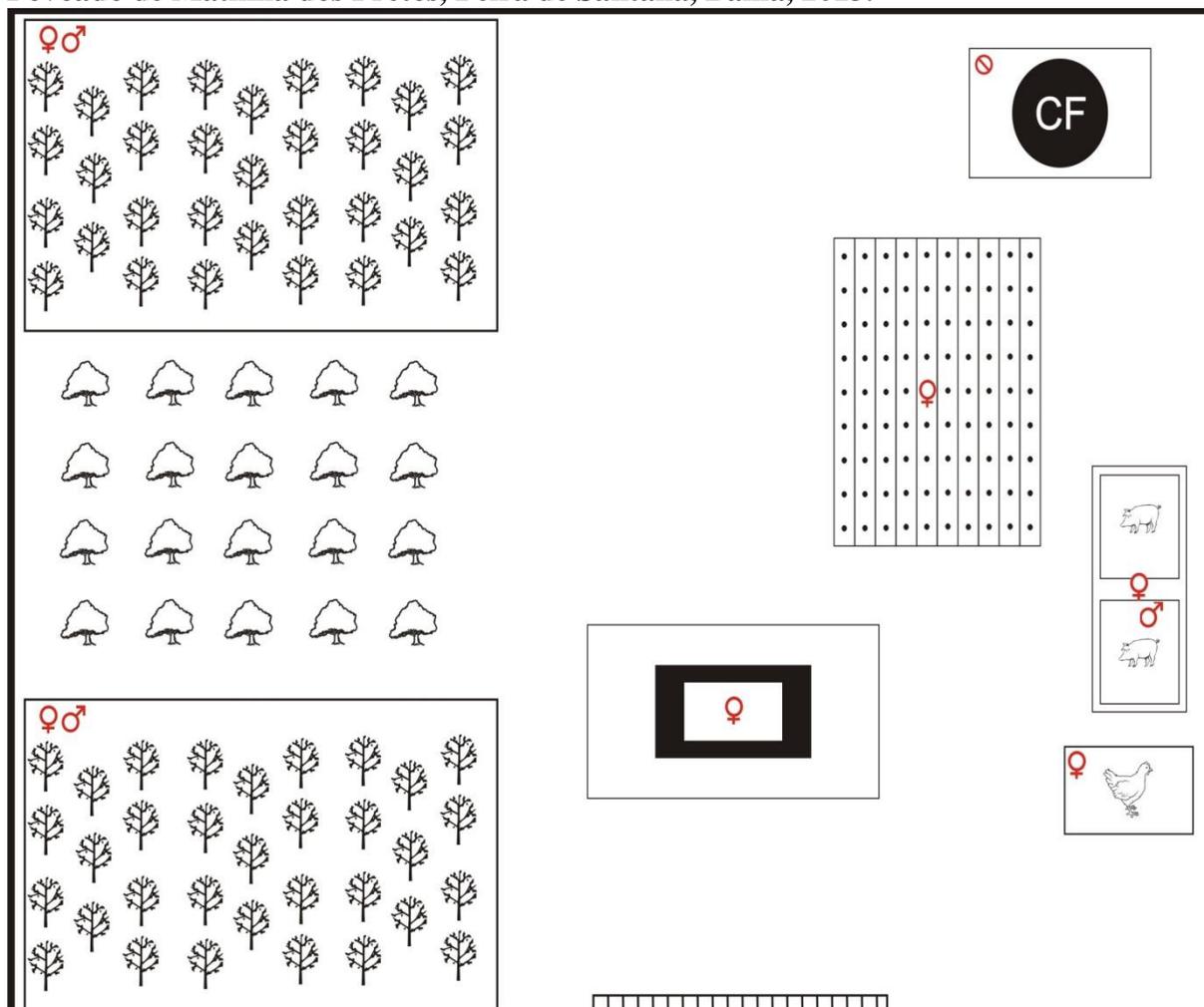
**Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma família tipo: Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, Bahia, em 2013**



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Nota: H – Homem; M – Mulher; F1 – Filho 1; Fa – Filha.

Figura 28

**Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços, 10 tarefas, Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Elaboração: Laerte Freitas; Maíra Lopes.

O arranjo espacial deste croqui mostra que a mulher organiza o espaço reprodutivo da casa, e o quintal se apresenta como uma extensão do trabalho doméstico, o cuidado com as hortaliças, a criação dos animais são realizados junto com os afazeres do lar, e isto pôde ser observado na visita de campo, pois, a entrevistada cedia às informações e ao mesmo tempo,

tratava das coisas domésticas e do espaço do quintal. Além de participar ativamente sobre o plantio e a colheita dos sistemas de cultivo, e ser a principal responsável pela gestão da casa de farinha. Os demais membros da família, mesmo trabalhando em setores não agrícolas, realizam atividades rurais. É muito comum à família se reunir nos finais de semana para produzir farinha.

No Quadro 11 identifica-se que as mulheres compõem grande parte da UTF, e que a mulher está presente em todos os subsistemas da UPF, e que as filhas apesar de se dedicarem menos ao trabalho agrícola do que a mãe, elas a ajudam no trabalho doméstico, sendo que o homem não participa deste subsistema. A casa de farinha é o subsistema que consegue reunir todos os membros da UPF, pois demanda maior número de UTF para realizar as atividades de beneficiamento da mandioca.

### Quadro 11

**Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade. Tipo: Tipo: Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, 2013**

Subsistemas	UTF/Mulher	UTF/Homem	UTF/Filha 1	UTF/Filha 2	UTF/subsistema
1.Quintal	0,17	0,08	-	0,15	0,4
2.Criação de Galinhas	0,10	0,10	-	-	0,2
3.Plantação de Feijão	0,16	0,22	0,15	0,05	0,58
4.Plantação de Mandioca	0,13	0,23	0,2	0,15	0,71
5. Plantação de Milho	0,08	0,10	0,15	0,05	0,38
6.Criação de Suínos	0,09	0,11	-	-	0,2
7.Casa de Farinha	0,14	0,16	0,2	0,3	0,8
8.Trabalho Doméstico	0,13	-	0,3	0,3	0,73
Total	1	1	1	1	4

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

No Quadro 12 é possível identificar os rendimentos, sendo que a renda não agrícola supera a renda que pode ser obtida pela comercialização dos produtos obtidos a partir dos sistemas de produção agrícola da unidade familiar, assim, a renda agrícola pode chegar a R\$1.600,00 e a não agrícola R\$ 4.068,00, totalizando o valor R\$ 5.668,00.

Neste caso, não foi acrescentado à renda oculta, pois este representa o custo de oportunidade de trabalho, tendo em vista que a mulher responsável pelo trabalho doméstico é aposentada, deste modo, levou-se em consideração somente este benefício na junção das rendas dos membros da família.

### Quadro 12

**Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Família Pluriativa com mulheres aposentadas, homem agrícola e funcionários do setor comercial e de serviços, no Povoado de Matinha dos Pretos, Bahia, 2013**

Subsistemas	DESPESAS PROPORCIONAIS A CADA SUBSISTEMA (Dp)RA=PB-Cip-Dp-SALp-IMPp-Jp-RTp+SUBp										RA/UTF	ÁREA (AS)	RA/AS	
	PB	CI	Dp	SALp	IMPp	Jp	RTp	SUBp	UTF	RA				
1. Quintal									0,4					
2. Criação de Galinha	200	30							0,2	170	850			
3. Plantação de Feijão.	250	60							0,58	190	327,58	0,5	380	
4. Plantação de mandioca.	250	60							0,71	190	267,60	1	190	
5. Plantação de Milho.	200	20							0,38	180	473,68	0,5	360	
6. Criação de Suínos.	320	30							0,2	290	1450			
7. Casa de Farinha.	640	60							0,3	580	1933,33			
total									4					
<b>Rendimento Familiar</b>	<b>RENDIMENTO TOTAL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (RT=RA+RNA+RO)</b>													
	<b>RA (rendimento agrícola)</b>			<b>RNA (rendimento não agrícola)</b>				<b>RO (Renda oculta)</b>			<b>RT (Rendimento total)</b>		<b>RT (sem a renda oculta)</b>	
	1600			4068				-			5668		-	

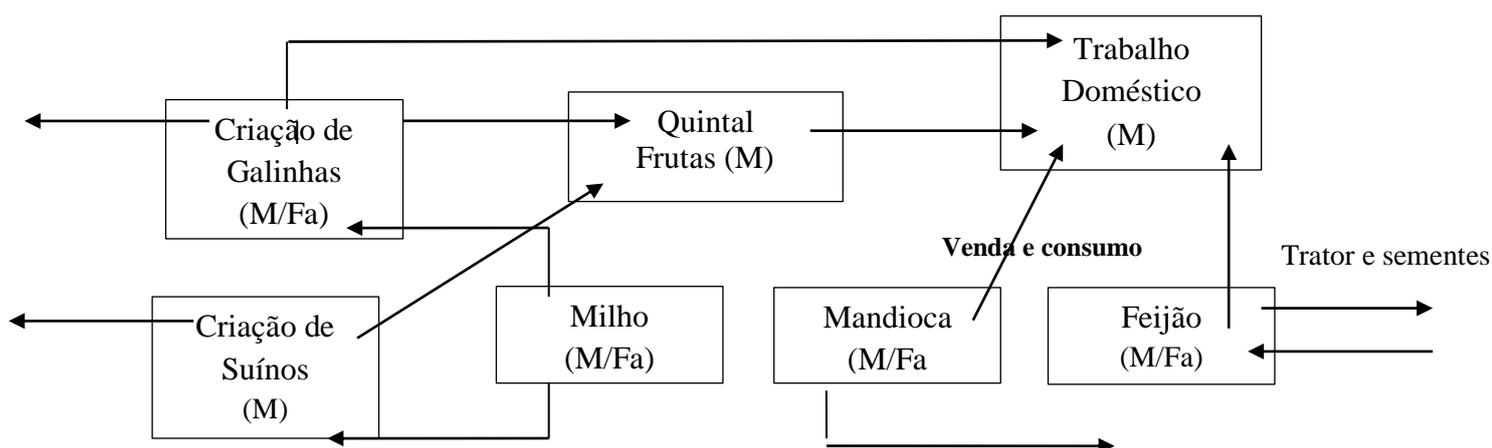
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

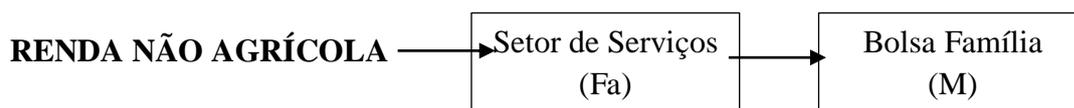
#### 4.3.4 Unidade de Produção Familiar 4: Família Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha

Trata-se de uma unidade familiar composta e gerida exclusivamente por mãe e filha, duas mulheres que juntas se dedicam ao trabalho da roça, ambas são produtoras ativas no povoado de Matinha dos Pretos. A terra foi obtida por meio de compra, abrange uma dimensão de três tarefas, uma parte desse espaço é dedicado ao plantio em consórcio de feijão, milho e mandioca. A média da colheita é de cinco a dez sacos de cada cultivo, o preço dessa produção varia entre R\$ 40,00 a R\$ 80,00 cada saca, sendo que o milho não é comercializado e se destina exclusivamente para a alimentação dos animais. Assim, os subsistemas mais representativos nesta unidade são o de cultivo e o de criação, com galinhas e porcos. Segundo as entrevistadas, a propriedade, já chegou a ter uma granja com cerca de 300 galinhas caipiras, mas o alto preço da ração inviabilizou a continuação do negócio. Atualmente encontram-se apenas 20 cabeças de frango, que podem ser vendidas, assim como nas outras unidades produtivas visitadas, por R\$20,00. O subsistema de criação de suínos contém cinco arroubas que equivale a R\$ 80,00 cada uma. A mandioca colhida na propriedade é beneficiada na casa de farinha da Associação Rural dos Olhos D'água das Moças, cuja utilização exige uma pequena taxa simbólica de manutenção. A integração dos sistemas ocorre entre o cultivo de milho e a criação, e estes servem para venda e o consumo. A relação com mercado ocorre com a venda das galinhas, dos porcos, do feijão e da mandioca, a com a contratação do serviço terceirizado de trator para preparo do solo para a plantação, que custa R\$ 60,00 a hora.

**Figura 29**

**Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma família tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha no Povoado de Matinha dos Pretos, Bahia, em 2013**





Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Nota: M – Mulher; Fa-Filha.

Verifica-se pelo Quadro 13 a diversidade das atividades desenvolvidas por estas mulheres sendo plenamente dividido entre mãe e filha. O trabalho é compartilhado. A filha mesmo exercendo atividades não agrícolas no povoado, realiza os afazeres domésticos e participa dos sistemas de produtivos. A mãe por sua vez, faz a gestão de todas as atividades dos subsistemas.

### Quadro 13

**Levantamento da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema de atividade. Tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha no Povoado de Matinha dos Pretos, estado da Bahia, 2013**

Subsistemas	UTF/Mulher	UTF/Filha	UTF/subsistemas
1. Plantação de Feijão	0,24	0,20	0,44
2. Criação de Galinha	0,20	0,20	0,40
3. Criação de Suínos	0,14	0,16	0,3
5.Plantação de Milho	0,10	0,10	0,2
6. Plantação de Mandioca	0,20	0,24	0,44
7. Trabalho Doméstico	0,12	0,10	0,22
Total	1	1	2

Fonte:Trabalho de Campo, 2013.

No Quadro 14 apresenta o levantamento dos rendimentos da UPF, em que a renda agrícola pode chegar a R\$ 1.758,00 ultrapassando a renda não agrícola que é R\$ 748,00. O rendimento da família composta por mãe e filha totaliza R\$ 3,184,00 com a renda oculta, e R\$ 2.506,00 sem a renda oculta.

Quadro 14

**Cálculo do rendimento dos subsistemas dos Sistemas de Atividades. Tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013.**

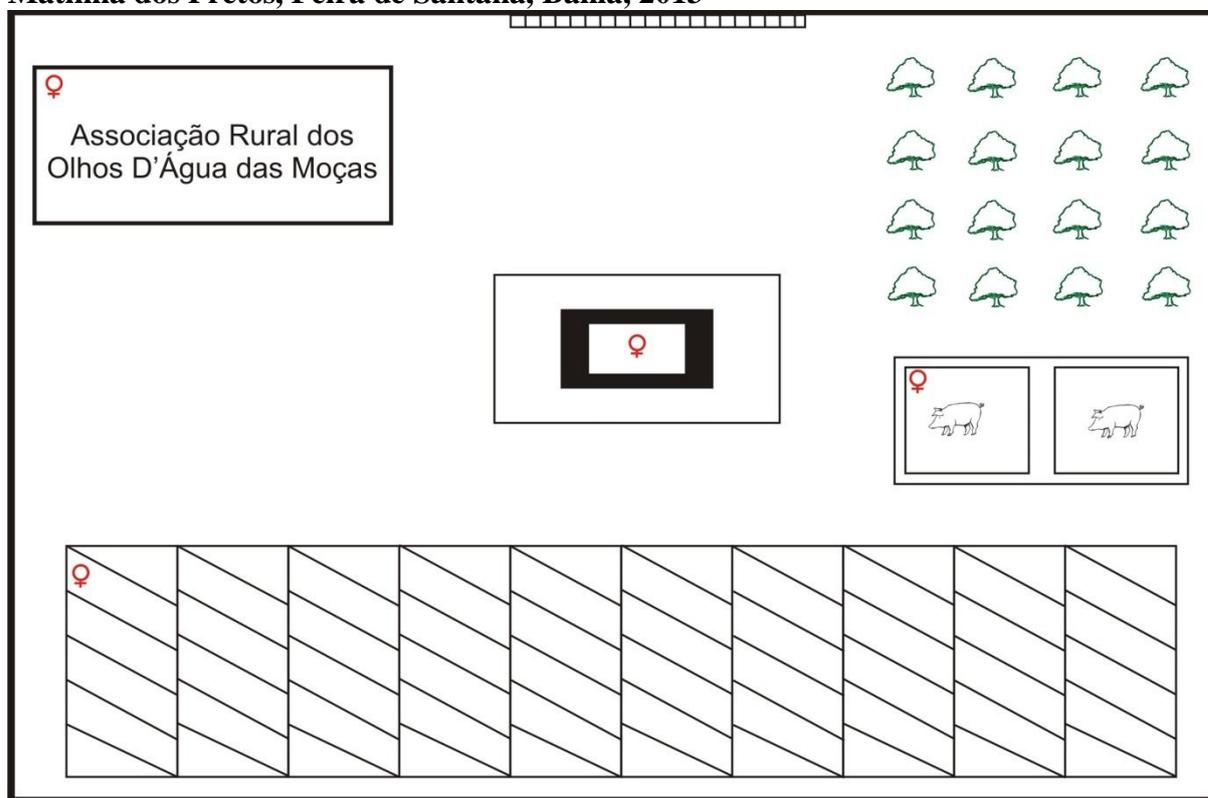
Subsistemas	DESPESAS PROPORCIONAIS A CADA SUBSISTEMA (Dp)RA=PB-CIp-Dp-SALp-IMPp-Jp-RTp+SUBp									RA/UTF	ÁREA (SA)	RA/SA	
	PB	CI	Dp	SALp	IMPp	Jp	RTp	SUBp	UTF	RA			
1. Plantação de Feijão	200	60							1	140	140	0,5	280
2. Criação de Galinha	200	30							2	170	85		
3. Criação de Suínos.	400	30							1	370	370		
4. Plantação de mandioca.	400	60							2	340	170	0,5	680
5. Plantação de Milho	120	60							2	60	30	0,5	120
6. Trabalho Doméstico	678												
<b>Rendimento Familiar</b>	<b>RENDIMENTO TOTAL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (RT=RA+RNA+RO)</b>												
	<b>RA</b> (rendimento agrícola)			<b>RNA</b> (rendimento não agrícola)			<b>RO</b> (Renda oculta)			<b>RT</b> (Rendimento total)		<b>RT</b> (sem a renda oculta)	
	1758			748			678			3184		2506	

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

A Figura 30 representa o croqui da UPF em que residem as mulheres entrevistadas, com uma área de 3 tarefas, se desenvolve o plantio em consócio de milho, feijão e mandioca, a criação de suínos. A Associação Rural dos Olhos D'Água das Moças apesar de não fazer parte da UPF, ela está inserida nas imediações da propriedade analisada, pois não há muros ou cercas separando a associação da propriedade.

Figura 30

**Croqui do Subsistema de Atividades. Tipo: Pluriativa, mulher agrícola com bolsa família e filha funcionária do correio do Distrito de Matinha, 3 tarefas no Povoado de Matinha dos Pretos, Feira de Santana, Bahia, 2013**



- |   |                                |   |   |
|---|--------------------------------|---|---|
|  | Atividade exercida pela mulher |  | Plantio em consórcio (milho, feijão e mandioca) |
|  | Entrada / Porteira             |  | Criação de suínos                               |
|  | Residência                     |  | Árvores frutíferas                              |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Elaboração: Laerte Freitas; Maíra Lopes.

#### 4.4 O PAPEL DAS MULHERES NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR E NA COMUNIDADE DE MATINHA DOS PRETOS: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS

A partir da análise das UPF apresentadas, observou-se que as mulheres, de um modo geral, são ativas tanto nos trabalhos relativos à produção como nos ligados à esfera da reprodução. Elas atuam na agricultura em atividades como: preparo do solo, capina e colheita, na comercialização dos produtos, no trato com os animais e assumem a supremacia em atividades de horta e quintal. Quando se considera o tempo dedicado a atividades ditas produtivas, as mulheres trabalham mais que os homens, e se envolvem cada vez mais em

âmbitos fora do espaço privado, dividindo ainda mais o seu tempo de dupla e tripla jornada de trabalho com o espaço público seja na igreja, no povoado ou em outros espaços em que elas estão participando como a associação e reuniões de sindicato dos trabalhadores rurais.

No que tange diretamente à mulher na UPF, percebe-se que elas obtêm amplo conhecimento dos procedimentos com o trato da terra. Desse modo, descrevem sobre algumas as técnicas que são utilizadas na produção, demonstrando o conhecimento da dinâmica da natureza e do espaço produzido.

A situação da mulher camponesa é muito específica, pois se insere em uma unidade familiar onde a produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um único processo. Os membros do grupo doméstico participam dos diferentes momentos em que compõem o processo produtivo, conforme o sexo e a idade e em função do ciclo anula das culturas, assim como do ciclo de desenvolvimento da família.

A divisão sexual do trabalho na UPF pode ser identificada na diferenciação de papéis em função das atividades desempenhadas e na jornada de trabalho, mesmo diante do fato de que as mulheres participam de todas as atividades do campo, observou-se que o trabalho feminino ainda é caracterizado com ajuda, porque a responsabilidade da gestão e comercialização da produção é sempre masculina, ou seja, feita pelos maridos. Esse mesmo padrão de subordinação está presente no contexto do meio rural brasileiro. A generalizada ausência de reconhecimento dos diversos tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres é parte constituinte da dinâmica das relações de gênero (RUA, ABRAMOVAY, 2000).

De acordo com Franco (2004) a divisão sexual do trabalho, não se trata apenas de uma divisão fortuita e aleatória, senão que estabelece a hierarquização de funções entre homens e mulheres. Contudo, o gênero é também construído ideologicamente através de uma série de valores que se reproduzem no tempo e no espaço.

A história de vida das mulheres trabalhadoras rurais do povoado de Matinha dos Pretos e suas interações com o lugar vivido e correlações com o grupo social, suas sensações, percepções, valores, crenças podem ser observados em seus depoimentos. Sobre a infância, uma das informantes revela:

Minha infância? Minha infância foi ruim. Minha infância, eu perdi minha mãe com seis anos. Nem conheci direito. Criei foi pelas casas dos outros. Criei, morei em três casas dos outros. Depois a derradeira que eu fui morar com a madrinha minha. Foi nesse tempo que eu arrumei marido que vim pra aqui. E daqui, agora só para o cemitério. (Dona Regina, 63 anos. Entrevista realizada na lanchonete do povoado de Matinha dos Pretos)

No depoimento de Dona Regina, vê-se que sua infância foi marcada pela perda de sua mãe, e ausência de seu pai, a busca de regularidade em uma família e o novo prumo surge com a chegada à casa da madrinha, logo em seguida o casamento é mencionado quando a entrevistada constrói novamente seu referencial de família.

Dona Paula (50 anos) viveu em sua meninice experiência semelhante, não conheceu sua mãe durante a sua infância, e diz: “na época que eu nasci meu pai tinha falecido, minha mãe ficou com 25 anos de viúva, com oito filhos. Aí ela começou a dar os filhos tudo, não tinha condição de ficar”.

Foi então criada por uma madrinha, que segundo ela a tratava como uma “escrava, nunca ligou para me botar na escola, vivia como uma escrava da casa para roça. Eu sofri muito, eu trabalhava na roça panhava maniva seca, carregava, limpando a terra para o plantio. Comia na hora que dava certo.” Para Dona Paula a infância foi “muito ruim... Passei muito fome, muita dificuldade, antes de ter minha família. Na minha juventude, eu não tive juventude, não sei o que foi”. Nas duas narrativas as mulheres encontram na família que construíram seu espaço, reconstruindo suas vidas, o que permite D. Paula declarar “hoje sou uma mulher feliz”.

Nos discursos das mulheres entrevistadas, pode-se perceber que o trabalho na roça é realizado desde a infância: “No meu tempo minha fia, a gente de sete anos, já ia pra roça capinar cabeceira de roça. Eles [seu pai e irmãos] limpando os caminhos assim, e a gente limpando a cabeceira da roça. Não tem esse negócio de não trabalhar não”.

No entanto, não se caracterizava como uma atividade forçada, mas de cooperação em que todos os membros da família participam, característica do trabalho familiar. Dona Francisca (75 anos) afirma que sua infância foi boa, apesar do controle parental, no sentido de colocar restrições para que não participasse de festas: “os pais da gente não deixavam a gente sair, mais a gente de tempo em tempo dava uma roubada”.

O trabalho na roça era uma estratégia para impedir que ela e seus irmãos saíssem: “Ele [seu pai] inventava uma plantação de maniva, tivesse chovendo ou não tivesse, ele pagava a gente pra cavar cova pra gente plantar maniva, pra gente não ir pra brincadeira do Judá na Rua de São José”.

Nessa fase da vida, Dona Francisca não teve a oportunidade de estudar, a dinâmica do trabalho agrícola e a falta de instituições escolares na Matinha nessa época a impediu de frequentar a escola. Ao ser questionada sobre as razões da sua ausência na escola, ela responde:

Nada. Papai fazia, raspava mandioca direto, a semana toda. Torrava uma e a gente raspando outra, torrando uma e raspando outra, toda semana. No tempo que os milhos secavam, rancavam aqueles milhos todos pela rama, colocava debaixo da jaqueira aí a gente ia descascar aqueles milho todo na palha, e carregava as palhas pra curral dos gados, e volta pra derrubar os milhos todos na mão... Que também a gente trabalhava, viu? A gente trabalhava! Ele plantava fumo, e a gente tinha que dar conta daquela roça de fumo, (inaudível), pra cortar. Pra limpar ele pagava. Marrar, a gente amarrava fumo até as tantas da noite.

Vários elementos que compõem o modo de produção realizada na unidade familiar surgem no discurso da entrevistada, aspectos da dinâmica do trabalho, mostrando a família como principal mão-de-obra, a diversidade de cultivos realizados tendo a produção de mandioca, do milho e do fumo. Os relatos das mulheres desde a infância permitem identificar como se estabelecem as relações de gênero e classe dentro do ambiente familiar.

A organização familiar pode ser compreendida como um sistema, cuja reprodução depende de um conjunto de atividades e ações combinadas, envolvendo todos os membros integrantes dessa organização. Assim, a análise desse modelo organizacional, particularizando o gênero, nos fornece os elementos para compreensão da gestão do espaço. Nesta direção, o entendimento da UPF é percebido como um espaço que contém relações político-territoriais, econômicas e sociais que são perpassadas e entrecruzadas pelas relações de gênero (SHEFLER, 2000).

Woortmann (1990) afirma que existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, não é que sejam comuns, mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas. “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23). Assim, a mulher que luta pela terra, quer terra para sua família.

Não é possível sustentar uma pequena unidade agrícola sem contar com a atividade coletiva da família, sua constituição é condição para manter este tipo de produção. Os trabalhos agrícolas e domésticos tornam-se fundamentais para que homens e mulheres possam assegurar esse lugar.

Rosa (48 anos) é filha única de Dona Francisca (75 anos) e descreve sobre sua infância até a fase adulta:

Minha infância... A partir dos sete anos de idade comecei a estudar pela manhã, mais à tarde tava na roça. Aos doze anos de idade fui tirada da escola, tive que trabalhar, continuar trabalhando na roça. Aos dezoito anos

comecei fazer o curso de suplência para concluir o primeiro grau à tarde. Às vezes eu pegava o material, estudava em casa e ia só dois dias na semana no colégio. Aí casei, tive que desistir, eu com filho pequeno tive que desistir. Quando foi há uns seis, sete anos atrás começou a ter, com muita luta da comunidade, começou a ter transporte escolar à noite para cidade, aí eu fiz o segundo grau à noite na cidade ( Rosa 48 anos).

Ao contrário de sua mãe, Rosa teve a oportunidade de ir à escola, mesmo em meio às dificuldades de conciliar os estudos com o trabalho da roça. Na adolescência teve sua vida escolar interrompida para trabalhar. Na tentativa de retomar seus estudos, o casamento e o cuidado com os filhos também a impediu de estudar, mas não desistiu e afirma: “consegui com muito sacrifício”. Para D. Francisca (75 anos), mãe de Rosa o casamento não foi uma forma de satisfação, ou seja, não houve melhoras em sua vida e declara: “eu casei fiquei na vida pior que antes eu tivesse em casa... Tive sorte com casamento não”.

A partir do depoimento de algumas entrevistadas, verifica-se que a união conjugal se apresenta como uma forma de sair da casa dos pais e do trabalho na roça. No entanto, ao formar sua própria família as mulheres rurais são submetidas às atividades domésticas e agrícolas. Dona Joanita (89 anos) ressalta: “quando eu casei que tomei conta da minha família e eu agora fui trabalhar criar família, né? Larguei tudo para lado e fui trabalhar ajudar o marido pra criar a família”.

Constata-se que há uma articulação do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, recorrente da necessidade de manter a família que em geral não é remunerado, realiza-se de forma cíclica e descontínua, modelado pelos acontecimentos familiares e pelas identidades de gênero. As narrativas revelam que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades dos filhos e a vida comunitária. Como fica aparente no depoimento de Dona Joanita:

Levantava cedo, fazia meu café, tomava, botava o feijão no fogo, tava na roça limpando mandioca e vinha em casa cozinhar o feijão, que inté agora não tinha gás, o gás era a lenha. A gente botava a panela de barro no fogo, jogava o feijão no fogo, ia pra roça, demorava um pouco lá, vinha. Quando chegava ainda a panela fervendo ainda, terminava botava fogo, tornava pra roça. Mais tarde, voltava, lavava os pratos, barre casa, cozinhar qualquer coisa, tirar o feijão do fogo. Meio dia botava o feijão no prato pra dar a meninada pra comer. Quando o sol se esfriava de tarde pra roça outra vez (Dona Joanita, 89 anos).

A realização desigual de tarefas entre os sexos na unidade de produção familiar sugere que o trabalho da mulher é condicionado à extensão do seu papel de mãe, esposa, dona-de-casa, características tradicionais na construção da identidade feminina.

Ao perguntar a Dona Célia (52 anos) sobre como foi sua infância, ela afirma: “Minha infância foi boa. Agora só a coisa que não gostei na infância, sinto até hoje, sabe o que foi? Uma coisa, estudo que eu não tive. Minha vida foi ruim por isso, sinto muito assim triste porque não tive estudo”. Segundo D. Célia, todas as suas irmãs frequentaram a escola e ela foi à única que não teve esse privilégio: “eu fiquei trabalhando mais os velhos né? Ajudando porque é difícil a vida... É difícil viu? Assim, me casei cedo por causa disso, não era nem pra ter casado cedo. Porque não tinha estudo, se estou estudando não tinha casado não”.

Rua e Abramovay (2000), em pesquisas realizadas nos assentamentos rurais, afirmam que o setor agropecuário do meio rural brasileiro apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade, sendo também o único setor econômico em que o nível de escolarização feminina é menor que a masculina.

A atividade rural tem sido condição principal para a sobrevivência das mulheres da Matinha, pois, como relata Patrícia (30 anos): “Quem mora na zona rural, produz alguma coisa... Da zona rural é produtora”.

Dona Célia (52 anos) também pontua: “Eu sou lavradora trabalho na roça assim... Trabalho na enxada, faço farinha. Vendo, negócio assim manga essas frutas de casa pra vender. Participo de associação, sindicato, trabalho na roça, minha vida é essa”. E ainda, Dona Joanita (89 anos) diz:

Eu torrava muita farinha, eu levava 24 horas no forno torrando farinha, torrei muita tarefa de farinha dos outros, também para ganhar, vender, para ajudar a criar a família torrei muita farinha. Levava 24 horas no cabo puxando aquele negócio... Torrar farinha aí eu não me queixo, não me queixo da minha vivência não! Pra mim foi muito bom. Sinto hoje não poder trabalhar, mas gostei muito de trabalhar, pegar na enxada, limpar mandioca, limpar a terra... Só não fazia cavar a cova porque cavar cova é um trabalho ruim viu? Mulher não aguenta cavar cova... Só não fazia isso, mas na roça tudo eu fazia. Tirar lenha, cortar lenha pra torrar farinha, tudo isso eu fazia e gostava. Num estou fazendo hoje que não posso (Dona Joanita, 89 anos).

Na Matinha, o papel desempenhado pelas mulheres na produção agrícola é fundamental na renda e para garantir a sobrevivência da família. Essas mulheres, além de realizar os serviços domésticos, de cuidar de animais domésticos, e dos filhos, assumem atividades na roça junto com seus companheiros, como capina de terreno para plantio, coivara, limpeza da lavoura e colheita.

Segundo Nascimento (1997), suas atividades ficam submetidas às estações do ano. Com isso existe também o período de “paradeiro”, sem atividade, que coincide com a época do exôdo sazonal masculino em busca de trabalho assalariado. O depoimento de uma das

entrevistadas confirmam estas constatações pois na Matinha ocorre o plantio de “culturas anuais, e se o período for de chuva, chuva é mais ou menos... Que tem o período de chuva e sol, que dá para plantar, e colher. Agora no período de muita chuva, aí... Perde a plantação. Tem os períodos de seca, aí é que não tem nada”.

Em função da necessidade de captar renda adicionais aos da atividade de casa, estas mulheres passam a ser chefes e mantenedoras da família, ou seja, elas vendem produtos típicos da região como: beijú, goma, tapioca, frutas, farinha, feijão, dentre outros. Muitas mulheres participam de movimentos como a Associação de Moradores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Muitas mulheres possuem criação de animais de pequeno porte para consumo interno e comercialização. Patrícia (30 anos) descreve sua produção de aves: “nós [a entrevistada e sua mãe] somos produtoras de galinha caipira. Somos produtoras aqui na região. Na verdade, a pioneira foi minha mãe, há quase dez anos. Começamos esse projeto a Caipira Francesa. Aí... Lançamos esse projeto nós duas uma ajudando a outra”.

O milho, feijão, verduras, frutas e mandioca são os principais cultivos de subsistência. Geralmente as mulheres comercializam os produtos de suas roças nas feiras ou no povoado. O trabalho feminino pode ser observado também na Casa Comunitária de Farinha, desde a raspagem da mandioca até o produto final, que é a produção de farinha, e derivados da mandioca, como beiju.

Verificou-se que as atividades desenvolvidas na casa de farinha para o processamento da mandioca e de seus subprodutos –goma e tapioca- é feito principalmente pelas mulheres acompanhadas pelos seus filhos. Elas também são encarregadas de torrar a farinha, atividade que exige muitas horas de pé em frente ao forno de alta temperatura.



**Figura 31-** Trabalhadora rural de Matinha dos Pretos torrando farinha na Casa de Farinha Comunitária no povoado de Matinha dos Pretos.

Fonte: Maíra Lopes dos Reis. Pesquisa de campo em 2012.

O significado social das atividades das mulheres é bem mais amplo do que geralmente possamos supor. Além de realizarem o importante trabalho de preparo do plantio, as mulheres participam também das atividades de colheita, comércio e venda dos produtos cultivados.

As experiências das trabalhadoras rurais de Matinha dos Pretos refletem a importância da produção agrícola na vida de muitas famílias que residem nessa comunidade. Essa relevância se encontra diretamente ligada ao valor que a produção da mandioca, milho e feijão adquirem na subsistência diária. Entretanto, o sentido destes cultivos na vida dessas mulheres toma dimensões não somente materiais com caráter econômico e socioculturais, sobretudo transcende às esferas simbólicas e subjetivas.

Neste estudo buscou-se apreender a percepção que as mulheres entrevistadas têm sobre seu cotidiano e perspectivas futuras, para isto, uma das questões se referiam quais eram seus desejos e sonhos. Sobre isso Dona Joanita (89 anos) afirma:

Eu não tenho mais nada agora, agora já estou veia não tenho mais desejo... Ah bom! Eu tenho meu desejo. Ah tenho! Agradeço a Deus a saúde que eu tenho, agradeço a Deus pelo meu trabalho que eu já fiz que hoje não estou fazendo, mas agradeço. Agradeço a Deus pela minha educação que eu tive, que eu num tive mãe pra me educar, mas eu tive minha educação que Deus me deu. Nem tenho uma forma de aprender uma leitura uma coisa assim, mas tenho outra, respeito, toda vida tive, toda vida respeitei minha família, respeitei os mais velhos, minha cultura é essa.

Na narrativa apresentada a entrevistada se sente satisfeita, porque apesar de não ter tido a presença materna para lhe orientar na vida conseguiu ter sua educação a partir do respeito que se deve ter com as pessoas, principalmente com os mais velhos. Percebe-se o quanto o trabalho é significativo em seu discurso. Perspectiva semelhante é a de Dona Regina (63 anos) que assinala:

Eu quero é que Deus me dê vida e saúde e que eu viva mais tempo. Tenho minha casa pra eu passar chuva. O que eu quero mais? Deus já me deu demais. O que, que eu quero mais? Deus me deu minha aposentadoria que eu convivo com ela, com ela e meus filho ajuda tudo. Mais tá bom demais. Que, que eu vou ganhar mais nesse mundo mais? A saúde. A saúde que a gente não tem. Só isso.[...] Quero é que Jesus me proteja e me dê mais saúde e mais vida pra eu ver meus netinhos criado já e mais criadinho os que vier pela frente. É isso, isso sim e fim de papo.

Algumas entrevistadas revelam o desejo de conquistar independência financeira como Fátima (22 anos): “Eu não desejo muito não. Eu trabalhar assim. Arrumar um emprego que eu goste que me dê uma renda boa pra eu ir passando uns dias sabe. Assim, nada demais. Uma

coisa assim básica, que eu possa ganhar meu salário, essas coisas”. Fátima é a entrevistada mais jovem, ela exerce atividades na roça para ajudar a família. Mas, em seu depoimento demonstra a vontade de ter uma nova ocupação com uma renda que lhe assegure ter uma condição melhor de vida.

Outras além de almejem sua realização profissional, expressam desejos em prol do desenvolvimento da comunidade. Patrícia (30 anos) diz: “Meus desejos é ser uma grande profissional e sempre voltada na área rural. É ver essa região, mais ainda desenvolvida do que ela está sendo desenvolvida, que os jovens consigam êxito nas suas vidas”. Compartilhando vontade semelhante D. Rosa (48 anos) afirma: “é de ver a comunidade crescer”. E o sonho maior de todas as mulheres é citado por Dona Ana: “É ser feliz, né? (risos) é o que eu posso dizer... Até agora o momento eu estou feliz, graças a Deus”.

A vivência e o imaginário de sujeitos sociais têm constituído um importante meio de compreensão da realidade rural. Nesse sentido, entende-se que os depoimentos das trabalhadoras rurais da Matinha podem contribuir consideravelmente para a compreensão de relações de gênero e de significados que se estabelecem em seu meio social, por meio das trajetórias de vida das mulheres, pois como coloca D. Francisca (75 anos) “minha história é triste, mas eu tenho que contar”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir deste trabalho de dissertação pode-se afirmar que falar sobre o povoado de Matinha dos Pretos é constatar que as mulheres são as principais agentes de construção deste espaço, e que a Geografia enquanto uma ciência que se analisa a organização e produção do mesmo pode e deve ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero, sobretudo no espaço agrário, que em sua configuração mais geral, apresenta grandes contradições oriundas do processo do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Entender as relações de gênero como parte das práticas espaciais permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades, hoje mais do que nunca o espaço pode revelar a luta de classe, e a estrutura de poder entre os gêneros, pois como afirma Lefebvre (1999) à luta social no mundo é uma luta pela produção social do espaço.

Nos últimos anos, os temas sobre o meio rural, sobretudo, a agricultura familiar e as relações de gênero têm se constituído em um campo de discussão frutífero à construção de novas perspectivas sobre a participação feminina neste tipo de atividade, inclusive pela possibilidade da sua compreensão, a partir das narrativas dos sujeitos circunscritos nesse ambiente agrário, permitindo ampliar a discussão desse espaço na sociedade brasileira e enriquecer os estudos de gênero com a inclusão de diversos temas.

Os pressupostos teóricos anunciados na caracterização do debate são frutos da iniciativa interdisciplinar de associar a análise do espaço geográfico e gênero enquanto categoria analítica. Os referenciais que abordam esses temas vêm crescendo, tornando mais rico debate dessa nova maneira de estudar as manifestações geográficas no campo da Geografia.

Sobre este aspecto conclui-se que analisar o espaço geográfico, sobre a perspectiva de gênero, pode viabilizar imenso progresso na diversificação de objetos de estudo da ciência geográfica. Assim, para uma melhor compreensão do tema proposto foi destacado o desenvolvimento do conceito de gênero na história do movimento feminista e das principais linhas teóricas: o marxismo, culturalistas e tendências pós- estruturalistas.

A análise de gênero na Geografia do Trabalho foi abordada com destaque sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, em que se verificou que o trabalho é um meio de estes sujeitos subsidiar o poder aquisitivo da unidade familiar, seja em contextos rurais ou urbanos.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho têm se convertido em um elemento conjuntural para economia familiar. Apesar disso, dados indicam que as mulheres em termos

de rendimentos a desigualdade salarial não expressa a sua crescente participação no mercado de trabalho que geralmente ocorre de forma precária e informal. A inserção das mulheres em todos os espaços sociais não pode ser traduzida em igualdades de oportunidades, mas sim em segregação ocupacional, salarial, material e simbólica. Os dados apresentados neste estudo confirmam a opressão social de classe, gênero cor/raça.

A questão de gênero e raça/etnia está diretamente relacionada com a própria formação territorial do povoado de Matinha dos Pretos, por apresentar características sócio-culturais de um quilombo rural tendo uma população negra predominante, e sobretudo, a participação de mulheres atuantes no espaço UPF e dos movimentos de luta sociais como associação e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Toda essa pesquisa sobre o povoado de Matinha dos Pretos permitiu recorrer e trazer para o corpo do texto um pouco da formação espacial de Feira de Santana para compreender como se dá a dinâmica atual do município. Os aspectos naturais foram abordados com intuito de observar a relação sociedade-natureza especialmente no que diz respeito a relação das mulheres com o manejo dos recursos da paisagem natural e a produção agrícola,

O povoado de Matinha dos Pretos foi o lugar privilegiado para a realização das observações, tratando da UPF como recorte analítico principal da atuação feminina na produção do espaço.

Mais do que retratar esta escala de análise, tentou-se construir algumas linhas de discussão que sirvam para o questionamento de outros contextos aos quais se analisam a relação espaço e gênero. A categoria de gênero defendida neste estudo é de que esta não pode ser analisada fora da análise de classe e cor/raça, sendo as relações sociais construídas de forma desiguais.

Da dimensão metodológica destacaram-se técnicas de pesquisa em consonância com os objetivos de estudo. A pesquisa qualitativa foi um caminho que permitiu conhecer o cotidiano das mulheres e suas histórias de vida, e quando se trata das questões de gênero, a metodologia precisa ser trabalhada de forma minuciosa. O Método de Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários permitiu definir as tipologias das UPF e identificar o trabalho das mulheres em subsistema identificado, o tempo gasto em cada atividade e a renda obtida.

A partir desse método, pode-se observar que o fenômeno da pluriatividade está presente nas famílias típicas do povoado de Matinha dos Pretos, pois a falta de investimentos do poder público na zona rural de Feira de Santana, e a seca que atinge toda região, impossibilita que as famílias obtenham seu sustento unicamente do trabalho do campo.

No entanto, identificou-se que uma parte considerável do cálculo de rendimento das UPF advém da integração dos subsistemas nele presente.

Espera-se que a constatação destes dados, possa contribuir para formulação de políticas públicas que incentivem as atividades agrícolas na região, e mais do que isso, que se destaque a participação das mulheres nesta produção, tendo em vista que as atividades urbanas estão cada vez mais presentes no povoado decorrentes da aproximação do cidade com as áreas rurais, o que vem gerando também uma especulação imobiliária cada vez maior nos arredores do povoado de Matinha dos Pretos.

A apreciação dos dados aqui trabalhados corrobora a premissa que o trabalho feminino na UPF sob a perspectiva de gênero, torna as mulheres visíveis, e que suas práticas cotidianas coletivas e individuais contribuem para o desenvolvimento e sociabilidade do espaço em que habitam, neste trabalho, se remete a comunidade rural da Matinha. Tendo em vista que uma abordagem feminista proporciona um olhar crítico das relações sociais, de modo que a existência de um recorte de gênero também define as desigualdades sociais (BRUSCHINI, 1992).

As produções acadêmicas que trazem ao cerne esse assunto, se por um lado disponibiliza experiências de pesquisa e vasta referência bibliográfica, por outro lado, desafiam a análise a partir de novas perspectivas, outros pontos de vista. De maneira inevitável, alguns dos pressupostos teóricos anunciados na caracterização do debate são retomados, a fim de cotejar a sua propriedade no contexto analisado. Alguns estudos de autores como Rua e Abramovay (2000) e Anita Brumer (2004), apontam que a produção familiar é um lócus privilegiado para perceber o significado do trabalho feminino, geralmente visto como acessório, complementar, ideia pautada na concepção cultural da divisão sexual do trabalho em que cabe ao homem a função de provedor, sendo as mulheres responsabilizadas pelo trabalho doméstico.

No entanto, a atuação feminina na Matinha está presente para muito além do espaço privado do lar, as mulheres participam efetivamente do processo produtivo na roça, na plantação, na colheita e nas casas de farinha, bem como, nas atividades que se referem à comunidade. Participam também dos movimentos sociais de luta para melhoria da condição do espaço agrário, perceptível na situação de que quase todas as mulheres são associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e que atuação destas foi importante na reestruturação do sindicato e na mediação do conflito da Fazenda Candéal.

O intuito deste trabalho foi trazer uma abordagem crítica das relações sociais que se desenvolvem no interior de um setor da UPF, colocando como sujeitos principais as

trabalhadoras rurais do povoado de Matinha dos Pretos. Foram levantadas algumas questões sobre como ocorreu à construção do espaço-território do povoado, a partir do trabalho de campo, em que as falas, os gestos, as impressões, as aparências dos sujeitos vão construindo as redes de significados das ações nas representações dos moradores que então vão delimitando os territórios em espaços que se criam e se identificam em lugares e que vão se constituindo a história da comunidade, e fazem o habitar humano.

A produção do o espaço de Matinha dos Pretos permitiu compreender as dimensões, as representações no mundo da vida das pessoas que constroem cotidianamente o povoado, da sua organização e suas relações com a sociedade e principalmente com a terra e assim entender a percepção que as mulheres têm de suas práticas socioespaciais.

**REFERÊNCIAS:**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes de Centralidade em Feira de Santana (BA) – o centro de abastecimento e o comércio de feijão**. 157 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

ARAÚJO, Clara M. O. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**. São Paulo, n.11, p. 65-70, 2000.

ARAÚJO, W. Kleber. **A (re)produção da pequena propriedade rural no município de Feira de Santana-Ba**. 170 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, 2004, vol.12, n. 1

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Texto preparado para apresentação no Seminário Internacional Gênero e Trabalho (MAGE/FCC), realizado no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) de 8 a 12 de abril de 2007. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. (orgs.). **Infância e violência doméstica fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 49-80.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.6.n1.p-1-23, 1989.

\_\_\_\_\_. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: Costa, Albertina de O. & BRUSCHINI, Maria C. org. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Ventos, 1992.

QUIXABEIRA DA MATINHA. **Quixabeira pro berço do rio**. Rio de Janeiro: NOVA — Pesquisa e Assessoria em Educação, 1994. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Cantos da manhã. Feira de Santana: UEFS, 2004. 1 DVD.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/ do mundo**. São Paulo: HUCITEC:1996.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARMO, Renato Miguel. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun, p. 252-280, 2009.

CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 228 p.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxistas mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**. Campinas. n 1,2000.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Revista Perspectivas Sociais**. Pelotas. n 1,p.125-135, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra,1999.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano, Morar e Cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 3ªed. São Paulo, Ática,1991.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CRUZ, Rossini Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional**. 230 p. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 1999.

DIAS, Laerte Freitas. **Análise Socioambiental do município de Feira de Santana-Bahia**. 110 p. Monografia (Especialização em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

ENGELS, Frederick. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo. Ed. Civilização Brasileira, 1977.

FRANCO Garcia, María. **A Luta pela Terra sob enfoque de gênero. Os lugares da diferença no Pontal Paranapanema**. Tese de doutorado em Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2004.

FÉLIX, Ingrid Michelle; REIS, Maíra Lopes dos. Geografia e Movimentos Sociais: Analisando a produção do espaço a partir do entendimento dos conceitos. In: **Anais do 2ºSeminário do Grupo de pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais**, 2012, Feira de Santana. 2º Seminário do Grupo de pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais.

FERNANDES, Bernardo M. **A questão agrária no limiar do século XXI**. São Paulo, 2001. Disponível em:<<http://www.cibergeo.org/agbnacional/documentos/textoaberto23.html>>. Acesso em: 22 out. 2012.

FREIRE, Moraes Cleber Luiz. **Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira e Santana, 1950-1888**. UEFS Editora: Feira de Santana, 2012.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização: 1970-1996.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Mulheres da cidade d' Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2006.

GARCIA, A.R.Jr. **Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

GERMANI, Guiomar. Condições Históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos** vol.2, ano 2, Salvador: EDUFBA, 2006, p. 115-147.

\_\_\_\_\_. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana (BA): UEFS Editora, v., p. 269-304.2010.

GUIMARAES, Nadya Araujo. Gênero e trabalho. **Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19/11/2008. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0104-026X2004000200009.

GODOI, Emilia Pietrafeza. O Sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. (Org.). **Além dos Territórios: por uma troca entre a etnologia Indígena. Os estudos rurais e estudos urbanos.** 1 ed. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

GRAZIANO da Silva, José F. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

HASON, Susan. Geography and feminism: worlds in collision?. **Annals of the Association of da American Geographers.** 1992.

HEREDIA, B. M. A; CINTRÃO, R. Gênero e Acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. UNIFEM: **O Progresso das Mulheres no Brasil.** Brasília: UNIFEM Fundação Ford/CEPIA, 2006.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo,2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2009.** Brasília: IBGE: 2009. Disponível: [http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=7](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=7). Acesso em 12/09/2011.

INCRA, **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Guia Metodológico: Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/\\_htm/serveinf/\\_htm/pubs.htm](http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs.htm). Acesso em: Dez. 2012.

IPEA. **PNAD 2011: Primeiras Análises sobre o mercado de trabalho brasileiro**. Série Comunicados do Ipea nº.156, Brasília, Ipea, 11/10/20012.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2011: Tendências demográficas mostradas pelo PNAD 2011**. Série Comunicados do Ipea nº.157, Brasília, Ipea, 11/10/20012.

JESUS, Tatiana Farias de. **Trabalhadoras Rurais de Feira de Santana: Gênero, Poder e Luta no Sindicalismo Rural (1989-2000)**. 119 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gêneros e Feminismos). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

LAVINAS, Leno. “Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos”. In: LAVINAS,L.e león,F.(Org.) **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**. Santiago, Cepal/OIT, 2002, série Políticas Sociais,v1.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. **Uma perspectiva pós-estruturalista**. 03. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. v. 01.

MACHADO, G.B. COUTO, V. A. SCHEFLER, M. L. Sistemas de atividades familiares sob o enfoque de gênero e gerações. In: **VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção Agricultura familiar, políticas publicas e inclusão**. Fortaleza, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petropólis:Vozes,1981.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Porto, Presença, 1975.

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1055-1073, out/dez 2007.

MATTOSSO, Kátia de Queiro. **Bahia, século XIX. Uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Hildete Pereira de. **Linha de pobreza: um olhar feminino**. Texto para discussão 169-Economia/UFF. Rio de Janeiro, 2004.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, A. . **Mulheres Rurais - invisíveis e mal remuneradas. Gênero, Agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD Debate 9 - MDA, 2006, v. 9, p. 46-87.

MENEGHEL, S. N.; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-584, 2005.

MORAES, M. L. Q. . Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu (UNICAMP)**, Campinas - SP, p. 99-105, 1998.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. Crítica Marxista**. São Paulo, n. 11, p. 89-97, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Teses Para Uma Geografia do Trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 1, n.20, p. 19-23, 2002.

NASCIMENTO, Maria. A. A. **As práticas populares de cura no povoado de Matinha dos Pretos? BA: eliminar, reduzir ou convalidar?** Tese. Doutorado em Enfermagem, USP. São Paulo, 1997.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. No agreste das mulheres a alforria no cotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850-1888). **Histórica (São Paulo. Online)**, v. 1, p. 2, 2010.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira. **Resistir parra sobreviver: o trabalho rural do município de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs) **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2001. pp. 29.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

PEDRO, J. M. (Org.); GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. v. 1. 313 p.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; QUERINO, Ana Carolina; BONETTI, Alinne e ROSA, Waldemir. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3ªed. Brasília: Ipea, SPM E Unifem, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Histórias dentro da História**. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PORTES, T.A.; SILVA, C.C. Cultivo consorciado. In: ARAUJO, R.S. (Coord.). **Cultura do feijoeiro comum no Brasil**. Piracicaba: Potafós, 1996. 619p.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; UNESP, 1997

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A Mulher Como Força de Trabalho no Campo. **Informações econômicas**. SÃO PAULO, p. 41-52, 1993.

RUA, M. G. ABRAMOVAY, Miriam. O trabalho feminino nos assentamentos rurais. In: RUA, M. G. ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”?** **As Relações de Gênero nos Assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.

SABATÉ, Martínez A. **Mujeres, espacio y sociedade: Hacia uma geografia del género.** Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica.** São Paulo: HUCITEC, 1990.

\_\_\_\_\_. **Por uma nova Geografia.** 3ª ed São Paulo, 1978

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** 3. Ed. São Paulo: Editora Nobel, 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo – Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, J. A. Lobo dos. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana–BA (1999/2006).** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

SANTOS, Janeide Bispo. **A territorialidade dos quilombolas de Irará (Ba): Olaria, Tapera e Crioulo.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008

SANTOS, Tiago Rodrigues. **O Assentamento Dividido? Produção do Espaço, Mediadores e Conflitos no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Caxá (1980-2010)- Marcionílio Souza (BA).** 211p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

SANTOS, Ricardo Ferreira dos. A representação sociocultural do cotidiano rural na produção artística do Grupo da Quixabeira. **A Cor das Letras (UEFS)**, v. 9, p. 65-73, 2008.

SANTOS, Railma dos. **Memória e história da Matinha: Memórias e Trajetórias de vida da Comunidade Negra Rural de Matinha dos Pretos como fonte para a história da escravidão em Feira de Santana.** Relatório Técnico do Programa de Iniciação- (PIBIC-UEFS), 2011.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. O Trabalho Feminino no Brasil: desigualdades de gênero e contrastes regionais. In: Cecilia Maria Bacellar Sardenberg. (Org.). **A Face Feminina do Complexo Metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no norte e nordeste.** 1 ed. Salvador: NEIM/UFBA:REDOR:CNM/CUT, 2004, v. 01, p. 27-50.

SARTI, C.A. A Sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPU, M.R. **Gênero sem Fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero.** Florianópolis: Editora de Mulheres, 1997.

SENTO SÉ, Frederico Nascimento. **Memórias da Matinha**. 53p. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2009.

SIG Bahia. Superintendência de Recursos Hídricos-SRH. **SIG Bahia**, 2002-CDROM.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Toda palavra, 2009a , v. 1, p. 25-54

\_\_\_\_\_. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, v. 1, p. 93-114.

\_\_\_\_\_. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **EDUCAÇÃO e realidade**. V.20, nº. 2, 1995. Porto Alegre: UFRS, 1995, pp. 71 – 97.

SCHFELER, Maria de Lourdes Novaes. **Mulheres guardiãs da terra e da vida: proposições para uma análise do espaço na perspectiva de gênero**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000

\_\_\_\_\_. Mulheres guardiãs da terra e da vida: proposições para uma análise do espaço na perspectiva de gênero. In: **VI Simpósio baiano de pesquisadores (as) sobre mulher e relações de gênero**, 2000, Salvador (BA), 2000.

\_\_\_\_\_. Temas transversais na agricultura familiar: pesquisa e método sob o enfoque de Gênero e gerações. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008, Florianópolis, SC. Seminário Internacional Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. v. 1.

SMITH, Neil. **Geografia, diferencia y políticas de escala**. Terra Livre. São Paulo: AGB, ano 18, n.º 19, julho/dezembro de 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e produção do espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.

SOJA, E. **Geografias Pós- Modernas. A reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

SORJ, B.. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.

SOUZA, L. N. ; RODARTE, M. M. S. ; FILGUEIRAS, L. . Gênero e Mercado de Trabalho na Grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90.. In: **VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 2001**, Salvador. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 2001.

SOUZA, Elizabeth Lobo. Os usos do gênero. In: **A Classe Operária tem Dois Sexos**. São Paulo:Brasiliense,1991.

SOUZA, E. B. ; GERMANI, Guiomar Inez . A Comunidade Negra Rural do Povoado de Matinha dos Pretos: Uma Perspectiva Geográfica. In: **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2009, Niterói/RJ. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009.

SOUZA, Elane Bastos. **Terra, território, quilombo: à luz do povoado de Matinha dos Pretos**. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Pegada-UNESP**. Presidente Prudente, v. esp, n. Especial, p. 4-26, 2002.

\_\_\_\_\_ Movimentos Sociais e Mundo do Trabalho: Rupturas teóricas, diálogos e tensões emancipatórias. In: **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora. Feira de Santana, 2010.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Sundermann. São Paulo, 2008.

VALENCIANO, R. C. ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio . O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? **Scripta Nova (Barcelona)**, Universidade de Barcelona, v. 6, n. 119, p. 2-14, 2002.

WOORTMANN, Ellen F. . **Herdeiro, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. 1. ed. Brasília/São Paulo: EDUnB/Hucitec, 1995. v. 1. 336 p.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente não se neguecia”. In: **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1990.

## ANEXOS

## ANEXO I- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou realizando uma pesquisa que tem como objetivo analisar o trabalho feminino realizado no povoado rural de Matinha dos Pretos. Desta forma convidamos você a participar desta pesquisa através de uma entrevista registrada em gravador, que contém perguntas sobre sua vida, seu trabalho, e atividades desenvolvidas no povoado. Ciente de que toda pesquisa traz riscos para seus participantes, assim pode ocorrer dificuldade de entendimento no que lhe for perguntado, ou ainda alguma questão que possa causar desconforto, ou fazer com que se sinta envergonhada, se isso acontecer, você tem o direito de não respondê-la. É importante ressaltar que seu nome não será divulgado e que as informações são confidenciais, ou seja, fica apenas com as pesquisadoras e só serão utilizadas para fins desta pesquisa. Caso desista de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a entrevista, sem que haja nenhum tipo de consequência. Os depoimentos dados, após serem analisados, ficarão sob responsabilidade das pesquisadoras. Os resultados obtidos através desse estudo serão disponibilizados aos moradores de Matinha dos Pretos, apresentados em eventos nas universidades como congressos e seminários, e divulgados através de publicações e produções científicas sempre sem referência ao nome da pessoa que foi entrevistada. Esta pesquisa respeita todos os princípios éticos que abordam o estudo com seres humanos. Caso aceite participar, pedimos sua autorização através da assinatura deste documento para gravar a entrevista bem como para a divulgação dos resultados. O referido documento possui duas vias, uma destas ficará com. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora, através dos telefones abaixo registrados.

Agradecemos sua colaboração.

---

Maíra Lopes dos Reis  
75-88174005

---

Participante

**ANEXO II- QUESTIONÁRIO APLICADO AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE MATINHA DOS PRETOS-FEIRA DE SANTANA-BAHIA, NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR EM JAN-FEV-2013**

**PESQUISA DE CAMPO**

**A- IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA:**

1. Entrevistada: \_\_\_\_\_
2. Data de nascimento: \_\_\_\_\_
3. Estado civil: \_\_\_\_\_
4. Escolaridade: \_\_\_\_\_
5. Onde reside: Na propriedade ( ) Fora da Propriedade (lugar \_\_\_\_\_)
6. Atividade principal atual: \_\_\_\_\_  
(Onde desenvolve: \_\_\_\_\_)
7. Atividade secundária atual: \_\_\_\_\_  
(Onde desenvolve: \_\_\_\_\_)

**B- COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

NOME	IDADE	GRAU DE PARENTESCO	OCUPAÇÃO	RENDA INDIVIDUAL AGRÍCOLA	RENDA INDIVIDUAL NÃO AGRÍCOLA

**C- PROPRIEDADE: EXPLORAÇÃO DA ÁREA E ABORDAGEM ECONÔMICA**

1. Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_ (tarefas) \_\_\_\_\_ (ha)
2. Tem o título da terra? Sim \_\_\_ Não \_\_\_

3. Origem da propriedade:

( ) COMPRA

( ) HERANÇA

( ) MATRIMÔNIO

( ) TROCA

( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

#### D- PRODUÇÃO

1. O que cultiva:

CULTIVO	Onde cultiva			Área de cultivo (ha)	Quantidade (Kg, saca, caixa, litros)	Valor R\$	Destino	
	1	2	3				Consumo	Venda

**1-NA PROPRIEDADE 2-OUTRA PROPRIEDADE 3-OUTRA PESSOA CULTIVA SUA TERRA.**

2- Trabalha em outra terra além de sua propriedade: ( ) sim ( ) não

3. Qual a relação de trabalho: ( ) arrendamento , ( ) arrendamento, ( ) outro \_\_\_\_\_

4. Que tipo de equipamentos/implementos ( instrumentos) utiliza:

( ) Trator ( ) Pulverização ( ) Irrigação ( ) Adubação (tipo): \_\_\_\_\_ ( )

Plantadeira Mecânica

( ) Outros:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Como e quando adquiriu os equipamentos?

---



---



---

6. Possui:

( ) Casa de Farinha

( ) Horta

( ) Granja

( ) Água de fonte

7. Possui criação de Animais: ( ) Sim ( ) Não

Criação	Onde cria			Área destinada a criação (ha)	Quantidade (cabeças)	Valor R\$	Destino	
	1	2	3				Consumo	Venda

**1-NA PROPRIEDADE 2-OUTRA PROPRIEDADE 3-OUTRA PESSOA CULTIVA SUA TERRA.**

8. Onde se destina a venda da produção animal? \_\_\_\_\_

9. Sobre a casa de farinha:

Há quanto tempo tem a casa de farinha?

---



---

Quem construiu?

---



---

Auxilia na renda? De que forma?

---



---

Quantos dias da semana, ou quantas vezes no mês trabalha na casa de farinha?

---



---

Quais os membros da família que trabalham na casa de farinha?

---



---

De onde vem a mandioca utilizada?

---



---

Qual a média de produção da casa de farinha no mês? ( Em sacos)

---



---

Qual o valor da produção?

---



---

Destino da produção: ( ) Consumo ( ) Venda ( ) Venda e Consumo.

#### **E- RENDA**

1. Trabalha fora da propriedade: ( ) Sim ( ) Não.

( Onde \_\_\_\_\_ )

2. Renda: Familiar \_\_\_\_\_

Da terra \_\_\_\_\_

Do emprego \_\_\_\_\_

3. A senhora recebe algum benefício do governo? Qual?

---

4. Utiliza crédito rural: ( ) Sim ( ) Não. Qual a modalidade? \_\_\_\_\_

5. Trabalha mais alguém em sua propriedade:

( ) Apenas a família

( ) Trabalhadores permanentes

( ) Trabalhadores Temporários

6. Toda sua família participa da produção: ( ) Sim ( ) Não

7. Quem organiza a produção?

---

8. Como à senhora divide seu tempo nas atividades desenvolvidas no:

Trabalho doméstico (tempo médio):

---

---

Trabalho agrícola (tempo médio):

---

---

Outras atividades (tempo médio):

9. Quais os membros da família ajudam no:

Preparo da terra\_\_\_\_\_

Plantio\_\_\_\_\_

Beneficiamento da produção\_\_\_\_\_

Trabalho doméstico\_\_\_\_\_

Obrigada pela participação!

### ANEXO III- ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Eixo: Trajetória biográfica: Experiências vividas na infância e no ambiente da Matinha, composição familiar.
  - Há quanto tempo mora no distrito de Matinha dos Pretos?
  - Como é a vida na Matinha?
  - Como foi sua infância?
1. Surgimento e modo de vida da comunidade;
  - A senhora sabe como surgiu a comunidade da Matinha? Pode me contar um pouco sobre isso, por favor.
- 3- História das Mulheres e participação nas esferas sociais, políticas e econômica.
  - Quais as suas atividades? (na roça e em casa)
  - O que se planta aqui?
  - Qual a sua participação no processo de produção dos cultivos realizados nessa região?
  - A terra que produz é própria? Como a senhora adquiriu esse bem?
  - O Cultivo de produtos agrícolas aqui é realizado por membros da família, diaristas ou é individual?
  - A senhora realiza algum trabalho fora de casa ou da comunidade?
  - Como são divididas as tarefas na unidade de produção familiar? Qual a contribuição dos membros da família na produção?
  - Como ocorre sua jornada de trabalho?
  - Participa de organizações políticas ou de algum movimento social? Quais?
  - Quais as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da produção agrícola realizadas aqui?
  - A senhora recebe algum benefício do governo?
  - Aqui na Matinha existe algum movimento local específico de mulheres?
  - Quais os seus desejos e sonhos na vida?